

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PPGEO- PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS- CORA CORALINA
NÍVEL: MESTRADO

**PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA, GOIÁS: usos, conflitos e disputas
territoriais**

ALINE DE FÁTIMA MARQUES

GOIÁS (GO)

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PPGEO- PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS- CORA CORALINA

ALINE DE FÁTIMA MARQUES

**PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA, GOIÁS: usos, conflitos e disputas
territoriais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Territorial do Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves

GOIÁS (GO)

2021



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Aline de Fátima Marques

Email: alinedefatimamarques@hotmail.com

Dados do trabalho

PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA, GOIÁS: usos, conflitos e disputas territoriais

Tipo:

Tese Dissertação

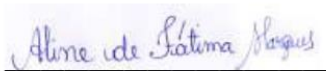
Curso/Programa: PPGEO- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-CAMPUS CORA CORALINA

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Cidade de Goiás, 26 de outubro de 2022



Assinatura autor(a)



Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

M357p Marques, Aline de Fátima.
Parque Estadual Serra Dourada, Goiás : usos, conflitos e disputas territoriais [manuscrito] / Aline de Fátima Marques. – Goiás, GO, 2022.
107 f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Parque Estadual Serra Dourada - Goiás, GO.
1.1. Delimitação territorial. 1.2. Disputa territorial.
I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 349.42(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de
1999) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 01/2022

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois às nove horas, realizou-se, por web conferência, o Exame de Defesa de dissertação do(a) mestrando(a) Aline de Fátima Marques, intitulado: “**PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA, GOLÁS: usos, conflitos e disputas territoriais**”. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves (Presidente - PPGEU/UEG), Vandervilson Alves Carneiro (PPGEU/UEG) e Ubiratan Francisco de Oliveira (Membro externo - UFNT). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo mestrando e seu(sua) orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Prof.(a) Dr.(a) Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves proclamou que a dissertação encontra-se aprovada (X) ou não aprovada () ou aprovada com ressalva () e com as seguintes exigências (se houver):

A banca sinalizou a aprovação da dissertação e sugeriu correções que serão executadas antes da entrega da versão final junto à Secretaria do PPGEU-UEG

Cumpridas as formalidades de pauta, às 11h30 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora em duas vias de igual teor.

Goiás-GO, 22 de janeiro de 2022.

Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves (Presidente)

Prof. Dr. Vandervilson Alves Carneiro (PPGEU/UEG)

Prof. Dr. Ubiratan Francisco de Oliveira (UFNT)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,

Pelo bom exemplo, apoio, carinho e assistência contínua.

Valdeir Marques de Almeida (pai),

por seu amor paterno incondicional e pelo exemplo de força, coragem e luta.

Helena Maria da Silva Marques (mãe),

por seu amor incondicional, seus cuidados de mãe, avó e amiga. Pelo apoio integral e incondicional a que me dedica sempre, especialmente no decorrer do Mestrado.

Gilberto Marques de Almeida (irmão),

Por ser um irmão cuidadoso. Por ser motivador e presente. Pelas tantas vezes que abraçou a minha causa (Mestrado), sempre solícito.

Aos meus filhos,

por diversos momentos, sem ter a opção de escolha, foram ausentados de minha atenção, de colo e de carinho, cedendo parte de meu tempo ao desenvolvimento da pesquisa.

Victor Leonardo Marques Silva, meu primogênito, minha alegria; por sua doçura, compreensão e responsabilidade; por ser o motivo de todo o meu esforço.

Leandro Gabriel Marques Silva, meu caçula, por sua doçura, seu amor inocente que dá vida à minha vida, e que me motiva dia a dia. Ele, minha alegria constante, também o motivo de todo o meu esforço.

Aos familiares e amigos,

que compreenderam o motivo de minha ausência nas reuniões familiares, encontros, visto o envolvimento nas disciplinas, nas leituras, nas aulas *on-line*, *lives*, palestras, pesquisas, trabalhos de campo e na produção da dissertação.

Vocês fazem parte desta conquista!

AGRADECIMENTOS

Gratidão pela realização desta pesquisa, trabalho realizado em conjunto com pessoas que contribuíram de forma direta e indireta. Por tudo o que o Mestrado significa em minha vida, manifesto total gratidão a todas as pessoas que participaram e presenciaram este êxito: concluir o Mestrado. Desde a inscrição no processo seletivo até o momento da defesa. A todos(as) e aqueles(as) que me incentivaram e me apoiaram na busca incessante do crescimento intelectual e na aquisição do conhecimento, dedico a minha admiração. Expresso especiais agradecimentos:

Gratidão a Deus, motivo de fé e confiança, me concedeu a oportunidade de escalar um degrau a mais na escada do conhecimento. Grata, porque em meio a tantas dificuldades e desafios da vida cotidiana, exerci paralelamente o papel de mãe protetora e amorosa; desempenhei ao mesmo tempo o papel de trabalhadora que luta pelo sustento de cada dia. A Ele que me permitiu conquistar o título de mestra, sem licença, em meio ao caos da pandemia da COVID-19; sob um governo turbulento e opositor à ciência; mesmo com todos os desafios consegui atender com responsabilidade ao que me foi proposto.

Gratidão à Universidade Estadual de Goiás-UEG, por fornecer esta excelente Pós-Graduação em Geografia; pelos professores de alto nível e pela concessão da bolsa de estudos durante o mestrado. A bolsa foi fundamental neste processo de estudos e facilitou o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGEO/UEG Cora Coralina, à secretária do PPGEO, e demais funcionários, em especial aos (às) professores(as) os(as) quais tive contato direto durante as disciplinas e demais atividades do Mestrado: professor Dr. Ricardo Assis Gonçalves (coordenador do PPGEO-UEG), professora Dra. Ana Carolina Marques, professora Dra. Auristela Afonso, professor Dr. José Carlos, professor Dr. Murilo, professor Dr. Vandervilson Carneiro, professora Dra. Tathiana, professor Dr. Edson Silva, professor Dr. Vinícius Polzin, e demais que participaram dessa caminhada.

Ao professor orientador, Dr. Ricardo Assis Gonçalves, que abraçou o projeto desta pesquisa; acreditou em minha proposta; foi solícito e humano durante todo o tempo; me orientou com afinco, dedicação e companheirismo. A ele que, além de orientador e professor, foi um amigo e um grande incentivador do meu progresso. Meus sinceros agradecimentos!

Ao professor geógrafo e Dr. Eguimar Chaveiro, da Universidade Federal de Goiás (UFG), pessoa humana e acessível, por me acolher no grupo de Pesquisa e Extensão Espaço Sujeito e Existência (Dona Alzira). Por ser exemplo e inspiração de vida, na prática de leitura e de escrita; por me contemplar com as palavras de incentivo: “quero ver você florescer!”

Aos professores componentes da banca de defesa do exame de qualificação e dissertação, Vandervilson Carneiro (UEG), Eguimar Chaveiro (UFG), Ana Carolina Marques (UEG) e Ubiratan Francisco (UFT), por aceitar o convite e participar da banca; pelo olhar crítico e pelas relevantes considerações. A estes que contribuíram para o aprimoramento desta pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa e Extensão Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira), que me recebeu com alegria, compartilhou conhecimento; a este grupo que foi fundamental em meu crescimento acadêmico e na pesquisa. Agradeço aos membros deste grupo pelo companheirismo e amizade: Alisson Azevedo, Ana Carolina Marques, Fernando Uhlman, Fernanda Martins, Ricardo Assis, Juliane Silva, Dayse, Thiago Melo, Ádila, Benjamim Vilela, Ubiratan Francisco, Adão Francisco, Damiana Sousa, Diogo, Donizette, Franciane Prado, João Stacciarini, Larissa, Letícia, Marlúcia Paiva, Valdir Specian, Rosivaldo Almeida, Uelinton, Weder, Raíssa, Luana Borges, Daniella, Bruno e demais membros.

Aos colegas do Mestrado, que juntos, construímos um vínculo de amizade e companheirismo, em especial Carolina Gomes de Jesus e João Dorneles (colegas e amigos) que não mediram esforços nas trocas de experiências relacionadas ao Mestrado), Márcio, Núbia e Gleidiane pela ajuda mútua, diálogo e parcerias.

Ao professor geógrafo Ericson Martins (município de Sanclerlândia), que muito me motivou em conversas casuais; me enriqueceu com ideias sobre o projeto de pesquisa relacionado ao redimensionamento do Parque Estadual Serra Dourada.

Ao professor geógrafo e Mestre Adão Donizete, pelos bons diálogos durante a tentativa de me ingressar no Mestrado.

Ao professor geógrafo e Dr. Wellington Ribeiro da Silva, primeira pessoa a me motivar com sábias palavras a me ingressar no Programa de Pós-graduação em Geografia/PPGEO.

Ao meu amigo e colega desde a infância, Jeften Monte, pelo apoio de sempre e pelas contribuições durante a pesquisa.

Ao Secretário Municipal de Meio ambiente na cidade de Mossâmedes-Go, Gilson Assunção, que sempre esteve presente e disposto com informações e contribuições relacionadas ao Parque Estadual Serra Dourada.

Aos nomes que aqui não foram citados, todavia, ofereceram contribuições importantes para a pesquisa, meus agradecimentos!

RESUMO

O Parque Estadual Serra Dourada, patrimônio da humanidade, foi criado pelo Governo Estadual de Goiás através do Decreto n. 5.768, de 5 de junho de 2003. Convém informar que desde 1997 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Goiás (GO) já cogitava a criação do Parque. Surgiu então a necessidade, por motivos e interesses diversos, de uma nova delimitação territorial do Parque Estadual Serra Dourada, ocorrida no ano de 2019. Os conflitos surgiram a partir das divergências de interesses nos usos e apropriações do Parque. A presente pesquisa discute como a nova delimitação do Parque Estadual Serra Dourada configurou-se em usos, conflitos e disputas, de forma a mostrar as diferentes perspectivas políticas na concepção do Bioma- território Cerrado. Na primeira parte, faz-se um diagnóstico do Parque, apresenta-se sua localização, sua fisiografia e seu contexto histórico. Na segunda parte, apresenta-se uma perspectiva política dos parques; como surgiram e como ganham forma. E na terceira parte, apresenta-se o mapa dos conflitos de interesses, de usos e de apropriações. Para evitar custos financeiros adicionais com desapropriações de áreas, o Governo do Estado de Goiás, considerou as benfeitorias (casas, área de pasto, lavoura, confinamento, granja) como áreas que não tinham atributos ambientais e nem interesse de conservação. Foram, então, excluídas da área total do Parque. Em resumo, com esta pesquisa compreende-se que o Parque Estadual Serra Dourada se constitui como território em disputa, cindido por distintos usos, apropriações, interesses e conflitos.

Palavras-chave: Parque Serra Dourada. Delimitação. Disputas territoriais.

ABSTRACT

The Serra Dorada State Park, a World Heritage Site, was created by the State Government of Goiás through Decree n. 5,768, of June 5, 2003. It is noteworthy that since 1997 the municipal environment secretariat had already considered the creation of the park. Then came the, for different reasons and interests, for a new territorial delimitation of the Golden Mountain State Park, which took place in 2019. This research discusses how the new delimitation of the Serra Dourada State Park configured uses, conflicts and disputes, in order to show the different political perspectives in the conception of the Biome-Cerrado territory. In the first part, the diagnosis of the Park is made, its location, physiography and historical context are presented. In the second part, the political perspective of parks is presented; how they emerged and how they take shape. And in the third part, the map of conflicts of interests, uses and occasions is presented. To avoid additional financial costs with expropriation of areas, the Government of the State of Goiás, considered the improvements (houses, pasture area, farming, confinement, farm) as areas that had neither environmental attributes nor conservation interest. They were then excluded from the total area of the Park. In summary, with this research it is understood that the Serra Dourada State Park is constituted as a disputed territory, divided by different uses, appropriations, interests and conflicts.

Keywords: Serra Dorada Park. Delimitation. Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Camponês Valdeir Marques, Mossâmedes (GO).....	17
Figura 2. Pedra Goiana derrubada nos anos 1960 supostamente com dinamite	23
Figura 3. Parque Estadual Serra Dourada no fim de tarde com pôr do sol.....	33
Figura 4. Mirante da Serra Dourada	35
Figura 5. Mirante da Serra Dourada, destaque da paisagem do Cerrado no horizonte da Serra	36
Figura 6. Gruta da Coruja, também conhecida como gruta do morcego.....	37
Figura 7. Entrada da Gruta da Coruja ou Gruta do Morcego	38
Figura 7. Entrada da Gruta da Coruja ou Gruta do Morcego	39
Figura 9. Pedra Goiana em 1960	40
Figura 10. Pedra Goiana, Serra Dourada, em 2021	41
Figura 11. Cidade de Pedra, Parque Estadual Serra Dourada	42
Figura 12. Areal, Serra Dourada.....	43
Figura 13. As diferentes tonalidades das areias da Serra Dourada, matéria-prima dos artistas Goiandira do Couto e Auriovane D'Ávila.....	44
Figura 14. Córrego Cafundó, Serra Dourada.....	45
Figura 15. Barragem do Córrego Cafundó, Serra Dourada.....	46
Figura 16. Córrego Cateto, Parque Estadual Serra Dourada	47
Imagem 17. Rio Vermelho em situação de risco de transbordamento em período chuvoso na Cidade de Goiás (GO)	56
Figura 18. Extração de calcário em pedreira da Mineradora Itacuã, Mossâmedes (GO).....	57
Figura 19. Mosaico de imagens de usos da área do PESD.....	92
Figura 20. Mosaico com imagens do Parque Estadual Serra Dourada.....	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização e limites do Parque Estadual Serra Dourada (Estado de Goiás)	29
Mapa 2. Hidrografia do Parque Estadual Serra Dourada	50
Mapa 3. Mapa hidrográfico do Parque Estadual da Serra Dourada	51
Mapa 4. Balneários no Parque Serra Dourada/ bacia do rio Vermelho	54
Mapa 5. Unidades de Conservação situadas nos territórios do Cerrado em Goiás	67
Mapa 6. Localização do Cerrado brasileiro	77
Mapa 7. Uso e cobertura do solo no Parque Estadual Serra Dourada	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tipos de Unidades de Conservação.....	62
Quadro 2. Discursos sobre o Parque Estadual Serra Dourada.....	81
Quadro 3. Escala de uso do PESD.....	91
Quadro 4. Tipos de usos do PESD	92

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO.....	20
1 DIAGNÓSTICO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA: uma leitura histórico-espacial	28
1.1 Localização do Parque Estadual Serra Dourada	28
1.2 Regulamentação política da criação do Parque Estadual Serra Dourada	31
1.3 Elementos físicos e perspectivas turísticas do Parque Estadual Serra Dourada	33
1.4 Hidrografia do Parque Estadual Serra Dourada	48
2. POLÍTICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUA PERSPECTIVA TERRITORIAL COMO BIOMA-TERRITÓRIO CERRADO	59
2.1 Processo de criação das Unidades de Conservação	59
2.2 Unidades de conservação no Estado de Goiás e as categorias de parques	63
2.3 Unidades de Conservação inseridas no contexto do Bioma-Território Cerrado	70
3. PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA: paisagens e disputas territoriais	74
3.1 A abordagem territorial do Cerrado e o Parque Estadual Serra Dourada	74
3.2 Usos do Parque Estadual Serra Dourada: encontro com as identidades e os sujeitos	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	102

APRESENTAÇÃO

Ofertas de Aninha
(aos moços)

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.

Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.

Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências
do presente.

Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

(Cora Coralina, 1965)

Nos encantos de Cora Coralina, a poetisa cerratense, que expressa em seu poema “Ofertas de Aninha” a força e a diversidade do bem, busquei, na trajetória dessa mulher, o que há de melhor: sua arte. Ela expressa os valores da vida, manifesta características essenciais de seu tempo. Me encontrei nos poemas de Cora Coralina, mergulhei na requintada simplicidade vilaboense e mossamedina.

Durante a escrita da Dissertação - *PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA: usos, conflitos e disputas territoriais no processo de delimitação*- ampliei a compreensão em torno do redimensionamento do Parque Estadual Serra Dourada sobre os conflitos e os usos inseridos

no contexto do Bioma-território Cerrado. Através da pesquisa percebi como a demarcação configurou usos, conflitos e disputas, de maneira a mostrar as diferentes perspectivas políticas na concepção do Cerrado.

O Parque Estadual Serra Dourada faz parte de minha trajetória. Nasci ali, aos sopés da Serra Dourada, no município de Mossâmedes (GO), pequena e charmosa cidade no interior do sertão goiano. Nasci e vivi ali durante 22 anos. Quando criança, meu pai chegava cansado da roça, sempre às 18 horas, em sua bike Monark, vermelha. O bernal chegava cheio de frutos do jatobá, simbolizando a saudade imensa que ele sentia da família. A felicidade era recíproca quando nos encontrávamos ao findar da tarde. Aquele pai amoroso e sistemático trabalhava duro sob o sol ardente e escaldante, às vezes até debaixo de chuva plantando e colhendo como um camponês. Ele mal conseguia esperar a hora de voltar da lida para me abraçar e me chamar de filhotinha. Confesso que sempre tive em mente - com esse vocativo - que a imagem, como sentido denotativo de linguagem, referia-se a um filhote de passarinho alegre no ninho. Não imagino as origens psicanalíticas da associação do jatobá-fruto, mas havia, no lance, ternura afluída, e a filhotinha adorava brincar com eles. Os jatobás-frutos que papai traziam consigo do campo e da Serra eram uma novidade, apesar que eu mal entendia como aquela fruta amarelinha e grudenta nos dentes e no céu da boca me agradava tanto. O cheiro não é muito bom. Era a vontade do pai de me alegrar com alguma novidade que trazia da beira da estrada que me encantava mais. Antes de seu precioso banho, sentávamos debaixo da mangueira que havia no quintal, onde ele quebrava a casca dura do fruto e me entregava. Meus olhos arregalados de criança inocente, brilhavam com gratidão e emoção, pelos cuidados com que ele me dedicava aquele fruto curioso e não atrativo. Não gostava de seu sabor, mas eu amava como o papai se lembrava de mim. O campo, o Bioma-território Cerrado e o Parque Estadual Serra Dourada têm essas coisas: frutos diversos, belas paisagens, histórias inesquecíveis, memórias e cheiro de vida. Com a família, em especial ao pai, tive ligação direta com o campo e afetivamente com o Parque. No mosaico, imagens do pai camponês, trabalhando no campo, próximo ao Parque Estadual Serra Dourada.

Figura 1. Camponês Valdeir Marques, Mossâmedes (GO)



Fonte: Júnior Derico, 2013

O pai camponês nunca se imaginou distante dali. Sempre contou histórias do campo, das práticas camponesas e do Parque Serra Dourada. Ouvi-o dizer com o peito cheio de orgulho que ama este lugar. Senhor de abundante simplicidade, humildade e exemplar camponês, ele não gozou da oportunidade de estudar. Filho também de camponês, perdeu o pai aos 6 anos de idade, por um infarto fulminante. Viu-se, a partir dali o pequeno mossamedino, impelido ainda criança a trabalhar no campo com os irmãos e elevar os olhos à Serra como um ritual sagrado e cotidiano.

Mossâmedes, aos sopés da Serra Dourada, as suas belezas são infindáveis. Na estação das chuvas, me punha a apreciar ao longe as serras, adornadas como um véu, com a neblina branca sobre o topo dos montes de tom azul marinho. Ouvia nas rodas de conversas muitas histórias, às vezes até chocantes de pessoas que subiam os morros para colher pequis. Já ouvi e

recontei as histórias das onças-pintadas no Parque Estadual Serra Dourada e em seu entorno. Percebi que na fauna também há conflitos: de ataques de onças-pintadas a outros animais; ataques ao gado das fazendas vizinhas, que antes de 2019 estavam inseridas dentro do parque; ataques aos moradores próximos da unidade de conservação.

Outro fato ocorrido que vale a pena mencionar: há mais de 30 anos, não houve nenhuma resposta ao fato ocorrido com a conhecida “Maria Sozinha”, mulher trabalhadora, natural de Mossâmedes, que subiu à serra com a irmã para colher pequis, e não foi mais vista; não encontraram sequer vestígios de seu corpo. Segundo relatos, grupos de pessoas da cidade de Mossâmedes e da cidade de Goiás (GO) se comoveram, se mobilizaram, se uniram ao corpo de bombeiros em buscas da mulher desaparecida, por vários dias, por toda a Serra Dourada sem obter sucesso (neste período a Serra Dourada ainda não era categorizada como Parque).

Por vários anos consecutivos fui à Serra à procura deste famoso fruto do Cerrado, sem levar em conta a presença das onças pintadas que circulam por ali. O fruto do pequi é encontrado no Cerrado a partir do mês de novembro e é comum pessoas irem à serra para colhê-los, tanto para o consumo próprio, quanto para comercializar nas feiras, supermercados e nas ruas.

Essa cidade linda, “em meio à natureza” tem sua referência no Parque Estadual Serra Dourada, é reconhecida também por suas cachoeiras, grutas, fontes naturais, e por seu contexto histórico. Visitei também o Córrego Cafundó, principal fonte hídrica que abastece o município. O sistema de abastecimento de água de Mossâmedes é municipal e é fornecido a todos gratuitamente. Comtemplei por inúmeras vezes os imensos “prédios de rochas” (Cidade de Pedra) encontrados no interior do Parque.

Mossamedina orgulhosa de sua cidade natal, participei de festas culturais e religiosas da histórica Igreja Matriz São José de Mossâmedes; da famosa festa anual de Santo Reis no distrito de Mirandópolis no dia 06/01; assisti a catiras, cavalgadas, desfiles de carros de bois e procissões. A igreja que foi construída pelos povos indígenas Caiapós em 1774, através de violência aberta quando Mossâmedes ainda pertencia à província de Goiás, é destaque no turismo local. Esta igreja foi homologada como Patrimônio Histórico do Estado de Goiás.

Construí histórias nessa terra. Vivi belas experiências ecológicas em Mossâmedes e na Serra Dourada. Suas belezas e paisagens naturais encantam a todos que passam por ela. Registrei na memória imagens apaixonantes da Serra Dourada; admiráveis pontos turísticos e belezas cênicas que ela oferece; as vivências e passeios nos morros, nos becos, nas trilhas, mirantes, areial, Rio Cafundó, vale do Riachão, vale da onça e os banhos de cachoeira. As visitas à Serra Dourada (categorizada como Parque Estadual Serra Dourada no ano de 2003),

começaram cedo. Na adolescência, as idas à Serra eram constantes com os(as) amigos(as) acompanhados de suas famílias. As trilhas são sempre exaustivas, porém, gratificantes. Na escola e na graduação fazíamos visitas na Reserva Biológica Professor José Ângelo Rizzo; as atividades no Parque Estadual Serra Dourada continuam. A Pedra Goiana e outros atrativos são diversos: areias coloridas, nascentes, piscinas naturais, mirante, “prédios de pedras”, trilhas, asa delta, vegetação típica do Cerrado, plantas medicinais, frutos diversos, fauna, fontes minerais e paisagens exuberantes. Os motivos para conhecer e preservar o Parque Serra Dourada são muitos.

O Parque Estadual Serra Dourada, parte de um bioma, de um território. Seus morros e suas comunidades presenciaram os conflitos que ali existiram entre povos indígenas, escravos e bandeirantes até aos mais atuais conflitos de trilheiros, comerciantes, mineradores, fazendeiros e ambientalistas. O Parque Estadual Serra Dourada é um patrimônio ecológico.

INTRODUÇÃO

Um dia, num poente ourificado e feliz, a Serra Dourada gritou:

-Eu vi, eu vi tudo!

E foi logo narrando:

-Eu vi as festas dos índios Goyá,

E depois, a sua lágrima póstuma.

-Eu vi, as botas de ferro do Anhanguera.

-Eu vi tudo!

O ouro de aluvião tilintar nos olhos da cobiça,

E o rio Vermelho defenestrado;

Escravos, suor no rosto, derramando sangue,

Para construir muros para o seu próprio cativo.

- Eu vi, isso é Serra Dourada

Eu vi Bernardo Élis,

Tímido e justo;

E Cora Coralina, rebelde e poética;

Doce caseiro, licor de murici,

Geleia de pequi!

Eu vi,

Vi as areias de Goiandira;

E me vi protegido e ameaçado;

-Eu sou a Serra Dourada!

Escutei os séculos,

O canto da vida.

(*O canto da vida*, de Eguimar Felício Chaveiro/Sebastião Madeiras, 2021)

A leitura atenta do poema indicado no introito nos oferece uma pista para interpretar o Parque Serra Dourada. Pode-se dizer que a estratégia poética e subjetiva de fazer a Serra Dourada olhar a vida histórica e cultural da cidade de Goiás, emana uma dimensão do tempo, pois ela metaforiza a longa história do Cerrado goiano, cerca de 65 milhões de anos e uma dimensão espacial, isto é, ela está posicionada, localizada no importante espaço de Goiás relativamente seminal, que é a cidade de Goiás.

O poema, além de desenvolver a estratégia de criar a imagem de a Serra Dourada olhar as dimensões históricas culturais da cidade de Goiás, traça alguns pontos importantes: inicialmente a empreitada do bandeirantismo colonizador, depois a atividade da mineração e

junto, os problemas sociais e ambientais causados por essa atividade histórica, tanto a extinção de povos indígenas, como o que é chamado de defenestração do rio Vermelho. Mas, a poesia faz emergir contradições, a começar pela exuberância da Serra Dourada, que logo à frente se tornou um parque e também pela arte empreendida por vilaboenses reconhecidos, como: Cora Coralina, Goiandira do Couto e a passagem importante e definitiva de Bernardo Élis. Três artistas, uma poetisa, um romancista e contista, e uma pintora. Não termina a riqueza de Goiás, que também se faz com simplicidade, doces e licores.

Da leitura do poema, pode-se envergar um método para a interpretação do Parque Serra Dourada. Consta no texto poético que não se deve pensar o Parque Serra Dourada, as suas tensões, os conflitos, a dimensão legal, os atores agentes que o significam e o disputam, sem pensar a realidade territorial incluindo a história e a cultura de Goiás. O vislumbre do poema *O canto da vida* demonstra que há uma integração entre o Parque e a cidade, como entre o Parque e a história.

O Parque Estadual Serra Dourada oferta significados de resistência histórica à região, além de sua necessidade ecológica em ser conservado. As Unidades de Conservação são ferramentas fundamentais criadas pelo Estado para a preservação ecológica, inclusive a natureza abiótica. O Estado de Goiás possui um sistema de Unidades de Conservação com 23 UCs:

- 12 parques
- 1 estação ecológica;
- 8 áreas de proteção ambiental;
- 1 floresta estadual;
- 1 área de relevante interesse

ecológico

Portanto, Goiás conta com 23 unidades de conservação, segundo dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAD), sendo 13 de proteção integral (12 parques e 1 estação ecológica) e 10 de uso sustentável (08 áreas de proteção ambiental, 1 floresta estadual e 1 área de relevante interesse ecológico). Dentre eles se encontra o Parque Estadual Serra Dourada (Unidade de Conservação de Proteção Integral), constatando-se a importância em se pesquisar as apropriações e conflitos que o implicam.

A partir da abordagem da política dos Parques e Unidades de Conservação na pesquisa, chega-se à importância da criação do Parque Estadual Serra Dourada, a necessidade de

demarcação bem como ao mapa de conflitos e usos gerados em torno de si, resultando, portanto, no tema “*O PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA: usos, conflitos e disputas territoriais*”.

Segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SEMAD), APA (2017), a área da Serra Dourada, antes denominada Área de Proteção Ambiental Dr. Sullivan Silvestre (APA Dr. Sullivan Silvestre), localizada entre o município de Mossâmedes e a cidade Goiás possuía 16.851 ha. Esta passou pelo seguinte processo: sob os atos legais de criação, a APA Dr. Sullivan Silvestre foi criada pelo Decreto Estadual nº 4.866, de 12 de fevereiro de 1998; teve seu limite ampliado pelo Decreto Estadual nº 5.169, de 28 de janeiro de 2000; Teve sua denominação alterada pela Lei Estadual nº 14.075, de 28 de dezembro de 2021, passando a ser chamada de APA Dr. Sullivan Silvestre. Vindo posteriormente a ser elevado a Parque Estadual Serra Dourada.

O Parque Estadual Serra Dourada, foi criado no Dia Mundial do Meio Ambiente, no ano de 2003, pelo governo de Goiás, através do Decreto N° 5.768, de 05 de junho de 2003. Possui área aproximada de 30.000 hectares e abrange os municípios de Goiás, Mossâmedes e Burití de Goiás. Conforme o Decreto N° 5.768, a criação do Parque teve como centralidade “preservar as nascentes, os mananciais, a flora, a fauna, as belezas cênicas, bem como a controlar a ocupação do solo da região, podendo conciliar a proteção da fauna, da flora e das belezas naturais com a utilização para fins científicos, econômicos, técnicos e sociais”. Conseqüentemente, a área do Parque só pode ser reduzida por força de lei, o que tem sido discutido com proposta de diminuição de seus limites para 23 mil hectares, de acordo com proposta de um Grupo de Trabalho realizado no ano de 2018, estreitando as restrições em seu uso.

A exuberância da paisagem encanta com suas areias coloridas, vegetação diversificada de campo cerrado, campos rupestres e floresta estacional. Nele se encontra a Reserva Biológica Professor José Ângelo Rizzo no município de Mossâmedes, para a realização de estudos, pesquisas ou atividades de cunho técnico-científico. O Parque também é saudosamente conhecido por um monumento natural, chamado Pedra Goiana, impressionante pela sua enorme formação rochosa que se equilibrava sobre fragmentos de rochas menores, até ser deslocada por vândalos no final dos anos 1960¹. Na figura 2 a Pedra Goiana derrubada supostamente com dinamite.

¹ Localizada no município de Mossâmedes-Go, a Pedra Goiana foi, até 1965, um enorme bloco de rocha, com aproximadamente 50 toneladas, se equilibrando sobre duas outras rochas menores, desafiando a gravidade. Este monumento foi um atrativo turístico para o Parque Estadual Serra Dourada, porém, foi destruída supostamente por vândalos no ano de 1965. Na manhã de sábado do dia 21/08/2021, em uma expedição a pé com a equipe da Universidade Federal de Goiás-UFG e especialistas, o atual governador Ronaldo Caiado propôs projeto de restauração da Pedra Goiana e juntamente com a equipe no local, analisaram estratégias para recolocá-la em seu local de origem (MUNIZ, 2021).

Figura 2. Pedra Goiana derrubada nos anos 1960 supostamente com dinamite.



Fonte: Jefte Monte, 2021.

A imagem acima ilustra a Pedra Goiana caída ao chão, desde os anos de 1990, ainda hoje é motivo de lamento por parte de moradores das cidades de Goiás e de Mossâmedes. Há rumores de uma nova tentativa pelo atual Governador Ronaldo Caiado em reerguer a Pedra Goiana. Na manhã de sábado (21/08/2021), o governador acompanhou equipes da Universidade Federal de Goiás-UFG juntamente com especialistas que estudam estratégias para restaurar a Pedra Goiana (MUNIZ, 2021).

Além do conflito relatado por populares sobre a qual município pertenceria a Pedra Goiana, outros conflitos surgiram posteriormente. Durante 15 anos houve divergências em prol de uma nova delimitação do Parque Serra Dourada, devido aos questionamentos elaborados entre ambientalistas, assentados de reforma agrária, pesquisadores e produtores rurais. Diante disso, em meio a debates e conflitos emergiam problematizações acerca dos novos limites com intuito de evitar invasões de fazendeiros, pequenos produtores rurais e ocupações clandestinas.

O Bioma-Território Cerrado, nas últimas décadas, tem sido apropriado e cindido pela expansão da fronteira agrícola, explorando novos espaços para a criação de gado ou cultivo de monoculturas, interferindo nas fitofisionomias e pressionando áreas de preservação. Partindo desses problemas, os Parques assumem grande importância na preservação da biodiversidade.

Assim sendo, decidiu-se investigar qual seria mais importante: ampliar os limites do Parque ou diminuí-los? Em busca de acordos e novos limites para a preservação do Parque no Bioma-Território Cerrado, foi criado um grupo de trabalho para discutir a proposta de nova delimitação. O objetivo deste grupo foi analisar as três propostas de uma nova demarcação do Parque:

- a) Manter os limites já existentes;

- b) Retirar as propriedades rurais da área; e
- c) Incluir as Serras do Cantagalo e de São Francisco na Unidade de Conservação.

Os parques têm suporte legal e servem para proteção da biodiversidade, como no caso do Parque Serra Dourada. Todavia, existe uma preocupação com as implicações ambientais acarretados com a nova demarcação territorial.

Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa foi compreender como a demarcação do Parque Estadual Serra Dourada configurou usos, conflitos e disputas de maneira a mostrar as diferentes perspectivas políticas na concepção do Cerrado. Ademais, buscou-se interpretar os conflitos e disputas ambientais relativos aos trâmites da demarcação territorial do Parque Estadual Serra Dourada.

Os objetivos específicos abrangeram:

- Verificar a relevância ambiental e a definição da área do Parque Serra Dourada;
- Destacar quais as implicações políticas e econômicas causados pela redefinição do Parque;
- Identificar quais os conflitos político-territoriais gerados pela nova demarcação do Parque Serra Dourada;
- Analisar o Parque Estadual Serra Dourada na relação com o Cerrado, os conflitos e interesses econômicos e particulares que ameaçam e fraturam esses territórios;

Falar sobre os conflitos de demarcação do Parque Serra Dourada apresenta uma reflexão sobre quais são os fatores que mais têm influenciado as implicações políticas e econômicas da dinâmica territorial do Cerrado. O interesse no Parque como objeto de estudo, surgiu a partir do contato preliminar com passeios ecológicos e aulas de campo, além da familiaridade com a reserva biológica, localizada entre os municípios de Mossâmedes e Goiás. Os passeios pelas trilhas ecológicas, regadas de encantamentos pelas paisagens abundantes, foram fatores dominantes e carregados de questionamentos e curiosidades políticas, relacionadas ao assédio conflituoso à sua expressão cênica, envolvendo inclusive invasões de seus limites.

A presente pesquisa contribuirá para o avanço de outras pesquisas nesta área, ampliará os conhecimentos relacionados ao Cerrado como Bioma- Território, e ao Parque Serra Dourada como objeto de estudo. Assim, proporciona avanços e contribuições acerca do território pesquisado, além de direcionar um novo olhar para algo tão importante que é a garantia de proteção e defesa do Parque Estadual Serra Dourada. Esta questão emerge discussões a respeito dos efeitos relacionados ao conjunto de interesses que envolvem a demanda de demarcação do Parque para protegê-lo, conservá-lo e conscientizar a sociedade de sua importância. Compreende dinâmicas territoriais e socioeconômicas implicadas ao Parque Serra Dourada.

Para isso, utilizou-se nesta pesquisa procedimentos de coleta de dados e informações quali-quantitativos disponíveis em jornais impressos e virtuais, Agência Nacional de Mineração (ANM); Instituto Mauro Borges (IBM); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). Ademais, contou-se com outros procedimentos metodológicos como pesquisa de campo, observação direta e entrevistas. Ocorreram também audiências públicas com envolvimento de professores, militantes e pesquisadores da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB – Seção Goiânia) no momento de debate sobre a diminuição dos limites do Parque.

A presente pesquisa é um estudo de caso e pesquisa bibliográfica. Tem como instrumento, o levantamento de dados primários e secundário: entrevistas; observações; registros fotográficos; análise de dados; foram observados os elementos políticos de proteção aos Parques, verticalizando para o Parque Estadual Serra Dourada a partir de um conjunto de procedimentos metodológicos que foram analisados a partir da fundamentação teórica e de interpretações, com a realização de pesquisa teórica, análise documental e de dados; e por realização de trabalho de campo.

No que se refere a pesquisa qualitativa, ela exige que o pesquisador realize um estudo amplo do objeto de pesquisa, o qual se propõe de modo a considerar o contexto em que ele se encontra inserido, bem como as características da sociedade pertencente. Ela se configura como uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem (BORTONI-RICARDO, 2011; NEVES, 2015).

No que tange à abordagem bibliográfica, conforme Gil (2010, p. 44), ela é o fruto de material já publicado, que foi “construído principalmente de livros e artigos científicos” com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

Diante de tudo o que foi exposto, destaca-se que para a concretude desta pesquisa, além de realizar uma pesquisa bibliográfica com os assuntos abordados, realizou-se pesquisa e trabalhos de campo no Parque Estadual Serra Dourada. O propósito das atividades de campo visaram interpretar as dimensões políticas da demarcação do Parque, os conflitos estipulados territorialmente e como ocorre os usos, apropriações e desapropriações nos seus limites.

Para tanto, pontua-se que, inicialmente, foi observado os interesses dos atores envolvidos no processo de demarcação do Parque Estadual Serra Dourada, realizando a coleta de dados por meio de observação, registro por meio de fotos, relatórios como observador participante, inclusive, entrevista semiestruturada, gravada em áudio com o consentimento prévio de pessoas envolvidas com o Parque Serra Dourada. Partiu-se de uma pesquisa bibliográfica a fim de

fundamentar e conhecer o estado da arte, dos apontamentos na criação de Unidades de Conservação.

A seleção de mapas e fotografias para a sua inserção na pesquisa correspondem ao texto escrito, apresentando-os como dimensões qualitativas dos fenômenos, narrando o que as imagens apresentaram. As imagens fotográficas são, assim, depoimentos da realidade espacial de um certo momento de um espaço compreendido por diferentes paisagens (GASKELL, 2002). No decorrer da pesquisa, pode-se compreender a percepção dos sujeitos sobre os múltiplos usos do Parque. As observações, especialmente nas visitas de campo, verificaram o modo como os sujeitos estabelecem relações com as paisagens e objetos de seu cotidiano e de sua vivência. Motiva, também, a descoberta entre a fala e o ato do sujeito, saindo das representações rígidas do imaginário hegemônico.

Ao envidar esforços ao entendimento dos processos complexos, ambivalentes e contraditórios que regem as formas de apropriação do território goiano, sobretudo em áreas de vegetação do Cerrado que ainda restam, apoia em estudos que procuram transcender às formas tradicionais de se fazer ciência, uma vez que as mesmas celebram no seu bojo o centralismo inconsequente da ação humana sobre o meio natural. Para tanto, nos aproximamos dos estudos que envolvem diretamente as tensões e os conflitos territoriais.

No mesmo diapasão, o presente estudo objetivou a possibilidade de discussão das transformações ocorrentes no Cerrado goiano. Com base em Chaveiro (2007), as pesquisas encontradas sobre o Cerrado possuem múltiplas abordagens que envolvem aspectos físicos, sociais, culturais, econômicas e políticas. Neste contexto, surgiu também a possibilidade de compreender os sujeitos do Cerrado e as relações de transformações em seus territórios. Além disso, colocou-se como centralidade nas pesquisas focadas no Cerrado a sua compreensão como território em disputa. Questionou-se o referencial de bioma para classificá-lo e, ao fazê-lo, chamou-se a atenção para o fato de que além de vegetação e animais, o Cerrado possui povos e comunidades, cultura e saberes específicos na forma de lidar com as águas, os solos, a vegetação e as sementes. No Cerrado, solos, rios, plantas e minérios são disputados por empresas nacionais e internacionais que exercem o controle corporativo e disputam os bens naturais cerradeiros (GONÇALVES, 2016).

Por isso, compreende-se também as Unidades de Conservação como territórios em disputa no Cerrado. A criação de uma Unidade de Conservação não ocorre fora de disputas de interesses entre vários atores e sujeitos envolvidos. Ainda, ao serem criadas, desde as paisagens aos bens naturais como águas, solos e plantas são ameaçadas por interesses diferenciados que

envolvem atores do agronegócio, turismo, mineração e indústria farmacológica; assim como povos e comunidades que vivem no interior ou no entorno destes territórios.

Além da apresentação, introdução e considerações finais, a Dissertação está dividida em três partes que ao total representam o resultado da pesquisa. Na primeira parte, buscou-se apresentar o Parque Serra Dourada, antes de se tornar parque, após ser elevado à categoria de Parque a partir do ano de 2003 e seu processo de demarcação territorial no ano de 2019; apresenta-se um diagnóstico de sua fisiografia, de seu contexto histórico; relevo; localização/ posição; hidrografia e seus elementos físicos/legais/ histórico e de usos, inclusive usos clandestinos; representação através de mapas, hidrografia e relevo; e a posição do Parque em relação com a cidade de Goiás e outros municípios.

Na segunda parte, permeiam-se as reflexões inseridas na perspectiva territorial e política dos Parques: o que são os Parques, como surgiram e como ganham forma; o processo de demarcação do Parque na perspectiva territorial e sua relação com o Bioma-território Cerrado; o debate inserido no estado da arte; diálogo sobre conflitos ambientais; o processo de formação do Parque, e o Parque numa perspectiva territorial e sua relação com o Cerrado com apresentação de mapas dos parques no Estado de Goiás. No decorrer do capítulo 2, discute-se a perspectiva territorial sobre a relação do Parque com o Cerrado; discute-se sobre a constituição do Parque Serra Dourada numa perspectiva territorial; há a contribuição de relatos e entrevistas sobre os conflitos relacionados à demarcação, percepções sobre a importância do Parque.

A terceira e última parte da Dissertação conta com o mapa dos conflitos, o qual discorre-se sobre os atores e como esses atores disputam o parque a partir da Lei, do uso e das ações do Estado; as disputas e as práticas inseridas no turismo, mineração e pecuária; este capítulo também conta com relatos e com o diálogo sobre a formulação de leis e decretos: proposta e estrutura. Por conseguinte, considera-se que a presente pesquisa contribuirá na discussão dos usos e dos conflitos existentes no processo de delimitação do Parque Estadual Serra Dourada.

1 DIAGNÓSTICO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA: uma leitura histórico-espacial

1.1 Localização do Parque Estadual Serra Dourada

Localizado no Cerrado goiano, a 150 km de Goiânia, o Parque Estadual Serra Dourada (PESD) é conhecido por suas paisagens e atrações ecoturísticas. Schobbenhaus (2008), define o Parque como um laboratório natural de geodiversidades a céu aberto. Pertencente ao relevo goiano, e ao Planalto do Alto Tocantins e Paranaíba, o Parque Estadual Serra Dourada (PESD) localiza-se entre os municípios de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás (MOURA; CARNEIRO, 2019), e situa-se a 131 km de Goiânia.

Segundo Rizzo (1970), o PESD localiza-se entre as coordenadas 16°06'02" – 16°03'52" S e 50°10'59" – 50°10'12" W, com altitude que varia de 726 a 1080 m. O mapa 1 aborda a localização e seus limites.

Mapa 1. Localização e limites do Parque Estadual Serra Dourada (Estado de Goiás)



Fonte: UEG

Elaboração: Ana Carolina Marques de Oliveira, 2021.

Organização: Aline Marques.

O mapa 1 mostra os limites do Parque Estadual Serra Dourada com os municípios de Goiás, Mossâmedes, Buriti de Goiás e Novo Brasil. Exibe os limites do Parque Estadual Serra Dourada, a qual reserva vários atrativos e pontos de belezas cênicas, dispendo de cachoeiras, afloramentos rochosos e uma exuberante cobertura vegetal e faunística. Esta Unidade de Conservação é um patrimônio ecológico para o Estado de Goiás, e tem por objetivo preservar

os mananciais, as nascentes, a fauna, a flora, as belezas naturais e o solo com suas riquezas minerais.

Souza (2019, p.155), se referindo ao Parque Nacional da Tijuca, o maior Parque reflorestado do mundo, reflete sobre a preservação ambiental dos parques e questiona: os parques são preservados a quem? Por quem? E por qual interesse? Há de se questionar também: o Parque Serra Dourada, no ato de sua demarcação, foi delimitado com quais objetivos? Quais os interesses se camuflam por trás da necessidade de redefinição do Parque? Por que diminuir seus limites se tornou necessário e envolve pressões e conflitos?

Havia grupos de pessoas usando a área em questão, e que *a priori* deveria ser motivo de ampliação da área de conservação, porém, o que se observa é a ocupação permanente e o uso de seus bens territoriais explorados e comercializados. O Parque foi criado sob o Decreto Estadual n. 5.768 de 05 de junho de 2003, a princípio, com área aproximada de 30.000 hectares antes da nova delimitação realizada no ano de 2019.

Segundo dados da SEMAD (2021), em relação à nova delimitação,

o parque apresentou uma área de 17.170,7924 ha, enquanto a delimitação atual apresenta 28.625,1773 ha, com isso é apresentada uma diferença de 11.454,3829 ha, o que pode ser considerada uma diferença bastante notável, uma redução de área de aproximadamente 60% da área total do parque. (SEMAD, 2021)

Antes da criação do Parque Estadual Serra Dourada, foi criada a Reserva Biológica da Universidade Federal de Goiás (UFG) em 1969, conhecida como Reserva “Professor José Ângelo Rizzo”, doada pelo governo do Estado de Goiás à Universidade.

Atualmente a reserva está localizada dentro do Parque, possuindo uma área de 16.851 hectares, onde está inclusa a Área de Proteção Ambiental - APA, a partir da rodovia que demanda a Cidade de Goiás até a cabeceira do Rio dos Índios. A reserva situa-se mais precisamente dentro dos limites do município de Mossâmedes e é administrada pelo Departamento de Botânica da UFG. (CARNEIRO, 2021)

A Reserva Biológica, utilizada para estudos científicos foi criada em 1969, no município de Mossâmedes, encontra-se cercada com vigilância em tempo integral, possui acesso por meio de estrada asfaltada a 146 Km a partir de Goiânia. Dispõe de um percurso em estrada de terra até a sede. Sua estrutura conta com energia elétrica, sistema próprio de captação de água e alojamento. A reserva biológica professor José Ângelo Rizzo recebe visitantes pesquisadores nacionais e estrangeiros; alunos de graduação e pós-graduação da UFG e de outras instituições.

De acordo com Rizzo (1970), a Serra Dourada classifica-se como *hogback*¹ quartzítico -termo inglês usado para definir uma estrutura inclinada semelhante a uma *cuesta*, com camadas superiores a 30°. De acordo com Carneiro, Araújo e Santos (2021), o *hogback* da Serra Dourada se refere à forma de relevo residual alongada cujas encostas apresentam declividade superior a 30°, frequente em rochas metamórficas ou em metassedimentos dobrados com mergulho subvertical, isolada ou formando feixe de cristas. Possui também características de Floresta Semidecídua, Floresta de Galeria, Buritizal, Campo Limpo, Cerrado Sentido Restrito e Cerrado Rupestre.

1.2 Regulamentação política da criação do Parque Estadual Serra Dourada

Neste item propomos compreender a regulamentação política nos termos do processo de demarcação do Parque Estadual Serra Dourada e o acordo firmado entre ambientalistas, produtores rurais, o qual possibilitou o fim de divergências que duraram 15 anos sob os interesses voltados aos limites do Parque.

A valorização do Parque Estadual Serra Dourada como patrimônio exige atitudes políticas relativa às invasões indevidas nos limites do Parque. Logo, ações políticas efetivas contribuem para a proteção da reserva biológica, assegurando a biodiversidade, paisagens, memórias e dinâmicas socioculturais. Torna-se indispensável destacar na criação do Parque Estadual Serra Dourada, a exigência de algumas ações que foram tomadas nos atos de criação do Parque, segundo dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, 2017) são:

- 1) Estudo Técnico para a Criação do PESD;
- 2) Ata da Consulta Pública de Goiás;
- 3) Ata da Consulta Pública de Mossâmedes; e
- 4) Decreto N° 5.768, de 05 de junho de 2003.

Partindo do contexto de compreensão do Cerrado como Bioma-Território, o objetivo de criar o Parque Estadual Serra Dourada foi controlar a ocupação do solo de sua região, preservando as nascentes, os mananciais, a flora, a fauna e as belezas naturais. Antes de criar o Parque Serra Dourada, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Dr. Sullivan Silvestre pelo Decreto Estadual n°4.866, de 12 de fevereiro de 1998. Teve seu limite ampliado pelo Decreto Estadual n° 5. 169, de 28 de janeiro de 2000. (PINTO FILHO, 2014; SEMAD, 2021).

¹ Hogbacks são uma expressão topográfica regional típica de afloramentos de estratos de declive acentuado, comumente sedimentares, que consistem em camadas alternadas de estratos duros e bem litificados de arenito e de calcário, estratos fracamente cimentados (xisto, argilito e marl).

A APA Dr. Sullivan Silvestre tem como objetivo específico, além de preservar a fauna e a flora, a preservação da geologia. Já os objetivos de preservação do Parque Estadual da Serra Dourada são preservação da fauna e flora, além das drenagens, nascentes e da paisagem. (FILHO, 2014, p. 49).

Para o novo limite do Parque Estadual Serra Dourada, segundo informações contidas no site do Governo de Goiás (2018), com perímetro de 23 mil hectares de área total, firmou-se um acordo entre ambientalistas e produtores rurais, o qual permitiu o fim de divergências relacionadas aos seus contornos.

Após quatro reuniões e muitos debates no Quartel do XX, na antiga capital goiana, o Grupo de Trabalho conseguiu a aprovação, por unanimidade, do novo perímetro do parque que terá área total de 23 mil hectares. O secretário titular da Secima, Hwaskar Fagundes, destaca a importância do trabalho desempenhado pelo Grupo de Trabalho na efetivação deste acordo que vai trazer ganhos ambientais para os municípios envolvidos. (GOVERNO DE GOIÁS, 2018).

O acordo fechou-se em abril de 2018, após a portaria da SECIMA (Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos). Criou-se um grupo de trabalho² para resolver a demanda, na qual realizaram quatro reuniões de debate no Quartel do XX - antiga Capital Goiana. Foi aprovado por unanimidade o novo perímetro do Parque, com área total de 23 mil Hectares. Após realizar o acordo e definir as tramitações finais na SECIMA, o processo se conclui com a minuta de lei encaminhada à Casa Civil com projeto de lei remetido à Assembleia Legislativa. Ainda, os limites do Parque foram reduzidos devido às ocupações inseridas em seus limites, como: casas, currais, área de pasto, lavouras, confinamentos, granja e piscicultura, somadas e consideradas como 75 benfeitorias, os quais foram concebidas pelo grupo de trabalho como áreas que não possuíam atributos ambientais e sem interesse de conservação. Pontua-se que essas benfeitorias foram excluídas da área do Parque, e se caso continuassem inseridas, o Governo do Estado teria que desapropriar essas áreas, influenciando, portanto, na economia da gestão desta unidade. (GOVERNO DE GOIÁS, 2018).

O Grupo de Trabalho que tratou da questão identificou 75 benfeitorias dentro do perímetro anterior do parque (como casas, currais, áreas de pasto, lavouras, confinamento, granja, piscicultura), que foram consideradas áreas que não tinham atributos ambientais e nem interesse de conservação. Pelo acordo firmado, essas benfeitorias foram excluídas da área total do parque. Caso essas benfeitorias continuassem incorporadas ao parque, o Governo do Estado teria de desapropriar, destruir, recompor e remover essas áreas, com o custo de

² Este grupo de trabalho multidisciplinar foi formado para discutir a redelimitação do Parque Estadual Serra Dourada formado por representantes do Iphan, Ibama, Incra, Associação para Recuperação e Conservação Ambiental, Sindicatos rurais, Secult, Faeg e Semarh. Houve também a participação da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), da secretaria de Meio Ambiente da Cidade de Mossâmedes, de fazendeiros, comerciantes e representantes da população da cidade de Goiás, Mossâmedes e Sanclerlândia.

financeiros adicionais. Dessa forma, a exclusão das benfeitorias representou redução de 70% no valor de desapropriação e economia na gestão da unidade. (ESTADO DE GOIÁS, 2018).

Segundo Amarbrasil (2014), após a publicação do decreto de criação do Parque Serra Dourada, o Decreto infligiu sobre 188 propriedades, com desapropriação indireta. O objetivo do Governo Federal e Estadual (autoridades desapropriantes) foi manter os proprietários na espera de regulamentação de uso e manejo nas áreas, isso porque, o Código Civil, que entrou em vigor em 2003, prevê o prazo de 10 anos para propositura da ação de indenização em caso de desapropriação.

A figura 3 ilustra a beleza do Parque Estadual Serra Dourada, como alvo de disputa territorial.

Figura 3. Parque Estadual Serra Dourada no fim de tarde com pôr do sol.



Fonte: Jeften Monte, 2021.

Na figura 3 observa-se de acordo com a discussão do texto, além da beleza cênica natural, a localização e os limites do Parque Estadual Serra Dourada, delimitando-se com os municípios de Goiás, Mossâmedes,

Buriti de Goiás e novo Brasil. As belezas do Parque são inclusive favoráveis ao turismo ecológico.

1.3 Elementos físicos e perspectivas turísticas do Parque Estadual Serra Dourada

O Parque Estadual Serra Dourada está inserido no contexto do ecoturismo por suas belezas naturais. Foi criado como um instrumento de proteção do meio ambiente e mobiliza o setor político da sociedade civil e a coletividade em geral, estimulando ações turísticas. A partir da década de 1970, surgiram as modalidades de turismo denominada como alternativas, como uma opção ou turismo de massa. Porém, surgem também os problemas e as preocupações relacionados aos impactos socioeconômicos.

A paisagem e seus elementos culturais existentes nas áreas naturais protegidas legalmente, representam uma opção atrativa aos turistas, estudantes e pesquisadores. Boo (1990), relata que os turistas procuram cada vez mais parques e reservas, buscando uma modalidade de turismo com experiências voltadas ao ambientalismo. No Brasil, as leis que regem as áreas protegidas estabelecem que algumas categorias de unidades de conservação, em especial os parques, são passíveis de exploração turística, permitindo um contato direto com a natureza e interagindo com o processo de educação conservacionista.

As agências governamentais responsáveis pelas áreas protegidas são pressionadas a se tornar mais lucrativas e gerar uma maior receita com serviços voltados às unidades de conservação. Wearing e Neil (2001) defendem o ecoturismo como um meio que proporciona resultados práticos e oferece uma base de proteção contínua para essas áreas de proteção.

O Parque Estadual Serra Dourada possui pontos atrativos ao turismo, para Pires (1998), as atividades em áreas protegidas são um estímulo de ingresso de divisas, geração de empregos e conservação do meio ambiente. Veremos a seguir os principais pontos atrativos do Parque Estadual Serra Dourada:

O Mirante – ponto mais alto do Parque que é utilizado como pista para voo de asa delta, conhecido também como Mirante do Parapente, com uma exuberante vista do Parque e da cidade de Goiás.

Figura 4. Mirante da Serra Dourada



Autor: Jeften Monte, 2021.

Na figura 4, *Mirante da Serra Dourada*, um ponto turístico por sua beleza natural e para a prática de esportes radicais como o voo de asa delta e por paraquedistas. Observe em seguida, outra imagem ampliada da visão a partir do *Mirante da Serra Dourada*.

Figura 5. Mirante da Serra Dourada, destaque da paisagem do Cerrado no horizonte da Serra



Fonte: Jefthen Monte, 2021.

Na figura 5 observa-se a visão abrangente a partir do *Mirante*, uma atração para os praticantes de voo de asa delta, paraquedistas, trilheiros, escalada de montanhas, pedaleiros e motociclistas. A prática de motocross, é considerada ilegal sob os regimentos do Parque Estadual Serra Dourada, portanto, existem os adeptos deste esporte de forma clandestina. Sua proibição se baseia no fato de provocar impactos na paisagem cênica da UC, produção de ruídos, perturbação da fauna e conflitos em propriedades privadas no entorno do Parque.

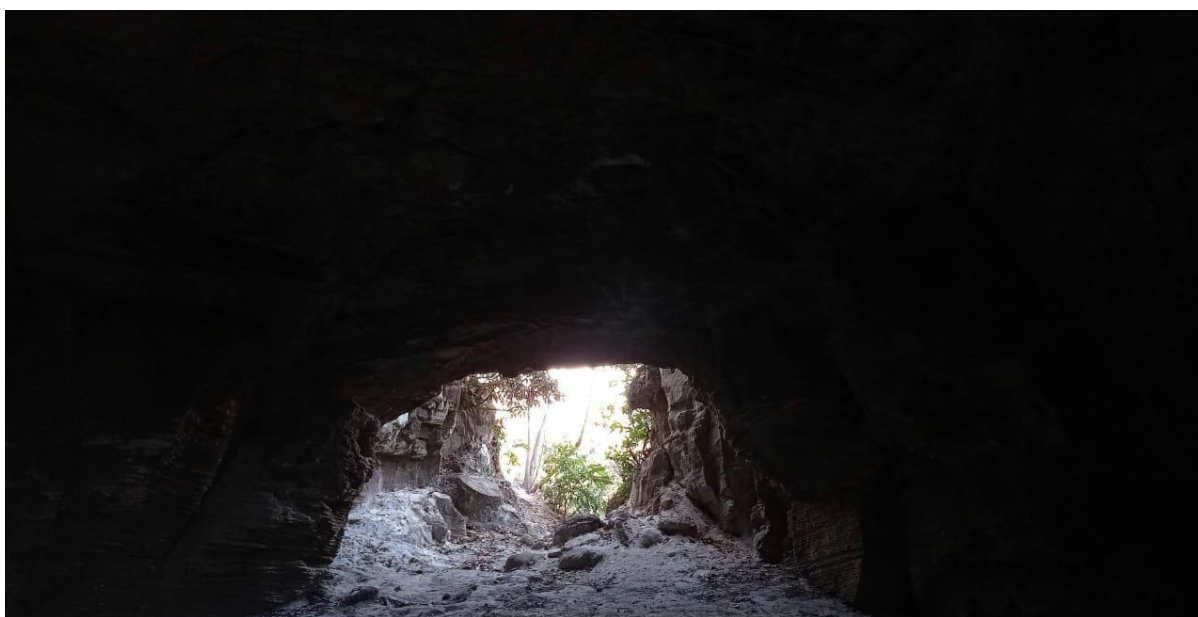
Gruta da Coruja - As cavernas também se destacam no Parque Serra Dourada e entre os locais atrativos aos visitantes há a Gruta da Coruja. Sobre as grutas, Monteiro (2014, p.15), afirma que

as cavidades naturais subterrâneas, comumente conhecidas como cavernas, grutas, furnas, buracos, tocas e etc., são espaços compostos por uma natureza singular, que abriga uma grande complexidade de formações geológicas e cenários deslumbrantes, riquezas minerais valiosas, ecossistemas únicos e bastante sensíveis, seres endêmicos e raros, importantes achados, antropológicos, dentre outras (MONTEIRO, 2014, p.15).

“Essas características intrínsecas ao mundo cavernícola, desperta o interesse econômico e a atenção de muitas pessoas, empresas, mineradoras, cientistas, ambientalistas, turistas, religiosos, esportistas, aventureiros e especialmente dos espeleólogos” (MONTEIRO, 2014, p.15).

Observa-se a seguir, na figura 6, a imagem tirada por dentro da *Gruta da Coruja*.

Figura 6. Gruta da Coruja, também conhecida como gruta do morcego.



Fonte: Aline Marques, 2021.

A *Gruta da Coruja* é um local composto por rochas de quartzito com uma redução significativa na temperatura do ar em seu interior. O nome *Gruta da Coruja* foi dado pelos guias mateiros locais, devido ser moradia de uma coruja albina. A seguir, na figura 7, observa-se a imagem a partir do lado de fora da *Gruta da Coruja*, ou, *Gruta do Morcego*.

Figura 7. Entrada da Gruta da Coruja ou Gruta do Morcego



Fonte: Aline Marques, 2021.

A *Gruta da Coruja* está inserida ao conjunto de geossítios de locais bem delimitados geograficamente, no qual ocorre um ou mais elementos da Geodiversidade com singular valor do ponto de vista científico, pedagógico, cultural e turístico (BRILHA, 2005).

“Desta forma, o Geossítio *Gruta da Coruja* trata-se de um local representativo do Patrimônio Geológico de um território denominado Serra Dourada que integra a Geodiversidade do Estado de Goiás” (CARNEIRO, ARAÚJO e SANTOS, 2021)

O Parque Estadual Serra Dourada possui grande diversidade geológica e é um registro representativo dos diferentes eventos e cenários presentes na evolução geológica da Plataforma Sul Americana. Esse registro é um resultado de pesquisas feitas em áreas onde as rochas estão expostas, ocorrendo o que se denomina afloramentos, que podem estar situados em cortes de estradas, rodovias e ferrovias, em topos e vales, leito de rios e tantos outros.

Pedra Goiana - O Parque Estadual Serra Dourada também conta com a Pedra Goiana, que foi alvo de destaque por anos como símbolo do Parque Estadual Serra Dourada. Na década de 1960 a Pedra Goiana perdeu seu formato de uma grande rocha suspensa sobre uma frágil base de rochas menores. Segundo rumores populares, um grupo de jovens derrubou a formação geológica com o auxílio de um macaco hidráulico (BRITO; PRADO, 2011).

Observa-se a seguir, na figura 8, o acesso à Pedra Goiana.

Figura 8. Placa e trilha no Parque Estadual Serra Dourada que indica acesso à Pedra Goiana.



Autora: Aline Marques, 2021.

Na figura 8, no Parque Serra Dourada, observa-se a placa indicativa e começo da trilha que dá acesso à Pedra Goiana. Observe também na figura 9 a imagem da Pedra Goiana em seu estado antes da demolição.

Figura 9. Pedra Goiana em 1960.



Fonte: <<https://www.facebook.com/PedraGoiana/>>. Acesso em: 09/11/2012

Localizada no centro da *Cidade de Pedra* (muitas rochas com tamanhos e formatos variados), a Pedra Goiana, uma “obra de arte” construída pela ação da natureza. Um gigantesco bloco de rocha, de mais ou menos 50 toneladas, equilibrava-se sobre duas rochas menores. Infelizmente a *Pedra Goiana* foi demolida em 1965 por vândalos, que segundo populares, por motivo de divergências e conflitos sobre qual município pertenceria a simbólica Pedra Goiana.

Atenta-se também na figura 10 a imagem da Pedra Goiana, após ser demolida.

Figura 10. Pedra Goiana, Serra Dourada, em 2021.

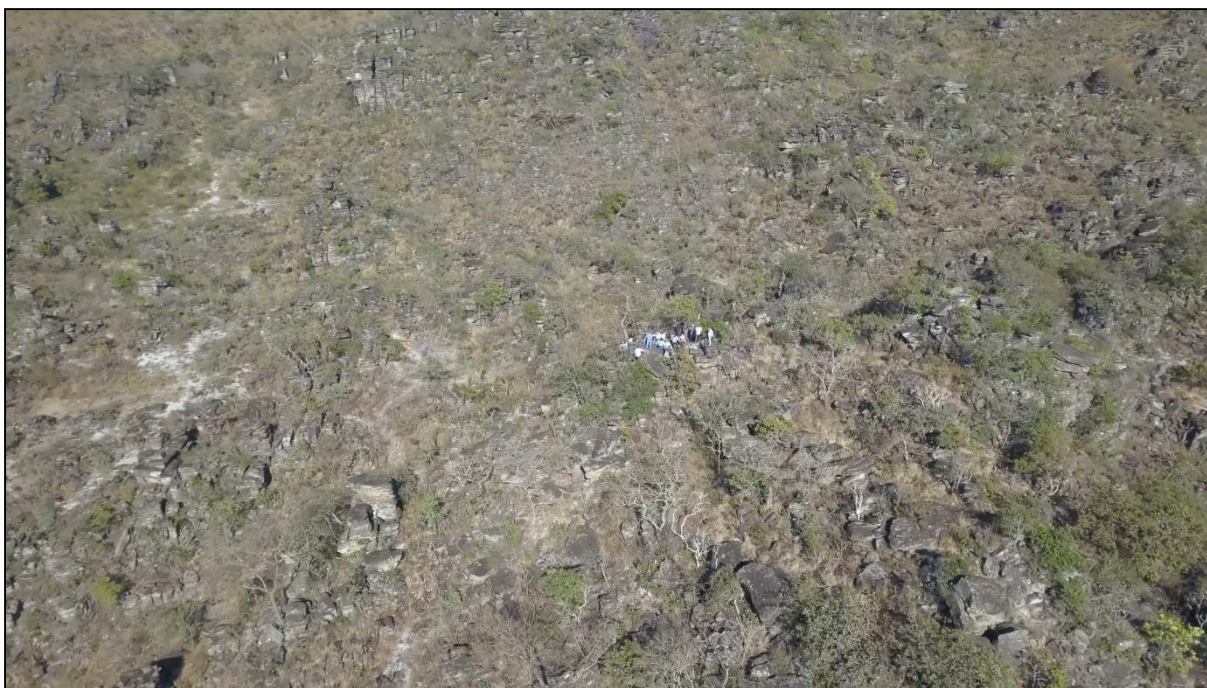


Autora: Aline Marques, 2021.

Na figura 10, observa-se a Pedra Goiana demolida a décadas, caída na beira de uma elevação natural que a sustentou por séculos. Está localizada no centro da *Cidade de Pedra*.

Cidade de Pedra ou *Vale de Pedra*- Na figura 11, observa-se a imagem da chamada Cidade de Pedra, local com imensas edificações naturais de rochas que lembra a cidade com edificações de prédios.

Figura 11. Cidade de Pedra, Parque Estadual Serra Dourada



Fonte: Secretaria de Cultura e Meio Ambiente de Mossâmedes-Go, 2021.

Na figura 11, a *Cidade de Pedra* ou *Vale das Pedras*, “trata-se de um relevo ruiforme, ou seja, uma paisagem litológica que lembra ruínas abandonadas trabalhadas por erosão diferencial. Esses quartzitos ruiformes foram esculpidos pelas ações do vento, da chuva e do sol.” (CARNEIRO, ARAÚJO, SANTOS, 2021, p.40).

Areal - Local no Parque Estadual Serra Dourada conhecido por suas areias de várias tonalidades, utilizadas inclusive por artistas goianos em suas obras de arte. O autor Filho (2014) afirma que

Areal – local de areias com variadas cores, inclusive utilizadas por artistas da região em obras de artes. “Outro sítio da geodiversidade inventariado no topo da Serra Dourada é o chamado Areal, com aproximadamente 300 metros quadrados, o sítio possui um valor histórico e cultural elevado. O sítio possui diversas tonalidades de cores de areia e que essas areias ficaram famosas nas obras da artista plástica goiana Goiandira do Couto (FILHO, 2014, p. 120)

O autor destaca a importância que o areal possui pelo seu valor histórico e cultural, chama a atenção por sua beleza natural e pelo local onde está inserido.

Observa-se a imagem do Areal na figura 12.

Figura 12. Areal, Serra Dourada.



Autora: Aline Marques, 2021.

O Areal é um ponto turístico do Parque Serra Dourada. Carneiro, Araújo e Santos (2021), ressaltam que suas areias coloridas são os resultados do intemperismo e da sua ação sobre os quartzitos que os reduzem em areias. O intemperismo desagrega os minerais das rochas e os fragmenta, além de modificar sua composição, decompondo os minerais mais frágeis e

formando novos minerais. Suas areias coloridas são colhidas e usadas como matéria-prima de arte de colagem de artistas plásticos da Cidade de Goiás. “Dentre eles destacam-se Auriovane D’Ávila que encontrou 480 tons de areias, e aprimorou a técnica desenvolvida por Goiandira do Couto.” (MARQUES, 2018, p. 32). Marques (2018, p.32) ainda acrescenta que “Goiandira do Couto tinha um ateliê em sua própria casa, um lugar reservado para desenvolver suas obras, hoje em vias de se transformar em museu. Encontra-se neste acervo mais de 551 tonalidades de cores diferentes de areia extraídas do Parque Estadual Serra Dourada”.

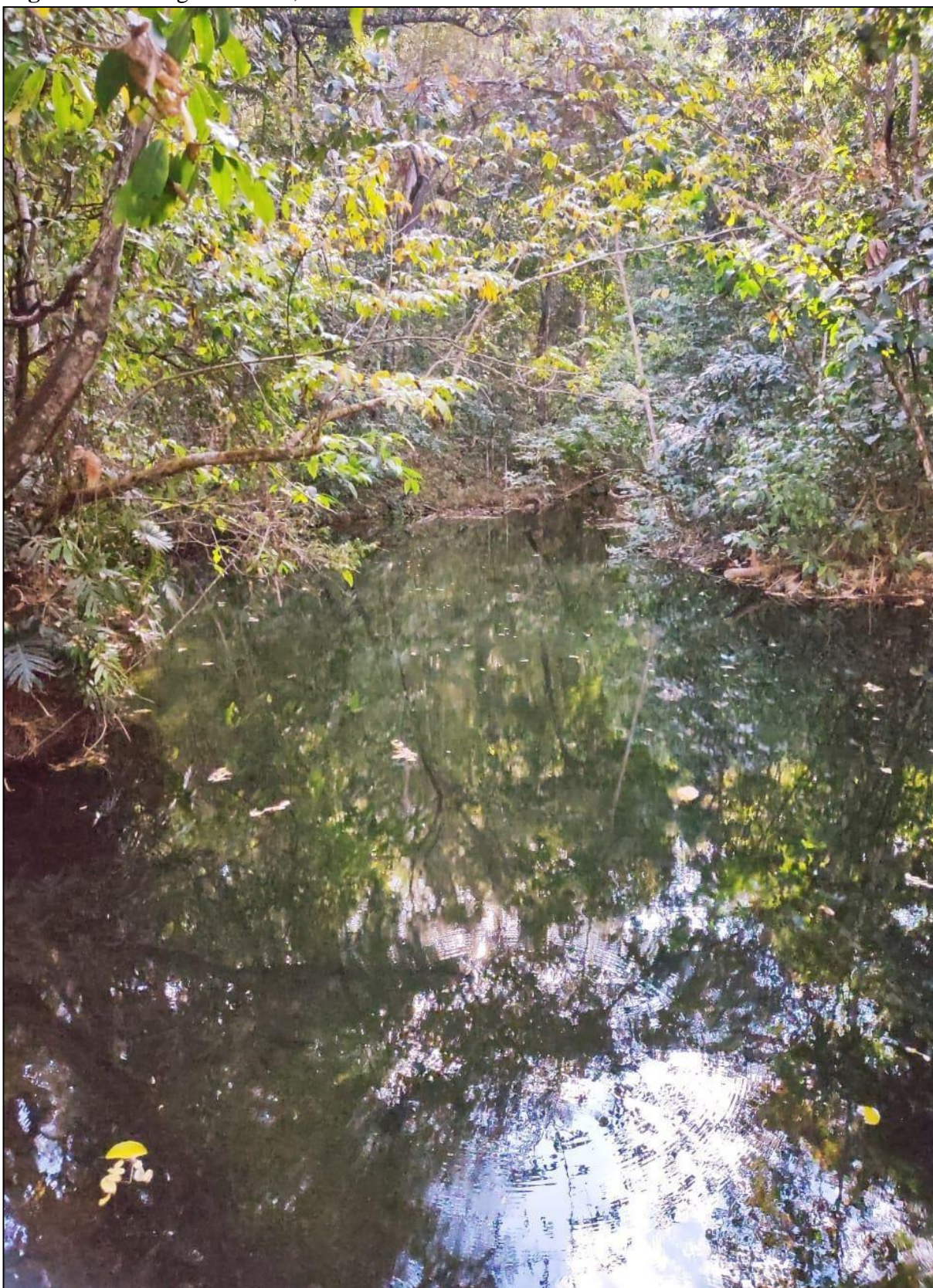
Figura 13. As diferentes tonalidades das areias da Serra Dourada, matéria-prima dos artistas Goiandira do Couto e Auriovane D’Ávila.



Fonte: Carneiro, Araújo e Santos (2021, p.43).

O Córrego Cafundó, além de ser um local turístico do Parque Estadual Serra Dourada, abastece o município de Mossâmedes sem intervenção de tratamento por meio da SANEAGO (Companhia de Saneamento de Goiás). A água brota ao pé da Serra e chega encanada até a cidade de Mossâmedes-Go, quase pronta para o consumo. Em seguida passa por um processo de várias etapas de filtração e tratamento por meio de recursos municipais e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade de Mossâmedes. A seguir, a figura 13 ilustra a nascente do Córrego Cafundó; a figura 14 ilustra a barragem que armazena e abastece de água o município de Mossâmedes- GO; e na figura 15, observa-se o Córrego Cateto, local também muito frequentado por apreciadores do Parque Estadual Serra Dourada.

Figura 14. Córrego Cafundó, Serra Dourada.



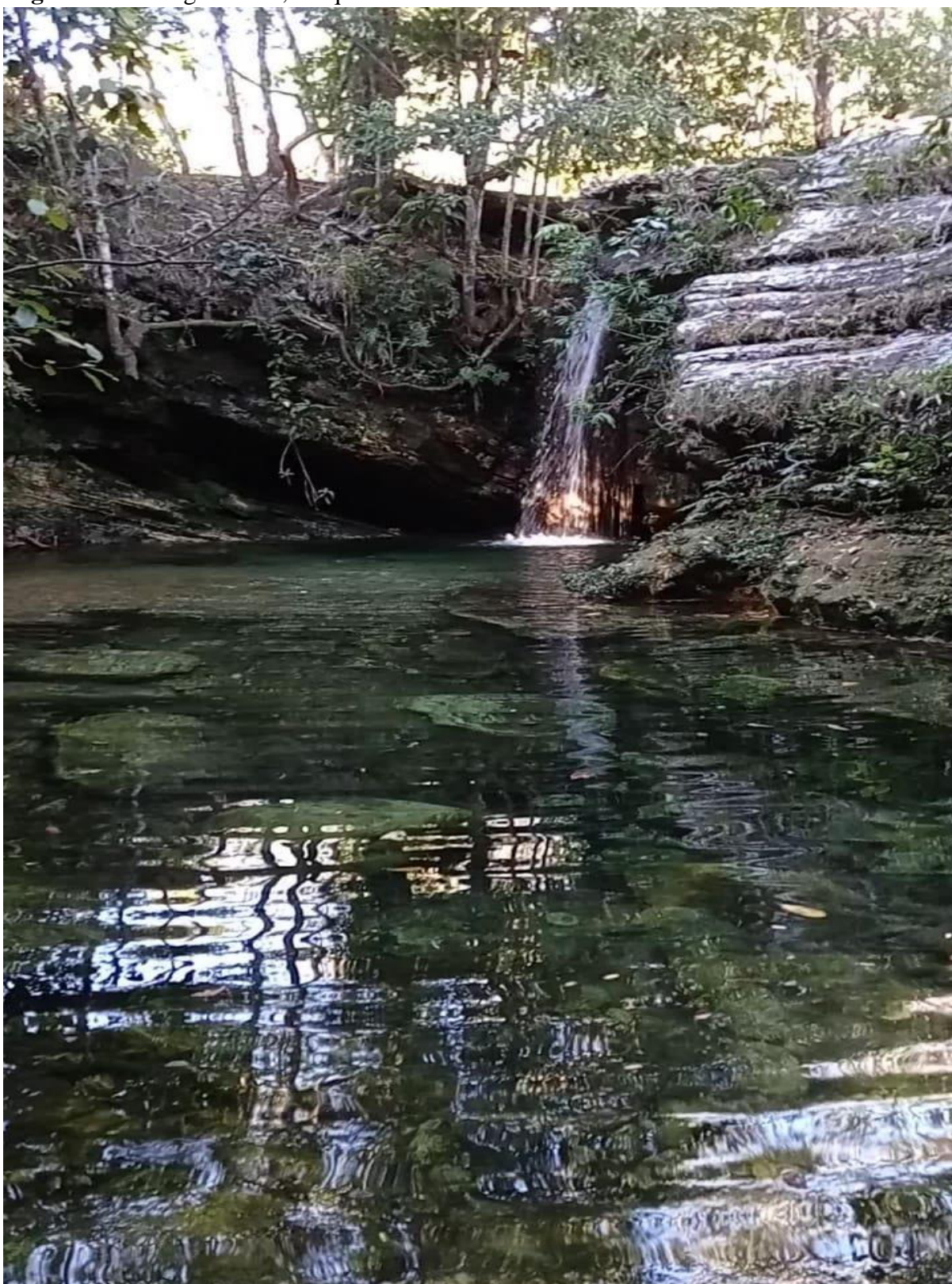
Autora: Aline Marques, 2021.

Figura 15. Barragem do Córrego Cafundó, Serra Dourada.



Autora: Aline Marques, 2021

Figura 16. Córrego Cateto, Parque Estadual Serra Dourada



Autora: Aline Marques, 2021.

Nas imagens das figuras 13 e 14 observa-se o Córrego Cafundó, fiscalizado e responsável pelo abastecimento de água no município de Mossâmedes. É também um dos pontos turísticos do Parque Estadual Serra Dourada.

1.4 Hidrografia do Parque Estadual Serra Dourada

A Bacia hidrográfica é definida como um conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes, formada nas regiões mais altas do relevo por divisores de água, onde as águas das chuvas, ou escoam superficialmente formando os riachos e rios, ou infiltram no solo para a formação de nascentes e do lençol freático (BARRELLA, 2001; TEODORO et. al., 2007). A bacia hidrográfica do Rio Vermelho abrange o Parque Estadual Serra Dourada e cidades vizinhas em questão. O Parque foi criado para proteger a biodiversidade do Cerrado, especificadamente a área de seus limites.

Strauch (2007), ressalta que quando um grupo da sociedade se empenha pela criação de uma Unidade de Conservação, poderá haver outros, de moradores da área, especuladores imobiliários, produtores rurais ou industriais, que se oporão com maior ou menor veemência ao projeto. Por consequência, essa disputa é travada nos bastidores da política e ocorre tramas de poder que buscam favores para obter apoio político. O desenvolvimento da gestão de recursos hídricos e do meio ambiente se ocorre em um campo conflituoso, no qual o surgimento de instâncias novas coletivas e negociadas, tomam fragmentos tanto do poder executivo quanto do legislativo. As instituições que buscam seus espaços desenvolvem estratégias para trabalhar e as instituições existentes relutam em ceder espaço.

Segundo Strauch (2007), a Constituição brasileira prevê um desenvolvimento sustentável, baseado na participação popular e transparência, podendo ser concretizada promovendo consecutivamente o desenvolvimento econômico e social. De acordo com a Lei 9433/1997 (lei das águas) art. 32, e sobre a gestão de Recursos Hídricos, Strauch (2017), sintetiza que

A gestão de recursos hídricos, apesar de centrada no SINGREH, não encerra nesse ponto. A área do meio ambiente, através do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), Tem um papel importante na gestão de recursos hídricos, especialmente na Proteção de Áreas de Preservação Permanente (APP), que são imprescindíveis para se ter uma água com qualidade e quantidade adequados, e através das Unidades de Conservação (UC), que protegem áreas de importância especial, inclusive, quanto aos recursos hídricos. (STRAUCH, 2017, p.15).

O autor ressalta as principais interfaces entre o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) e o SINGREH (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos), que se trata da água como base de sustentação dos ecossistemas por ser um tema atinente ao âmbito

da legislação ambiental, sendo este um motivo pelo qual as matas ciliares, nascentes e áreas úmidas são protegidas pelo Código Florestal e não pela política de recursos hídricos. No âmbito da legislação, a preservação ambiental sobre as águas tem o objetivo de garantir o suprimento das necessidades hídricas da população e das atividades humanas, em termos de qualidade e quantidade.

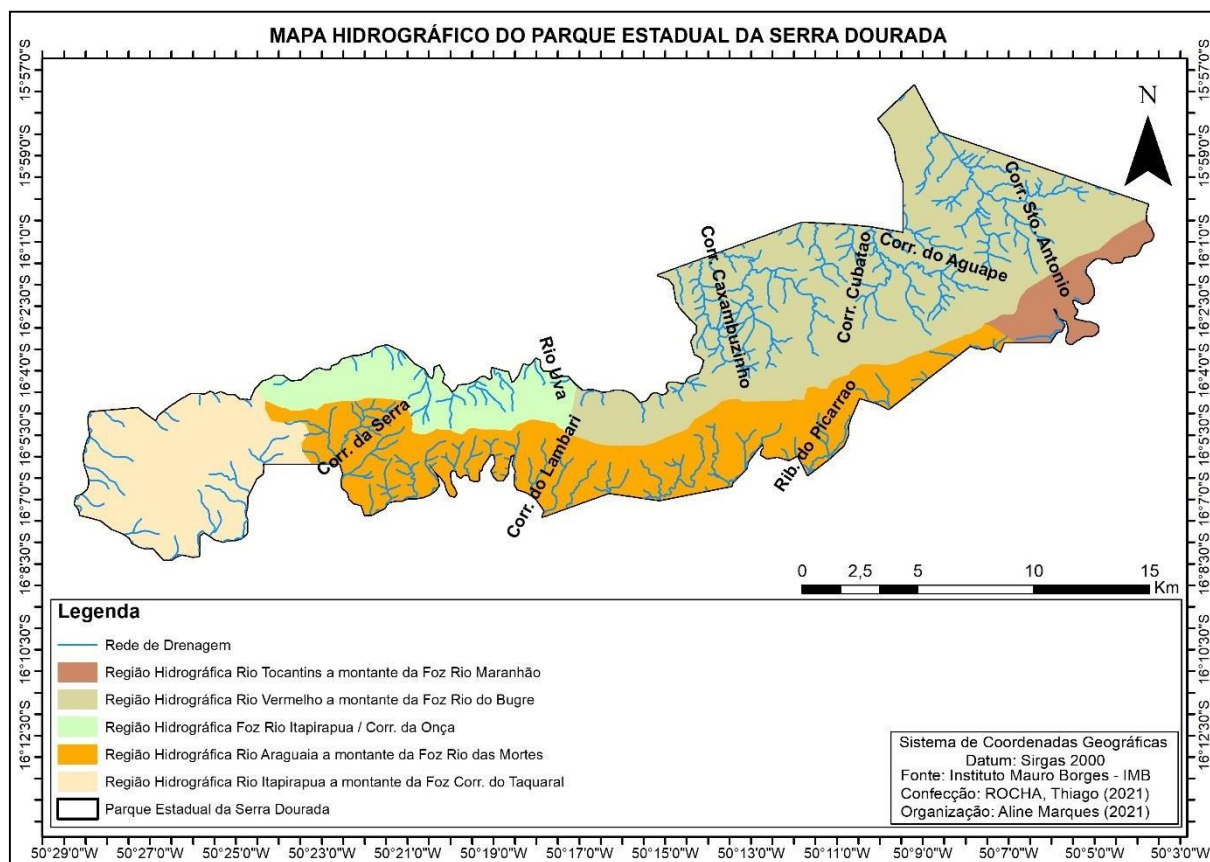
Segundo Strauch (2017, p. 17) a Política Agrícola tem as bacias hidrográficas como unidades básicas de planejamento de uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais. Sendo assim, prevê a função de proteger o meio ambiente na área de abrangência de suas bacias hidrográficas. Portanto, fica claro que a bacia hidrográfica é uma unidade de planejamento em áreas distintas, isso se dá pelo fato de que dentro de uma bacia hidrográfica, a água é o bem natural mais importante para sustentar a vida. Considerando que no art. 8º da Lei Complementar nº 140/2011 estabelece que

compete aos Estados promover o licenciamento ambiental de atividades utilizadoras de recursos ambientais, e que não forem licenciados pela união ou pelos municípios, bem como os empreendimentos, localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pelo Estado, exceto em áreas de Proteção Ambiental (APA). TRINDADE (2017, p. 35).

O autor distingue a Área de Proteção Ambiental (APA), com a Área de Preservação Permanente (APP). Descreve que a APA se trata de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, definida pelo art. 15 da Lei Federal nº 9.985/2000 como “Área de Proteção Ambiental”. Logo, é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana dotada de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e do bem-estar das populações humanas. Ademais, tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, contendo o processo de ocupação, assegurando a sustentabilidade do uso de recursos naturais.

Como já foi abordado anteriormente, a importância de criar parques e UCs está ligada à necessidade de proteção, preservação e recuperação de áreas ecológicas, biomas, florestas e hidrografia. Neste seguimento, foram abordadas questões hidrográficas que cercam o parque, lembrando que, a luta territorial neste caso, também está ligada ao ambiente. O Parque está concentrado na bacia hidrográfica do rio Araguaia. O Rio Vermelho deságua no Rio Araguaia e corta a Unidade de conservação, possuindo uma extensão total de 10.824 Km², com nascentes e foz com altitudes de 900 metros a 220 metros Pinto Filho (2014). Rizzo (1970), destaca que a Serra Dourada serve de importante divisor de águas, separando os rios que integram as bacias Araguaia-Tocantins e a bacia do Paranaíba.

Mapa 2. Hidrografia do Parque Estadual Serra Dourada



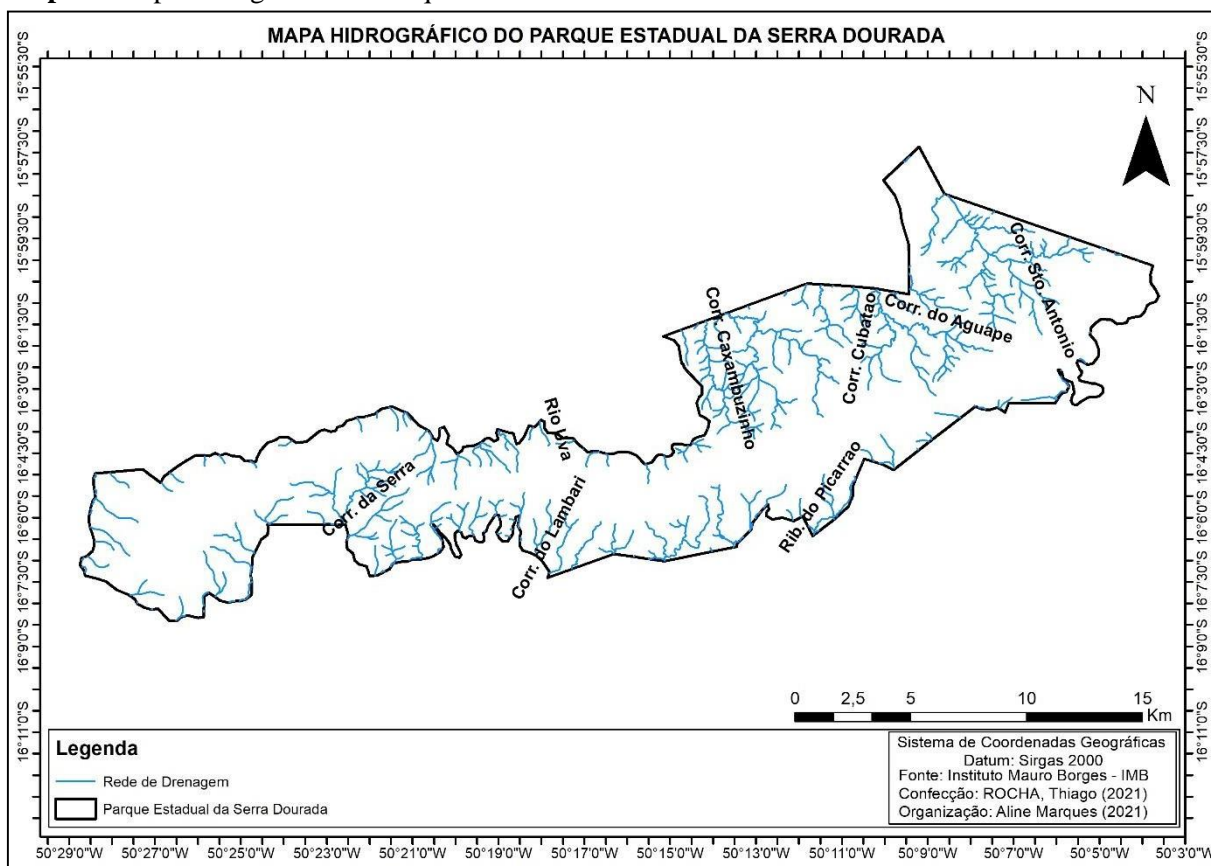
Fonte: Instituto Mauro Borges

Organização: Aline Marques, 2021.

O mapa 2 representa a hidrografia do Parque Estadual Serra Dourada por região de Bacia. Pode-se identificar no mapa e na rede de drenagem, da esquerda para a direita, os seguintes córregos: na região hidrográfica do Rio Araguaia encontra-se o córrego da Serra, córrego do Lambari e o ribeirão Piçarrão. Destacam-se ainda o córrego Cubatão, córrego do Aguape e córrego Santo Antônio. A maior parte de seus córregos compõem a Bacia do Rio Vermelho. Na região hidrográfica da região da foz do rio Itapirapuã/córrego da Onça, encontra-se o rio Uvá. Na região hidrográfica do Rio Vermelho a montante da foz do rio do Bugre, encontra-se o córrego Caxambuzinho, córrego Cubatão e córrego do Aguape. E na região Hidrográfica do Rio Tocantins a montante da foz rio Maranhão, encontra-se o córrego Santo Antônio.

Destaca-se, assim, o mapa 3, que apresenta os córregos e rios que cortam o Parque Estadual Serra Dourada.

Mapa 3. Mapa hidrográfico do Parque Estadual da Serra Dourada



Fonte: Instituto Mauro Borges

Organização: Aline Marques, 2021.

Através do mapa 3, semelhante ao mapa 2, pode-se observar de forma semelhante como a rede de drenagem corta o Parque Estadual Serra Dourada; o mapa abrange os rios córrego da Serra, rio Uvá, córrego da Serra, córrego Lambari, córrego Caxambuzinho; ribeirão do Piçarrao; córrego Cubatão, córrego do Aguape e córrego Santo Antônio.

Pinto Filho (2014), ao analisar as bacias que abrangem o Parque Estadual Serra Dourada afirma que

O Parque está concentrado na bacia hidrográfica do Rio Araguaia, tendo o Rio Vermelho desaguando no Rio Araguaia. O Rio Vermelho corta a Unidade de conservação, possuindo uma extensão total de 10.824 Km², com nascentes e foz com altitudes de 900 metros a 220 metros (PINTO FILHO, 2014).

Neste segmento, Vieira (2013) também sinaliza que

A bacia hidrográfica do Rio Vermelho, localizada no limite oeste do Estado de Goiás, ocupa uma área de 10.824,60 km² entre os municípios goianos da Cidade de Goiás (alta bacia) e Aruanã (baixa bacia), entre os paralelos 14°55' e 16°20' Sul e os meridianos 50°00' e 51°30" Oeste. Intersectam seus limites, os municípios de Goiás, Aruanã, Matrinchã, Britânia, Jussara, Santa Fé de Goiás, Fazenda Nova, Novo Brasil, Buriti de Goiás, Faina e Itapirapuã (VIEIRA, 2013, p.1).

O autor Vieira (2013), descreve a localização da bacia do Rio Vermelho e observa que no que tange aos recursos hídricos, essa bacia hidrográfica abrange o Parque Estadual Serra Dourada, incluindo rios, córregos e pequenas fontes de água. O Rio Vermelho é um curso de água que banha o Estado de Goiás, e é um importante afluente do Rio Araguaia. Nasce na região da cidade de Goiás e do Parque Estadual Serra Dourada e deságua em Aruanã (GO). Dentro de um planejamento estratégico, os recursos hídricos são aproveitados na implantação de tanques destinados à piscicultura, dentre outras atividades, tais como a formação de lagos que são utilizados também como atração turística.

A bacia hidrográfica do Rio Vermelho está inserida na região hidrográfica do Tocantins/Araguaia, na bacia do rio Araguaia, na porção Centro-Oeste do Estado. O Rio Vermelho nasce a 17 km do município de Goiás, nos contrafortes da Serra Dourada e tem a direção noroeste como predominante em seu curso. O Rio Vermelho é abastecido pelos rios e córrego: rio Fartura, rio Piçarrão, rio João Alves, rio Turvo, rio São Manoel, rio Água Fria, rio Urú e o córrego Cafundó.

A bacia hidrográfica do rio Vermelho está delimitada ao norte e a nordeste pela bacia hidrográfica do rio do Peixe; a sudeste pela Serra Dourada e pela bacia do rio dos Bois; a sudoeste pela Serra da Bocaina e pela bacia do rio Claro, desaguando no rio Araguaia, no município de Aruanã. Pela margem esquerda, os principais afluentes do rio Água Limpa, e pela margem direita recebe o rio Ferreira. Quanto ao rio Vermelho, seus principais afluentes são: pela margem esquerda, rio Uvá e rio Água Limpa, e pela margem direita, o rio Ferreira. A bacia tem uma área de drenagem de aproximadamente 11.000 km², 11 (onze) estão totalmente ou parcialmente inseridos na Bacia, são eles: Aruanã, Britânia (GO), Buriti de Goiás (GO), Goiás, Faina (GO), Fazenda Nova (GO), Itapirapuã (GO), Jussara (GO), Matrinchã (GO), Novo Brasil (GO) e Santa Fé de Goiás (GO).

Quanto ao uso das águas, referente à bacia hidrográfica do Rio Vermelho, de acordo com a Superintendência de Recursos Hídricos do Estado de Goiás (2011), há predominância econômica da pecuária, possuindo uso bastante diversificado. Alguns desses usos contribuem para o lançamento de diversos tipos de efluentes que causam considerável degradação ambiental e poluição de suas águas, a exemplo, a diluição dos efluentes tratados e não tratados, gerados pelos núcleos populacionais localizados da bacia, defensivos agrícolas, efluentes de indústrias alimentares e agroindústrias, frigoríficos, curtumes, laticínios entre outros, interferindo no princípio dos usos múltiplos, ao prejudicar usos mais exigentes da água.

De acordo com Vieira (2013), a estrutura geomorfológica da bacia se dá, de sudoeste para nordeste, com grandes quantidades de canais intermitentes e nascentes instaladas nos cólvios do sopé da Serra Dourada. Os rios tem seus fluxos sobre um pavimento rochoso de rochas duras, sob controle tectônico, apresentam canais com uma série de rupturas de declive ao longo dos cursos, formando as pequenas cachoeiras. O Estado de Goiás se insere na divisão das quatro bacias hidrográficas nacionais, com destaque na bacia hidrográfica do Rio Vermelho. A bacia também é explorada na área do turismo e lazer, através dos balneários, rios e cachoeiras.

De acordo com Vieira (2013), e com base nos dados de cota e vazão disponíveis, para a estação Balneário Cachoeira Grande, aproximadamente 3 km a jusante do sítio urbano da Cidade de Goiás, o regime hidrológico do sistema da bacia do Rio Vermelho, se caracteriza por picos definidos de enchentes e vazantes. Na cidade de Goiás, destacam-se dois balneários: o Balneário e Clube Santo Antônio, Balneário do Poço do Sucuri, e Sete Quedas. Os balneários são atrativos turísticos somados à beleza do Parque Estadual Serra Dourada. Padilha (2013), destaca que a restauração e a conservação das UCs podem minimizar a perda da biodiversidade. Neste caso, o parque exerce a função de proteger a biodiversidade local.

Destaca-se no mapa 4 a apresentação cartográfica da localização dos Balneários próximos aos limites do Parque.

Mapa 4. Balneários no Parque Serra Dourada/ bacia do Rio Vermelho.



Elaboração: Ana Carolina M. de Oliveira
Organização: Aline Marques, 2021.

Identifica-se no mapa 4 os balneários que estão ligados ao Parque Estadual Serra Dourada. O balneário Largo da Carioca encontra-se de fora da delimitação do Parque, enquanto o balneário Santo Antônio, o balneário Poço do Sucuri e Balneário Sete Quedas estão na divisa do Parque, após a nova delimitação realizado no ano de 2019. Ressalta-se o uso das águas dos córregos da Serra para uso comercial e turístico, destinado ao abastecimento de clubes e piscinas.

Além dos usos das águas dos córregos pertencentes ao Parque Estadual Serra Dourada, também se destacam as implicações ambientais nos rios da bacia hidrográfica do Rio Vermelho, geradas pela intensa monocultura de soja, algodão, milho, cana-de-açúcar e arroz. De acordo

com dados do IBGE (2000), a população da bacia hidrográfica do Rio Vermelho está disputada em 86 mil habitantes aproximadamente, ou seja, 1,45% da população do Estado de Goiás.

Entre algumas das atividades econômicas na bacia do rio Vermelho destaca-se apecuária como a predominante, seguida de uma grande representação da agricultura, na qual os principais itens produzidos nos municípios da bacia são: algodão, arroz irrigado, e de sequeiro, banana, cana-de-açúcar, feijão, guariroba, mandioca, milho e soja. A irrigação vem aumentando a expressão da agricultura na economia local, com destaque em Jussara, Britânia, Goiás e Santa Fé de Goiás.

Com o uso alternativo do solo, devido as atividades agropecuárias e monocultura, surgiram desmatamentos e perdas de algumas nascentes, resistindo apenas uma pequena porcentagem de vegetação nativa. As áreas de savana com relevo plano foram as mais devastadas em função das atividades agropecuárias. Ressalta-se ainda que alguns desses usos contribuem para o lançamento de diversos tipos de efluentes, promovendo, portanto, a poluição de suas águas e a degradação ambiental, a exemplo: a diluição dos efluentes tratados e não tratados gerados pelos núcleos populacionais localizados da bacia, defensivos agrícolas, efluentes de indústrias alimentares, e agroindústrias (frigoríficos, curtumes, laticínios).

Outro fator que potencializa a degradação na bacia hidrográfica é o manejo e ocupação inadequados do solo. É preocupante o fato de que uma parte considerável dos municípios localizados na bacia não possui um sistema de coleta de lixo adequado e eficiente para a destinação final dos resíduos. Quanto ao abastecimento público, é feito por águas de superfície, e de forma complementar por águas subterrâneas. Há ainda outros usos significativos na bacia, a saber os barramentos, destinados à acumulação de água com diferentes fins como: irrigação, regularização de vazões, dessedentação animal, embelezamento paisagístico e lazer.

A demanda industrial abrange estabelecimentos industriais, distrito e condomínio industrial, frigoríficos e laticínios, possuindo um alto consumo e poder de poluição, comprometendo inclusive a disponibilidade dos recursos hídricos da área. Quanto ao lazer e turismo, está ligado principalmente à pesca e às visitas às cachoeiras, pesque-pagues, clubes, balneários, turismo rural (principalmente na cidade de Goiás). Essas são as principais atividades de lazer e turismo em torno da bacia do Rio Vermelho.

Quanto à estrutura produtiva entre os municípios incluídos na região da bacia do Rio Vermelho, pode-se estabelecer a comparação das principais atividades desenvolvidas na região do Rio Vermelho, a saber: administração pública em 3 municípios, somando o total de 13% ; a agropecuária, em 9 municípios, somando total de 43%; serviços no total de 43%, somando o

total de 21 municípios explorando alguma atividade na bacia Hidrográfica do Rio Vermelho (IBGE, 2010).

As atividades e a situação do solo na bacia do Rio Vermelho. Atividades como a agricultura, mineração, silvicultura, pastagem, bem como a área urbana e as ocupações, são atores responsáveis por áreas degradadas nos limites da bacia. Outro problema comum, segundo Vieira (2013), abrange a geologia cristalina e o uso do solo de baixo impacto, e o uso de pastagem natural para pastagem cultivada. Resulta disso os solos mais compactados, tornando a área bastante vulnerável, principalmente aos processos de inundação, identificando-se, no caso da inundação, com a situação da cidade de Goiás, Patrimônio Histórico da Humanidade, em constante estado de risco e alerta.

Imagem 17. Rio Vermelho em situação de risco de transbordamento em período chuvoso na Cidade de Goiás (GO).



Fonte: < <https://goias24horas.com.br/141849-alerta-rio-vermelho-pode-transbordar-na-cidade-de-goias/>>. Acesso em 16/12/2021.

Pontua-se ainda o problema de enchentes, que não é recente. Desde o processo de ocupação no espaço goiano, as margens do Rio Vermelho ficaram comprometidas com a retirada da vegetação ciliar para a construção de ruas, moradias e instalações comerciais, não considerando a área de abrangência do rio no período de maior nível de água - cheias, além do

despejo de esgotos no rio. Neste contexto, Cavalcanti (2008), afirma que é urgente e necessário o entendimento das reais causas das enchentes, e também a transformação desse conhecimento em ação. O plano de manejo e de gestão da alta bacia hidrográfica do Rio Vermelho, à montante da cidade de Goiás, e obras estruturais, podem ser alternativas eficazes no sentido de minimizar o problema histórico das enchentes que a assolam.

A bacia do Rio Vermelho, possui um histórico de danos ambientais aos seus afluentes, desde o período de mineração aluvionar no decorrer do século XVIII, até aos dias atuais com a expansão do agronegócio, da pecuária e da atividade mineradora voltada para extração de areia.

Com ênfase na mineração, uma realidade que fratura território em Goiás, Gonçalves (2021) afirma que é expressiva a pressão das mineradoras para alteração da legislação ambiental no país; além desse fator, nota-se que nos últimos anos, especificadamente através do atual (2021) governo federal, a busca pelo lucro econômico através da mineração tem crescido de forma irresponsável e intensa. Em torno do Parque Estadual Serra Dourada, a mineração do ouro, nas cidades de Goiás e Faina tiveram grande impacto. A extração de areia e calcário também estão incluídos no processo de extração mineral nos contornos da bacia hidrográfica do Rio Vermelho.

Figura 18. Extração de calcário em pedreira da Mineradora Itacuã, Mossâmedes (GO).



Fonte: Aline Marques 2020.

A figura sinaliza os efeitos da mineração a céu aberto nas paisagens que circundam o Parque Estadual Serra Dourada. E somada a demais atividades como a agropecuária e o turismo demonstram como os territórios do Cerrado são disputados e cindidos. Ademais, na bacia do Rio Vermelho as novas estradas, estações de tratamento de esgotos e a urbanização reduziram o leito maior dos rios e diminuíram as áreas de retenção de enchentes. Baixadas com córregos retificados e canalizados favoreceram a atividade agrícola intensiva.

Por isso, ao se considerar a política das Unidades de Conservação no Cerrado goiano, acredita-se fundamental fortalecer a perspectiva territorial pautada pelas interpretações geográficas.

2. POLÍTICA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUA PERSPECTIVA TERRITORIAL COMO BIOMA-TERRITÓRIO CERRADO

2.1 Processo de criação das Unidades de Conservação

Ao discutir sobre a criação das Unidades de Conservação considera-se importante compreender o processo histórico para a concepção da ideia de preservar determinada área. Cabral e Souza (2002) citam duas principais causas:

- a) preservar lugares sagrados;
- b) preservar lugares com recursos estratégicos.

Em 1911 o Presidente da República, Hermes da Fonseca, criou a primeira área protegida, a Reserva Florestal do Acre com aproximadamente 37.000 km², no alto rio Acre (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004). Há registros de duas propostas em 1876 feitas por André Rebouças, a criação de um parque em Sete Quedas, hoje (2021) submersas pela usina hidrelétrica de Itaipu, a criação de um parque nacional na Ilha do Bananal, atualmente no estado do Tocantins (DEAN, 2002), porém não lograram êxito. A criação de um Parque Nacional no Brasil veio em 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia localizado entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (PINTO FILHO, 2014). “No Brasil em 2000 foi proposto e criado o Sistema Nacional de Conservação o qual compreende dois grandes grupos de Unidades de Conservação e várias categorias de unidades, dentre elas encontram-se os Parques Nacionais” (PINTO FILHO, 2014).

Pinto Filho, (2014) ainda aborda elementos destas políticas antes da criação do Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC) no ano de 2000. Assim, destaca que o governo federal criou em setembro de 1944, através de um decreto, nº 16.677, a Seção de Parques Nacionais dentro do Serviço Florestal. O decreto estabeleceu a diretrizes e os objetivos para os Parques Nacionais:

1. Conservar para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos as áreas sob sua jurisdição;
2. Promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões;
3. Organizar museus e herbários regionais,
4. Remeter à sede do Serviço Florestal informes e amostras de espécimes da região em que estiver localizado, que lhe forem solicitados (BRASIL, 1944).

Em 1959 a 1961 foram criados no Brasil onze Parques Nacionais, três deles em Goiás: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional das Emas e Parque Nacional do

Araguaia (atualmente estado do Tocantins); e um no Distrito Federal, o Parque Nacional de Brasília (QUINTÃO, 1983).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado pela lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, assinada pelo Presidente da República em exercício, Marco Antônio de Oliveira Maciel (BRASIL, 2000). O SNUC conceitua unidades de conservação como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

Os objetivos do SNUC são,:

1. Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
2. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
3. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
4. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
5. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
6. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
7. Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
8. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
9. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
10. Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
11. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
12. Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
13. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (PINTO FILHO, 2014; BRASIL, 2000).

Ademais, os objetivos do SNUC abrangem:

1. A importância do incentivo à pesquisa científica;
2. O monitoramento ambiental e educação ambiental;
3. O incentivo a atividades de recreação e a prática do turismo de natureza; e

4. Proteger os recursos naturais necessários para a manutenção de comunidades tradicionais extrativistas.

O SNUC é composto por dois grupos de Unidades de Conservação:

1. Unidades de Proteção Integral e
2. Unidades de Uso Sustentável.

“O objetivo das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza e é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, já o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2000).

Assim, destaca-se que “no Brasil existem 149 Unidades de Conservação de Proteção integral administradas pelo governo federal segundo o painel informativo do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.” (PINTO FILHO, 2014)

Rosa (2011, p. 23) afirma que áreas de proteção permanente são territórios protegidos. Com base em dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), as Unidades de Conservação são compreendidas como territórios que

estão sujeitos a normas e regras especiais. Elas são reguladas pela Lei Federal nº 9.985/2000 e Lei nº 14.247/2002, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), respectivamente. São legalmente criadas após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e consulta à população (SEMAD, 2019).

Consoante às políticas públicas direcionadas aos parques públicos no Brasil, a criação de Unidades de Conservação iniciou-se gradualmente nos anos de 50, 60 e 80 do século XX. Brito (2000), afirma que os problemas de conservação das áreas de proteção brasileiras estão associados a diversos fatores como: a falta de condições de infraestrutura para a implantação de unidades, a exemplo, recursos humanos e financeiro; fiscalização; elaboração e execução de planos e capacidade administrativa; indefinição quanto à propriedade das terras e desapropriação; contexto histórico da criação das unidades e conflitos com populações em seu interior e em seu entorno.

Pádua (2002), afirma e critica a proliferação de Unidades de Conservação sem base técnica, acompanhada de interesses políticos locais ou interesses pessoais de representantes políticos. Práticas de inauguração de Unidades de Conservação, em muitos casos coincidentes com a celebração de datas comemorativas, como o Dia Mundial do Meio Ambiente, acontecem sem estudos prévios e planejamento; sem consulta pública e sem recursos para implantação e

manejo. Em todo caso, ressalta-se que a criação de Parques e Unidades de Conservação estão amparadas pela lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que no Art. 1º institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Segundo dados do IBAMA (2003), as Unidades de Conservação são uma estratégia para proteger o patrimônio natural, restaurando áreas degradadas e conservando a biodiversidade. De acordo com Machado (2021), em relação às políticas dos parques públicos, as UCs são divididas em dois grupos - Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável - protegidas pelo Governo Federal e gerenciadas pelo SNUC, estabelecendo critérios e normas para a sua criação, implantação e gestão das unidades de conservação, regido pela lei nº 9985, de julho de 2000.

Os parques são Unidades de Conservação, e em se tratando de políticas de conservação, pode-se dizer que a delimitação de áreas, visando a preservação de seus recursos naturais. A partir de Miller (1997), essas unidades tiveram evolução a partir das primeiras sociedades humanas, através da necessidade de uso imediato e futuro de recursos e matérias primas, como um espaço de preservação de mitos e ocorrências históricas. “As primeiras evidências sobre o conceito de parques foram encontradas na mesopotâmia, regiões da Assíria e Babilônia, possivelmente em decorrência da situação de escassez das populações animais” (VALLEJO, 2009). Neste contexto, há como exemplo os casos dos índios Caiapós, próximo ao Rio Xingu, na Amazônia, que mantém entre os lotes agrícolas e a floresta ao redor, zonas tampão para proteger as plantas medicinais e os animais predadores que controlam as populações daninhas (VALLEJO, 2009).

Vallejo (2009), aborda a criação dos primeiros parques, exemplifica com ênfase no modelo americano e afirma que esse modelo se espalhou pelo mundo numa perspectiva dicotômica entre “povos” e “parques”. Segundo o autor, a partir do século XX, parques e reservas similares foram criados em vários países, com o objetivo de proteger as belezas cênicas, a preservação da biodiversidade florística e faunística, além das áreas naturais protegidas que passaram a servir como laboratórios de pesquisa básica em ciências biológicas, a exemplo o parque Estadual Serra Dourada.

Os primeiros Parques, segundo Vallejo (2009), tanto europeus quanto americanos, tiveram como perspectiva científica de criação a ideia de que a presença humana nessas áreas de conservação só seria permitida em situações restritas. O autor ainda destaca o processo de mundialização das políticas de conservação e preservação, baseados em diversos objetivos em diferentes países. As atividades industriais e a redução da biodiversidade mundial motivaram o

surgimento de novas categorias de manejo de reservas. A redução da biodiversidade mundial estimulou o surgimento das unidades de conservação.

Aos parques que possuem populações permanentes e que rejeitam estratégias de reassentamento em outras áreas, é recomendável maior respeito por essas populações tradicionais, as quais possuem um valioso conhecimento secular relacionado aos ecossistemas em que vivem. Destaca-se, assim, conforme as observações de Wearing e Neil (2001), que os propósitos a serem alcançados pela política mundial contemporânea de criação de Unidades de Conservação são voltados para as seguintes questões:

- Proteção da vida selvagem;
- Pesquisa científica;
- Preservação de espécies;
- Diversidade genética;
- Manutenção dos serviços de meio ambiente;
- Proteção de aspectos culturais e naturais específicos;
- Recreação e turismo;
- Educação;
- Uso sustentável de recursos de ecossistemas naturais, e
- A manutenção dos atributos culturais e tradicionais (WEARING; NEIL, 2001).

Segundo Wearing e Neil (2001), há ainda benefícios potenciais como: a geração de receita para as áreas protegidas; a criação de emprego para as pessoas que vivem próximas a essas áreas; a promoção da educação ambiental e de conscientização sobre conservação.

Diante dessas observações, constata-se que distintos projetos políticos, perspectivas ambientalista ou até mesmo interesses econômicos envolvem o surgimento dos parques e ou os projetos de instalação dos mesmos. Isso faz com que seja possível compreendê-los como territórios em disputa.

2.2 Unidades de conservação no Estado de Goiás e as categorias de parques

Sobre a criação e a definição de parques, classificam-se nas três esferas do governo em: municipais, estaduais e federais. Tendo em vista a tendência dos municípios em criar parques urbanos, com propostas de parques lineares urbanos sob gestão municipal, iniciar-se-á pela criação de parques municipais. A criação de novas paisagens nos grandes centros urbanos, ou seja, os parques públicos surgem com finalidades ecológicas, estéticas e sociais.

Nestes casos, a paisagem é considerada um componente central e compõem as ações de planejamento e criação de parques municipais. Pode-se definir paisagem, de acordo com Freitas (2003, p.14), como “um processo histórico de construção de formas de apropriação da natureza e a transformação da paisagem natural pré-antrópica em paisagem artificial”. Pode-se dizer, também, sob a ótica de Vieira (2007), que a ecologia de paisagens ultrapassa as ciências físicas e biológicas, abrangendo o conhecimento: estudo, avaliação, planos de manejo, conservação e restauração da paisagem.

Em nível estadual, no caso de Goiás, atualmente (2021), segundo dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o estado “possui 23 unidades de conservação, sendo 13 pertencentes ao grupo de proteção integral (12 parques e 1 estação ecológica) e 10 ao grupo de uso sustentável (08 áreas de proteção ambiental, 1 floresta estadual e 1 área de relevante interesse ecológico)” (ESTADO DE GOIÁS, 2019).

Já na escala do Brasil, há no país 728 unidades de conservação. A tabela 1 demonstra a classificação/ tipos de Unidades de conservação de acordo com a definição do autor e geógrafo Francisco (2021).

Quadro 1. Tipos de Unidades de Conservação.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
• Parque Nacional:	Áreas destinadas à pesquisa científica e educação ambiental;
• Reserva Biológica:	Unidades de Conservação com importante significado científico, destinada a abrigo de espécies da fauna e flora;
• Reserva Ecológica:	Áreas de conservação permanente que objetiva a proteção e a manutenção de ecossistemas;
• Estação Ecológica:	Espaços destinados à realização de pesquisas básicas aplicadas à proteção do ambiente natural bem como ao desenvolvimento da educação ambiental;
• Áreas de Proteção Ambiental:	Unidades de Conservação destinadas ao desenvolvimento sustentável, sendo permitido em algumas áreas o desenvolvimento de atividades econômicas, sob a proteção da

	fauna, da flora e da qualidade de vida da população local;
• Áreas de Interesse Ecológico:	Áreas que abrigam espécies raras da fauna e da flora e que possui grande diversidade
• Floresta Nacional:	Unidade de Conservação estabelecida para garantir a proteção dos recursos naturais, sítios arqueológicos, desenvolvimento de pesquisas científicas, educação ambiental, lazer e turismo;
• Reserva Extrativista:	Espaço utilizado pelas populações locais que praticam o extrativismo vegetal e/ou mineral. Tem o objetivo de realizar atividade econômica de forma sustentável
• Refúgio de Vida Silvestre:	Área destinada à proteção dos ambientes naturais para a reprodução de espécies da flora e da fauna migratória;
• Reserva da Fauna:	Área destinada ao estudo relacionado ao manejo econômico e sustentável das espécies nativas;
• Reserva de Desenvolvimento Sustentável:	Objetiva a preservação da natureza assegurando a quantidade de vida das populações tradicionais;
• Reserva Particular do Patrimônio Natural:	Área privada que objetiva conservar a diversidade biológica.

Autora: Aline Marques, 2021.

Os dados da tabela definem as especificações de cada Unidade de Conservação e seus objetivos. Com ênfase nas Unidades de Conservação (UC), de acordo com a SEMAD (2019), elas são compreendidas como

áreas territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, criadas e protegidas pelo Poder Público com objetivos de conservação. Elas contribuem para a conservação de espécies e atividades educativas que visem à sensibilização ambiental (SEMAD, 2019).

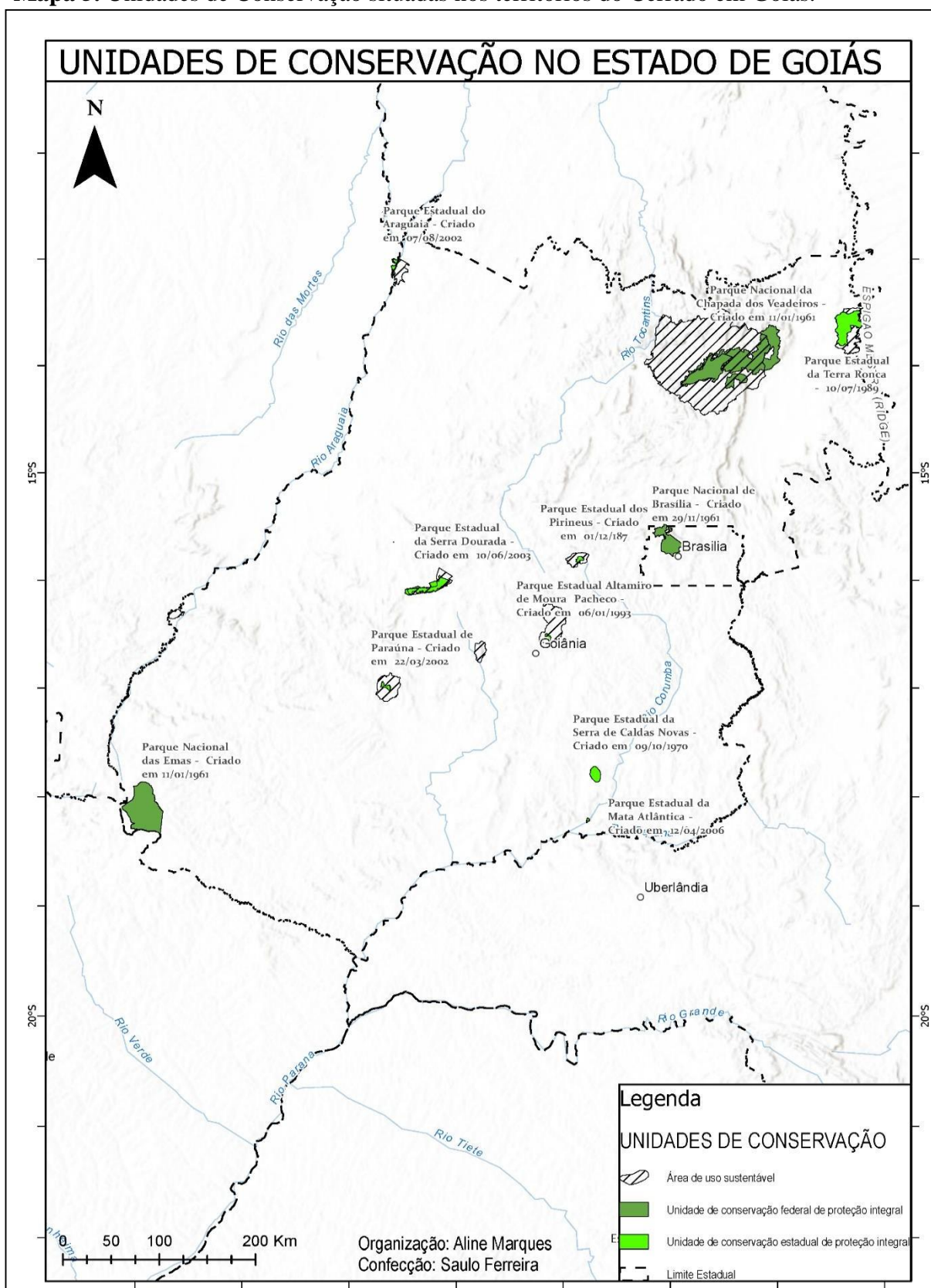
Ademais, a SEMAD (2019), define as Unidades em 2 grupos:

1. Unidades de Proteção Integral: objetiva preservar a natureza, sendo admitido somente o uso indireto dos seus recursos naturais;
2. Unidades de uso sustentável: têm por objetivo aliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais.

Compreende-se, assim, a importância da criação de Unidades de Proteção, para se chegar ao objetivo principal, que é conhecer o Parque Estadual Serra Dourada e as demandas que o cercam.

O mapa 5 representa a distribuição dos parques Estaduais e parques Federais localizados no Estado Goiás, Unidades de Conservação, com foco no território do Bioma- Território Cerrado.

Mapa 5. Unidades de Conservação situadas nos territórios do Cerrado em Goiás.



Elaboração: Saulo Ferreira (Saulot)

Organização: Aline Marques, 2021

O mapa 5 aponta as Unidades de Conservação (UCs) localizadas no Estado de Goiás, no âmbito Estadual e Federal. Com dados da SEMAD (2015), no Estado de Goiás, a criação de uma Unidade de Conservação Estadual ou Municipal envolve as seguintes etapas:

1. Realização de Estudos Técnicos – ocorre com o propósito de identificar os aspectos naturais e culturais da unidade de conservação e seu entorno, conforme as diretrizes da Resolução CEMAm n° 006/ 2016;
2. Realização de Consulta Pública – realiza-se mediante reunião com a população local e outras partes interessadas para apresentação dos estudos técnicos, conforme as diretrizes da Resolução CEMAm n° 007/2016;
3. Instituição Legal da Unidade – envolve o ato legal de criação da unidade de conservação, com a publicação de Lei ou Decreto.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, 2015), ainda lista as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável:

As Unidades de Proteção Integral são 14:

1. Parque Estadual Águas Lindas (PEAL);
2. Parque Estadual Águas do Paraíso- (PEAP);
3. Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP);
4. Parque Estadual do Araguaia (PEA);
5. Parque Estadual do João Leite (PEJol);
6. Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA);
7. Parque Estadual de Paraúna (PEPa);
8. Parque Estadual dos Pirineus (PEP);
9. Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN);
10. Parque Estadual da Serra Dourada (PESD);
11. Parque Estadual da Serra de Jaraguá (PESJ);
12. Parque Estadual Telma Ortegá (PETO);
13. Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR);
14. Estação Ecológica da Chapada de Nova Roma (ESEC CNR).

As Unidades de Uso Sustentável são 9:

1. Área de Proteção Ambiental da Serra Geral de Goiás (APA Serra Geral);
2. Área de Proteção Ambiental Dr. Sullivan Silvestre (APA Serra Dourada);
3. Área de Proteção Ambiental dos Pirineus (APA Pirineus);
4. Área de Proteção Ambiental da Serra da Jibóia (APA Serra da Jibóia);
5. Área de Relevante Interesse Ecológico Águas de São João (ARIE São João);

6. Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto (APA Pouso Alto);
7. Área de Proteção Ambiental da Serra das Galés e da Portaria (APA Serra das Gales);
8. Floresta Estadual do Araguaia (FLOE Araguaia);
9. Área de Proteção Ambiental João Leite (APA João Leite);
10. Área de Proteção Ambiental do Encantado (APA Encantado).

Dessa maneira, constata-se que o Bioma-território Cerrado agrega Parques reconhecidos como: Parque Nacional Chapada dos Veadeiros-GO, Parque Nacional das Emas-GO, Parque Estadual de Terra Ronca-Go e Parque Estadual Serra Dourada. O Bioma-Território Cerrado é vasto em sua sociobiodiversidade, e segundo IBGE (2010), esse Bioma-Território abastece compreende nove das doze principais bacias hidrográficas existentes no território brasileiro. Por consequência, o Cerrado é fundamental no processo de distribuição de recursos hídricos pelo país.

A capacidade deste Bioma-território em reter água nos lençóis subterrâneos é influenciada pelo relevo com elevadas altitudes, abrangendo vários planaltos e chapadas, além dos solos profundos. Todavia, as águas do Cerrado estão em disputa e ameaçadas pelas monoculturas irrigadas com pivôs centrais, agronegócios, turismo predatório, mineração e usinas hidrelétricas, assoreamento causado pelo manejo do solo e da água (JORGE, 2019).

2.3 Unidades de Conservação inseridas no contexto do Bioma-Território Cerrado

O Cerrado é um Bioma-território de lutas históricas e de conflitos atuais (CHAVEIRO, 2019). O agronegócio é uma grande ameaça ao bioma-território e aos sujeitos que o habitam com suas formas de organização cultural. Imbricado no agronegócio está o capitalismo financeiro e internacional, capitaneado pela política “neo-coronelistas” e “neo-latifundistas”, disfarçada em políticas desenvolvimentistas regionais e financiada pelos governos brasileiros, inclusive do pós- ditadura militar. As ferrovias, as hidrelétricas, as megaminas a céu aberto e subterrâneas, as hidrovias intermodais e o agronegócio são grandes empreendimentos que representam as políticas desenvolvimentistas neste território (GONÇALVES, 2016). O Cerrado requer ser compreendido como um território de ampla sociobiodiversidade, ao invés de ser visto apenas como um território aberto à reprodução e ampliação do capital nacional e internacional sob os custos da destruição de vidas: humanas, animais, vegetais e hídricas (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010).

Sem perder de vista tal perspectiva, a pesquisa aqui delineada abarca uma análise do Cerrado como Bioma-Território (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010; CHAVEIRO, 2019),

atentando às explorações e transformações implicadas nas formas de apropriação, controle e usos das terras, águas relevos e minérios.

O Bioma-Território Cerrado sofre interferências de diversos agentes, transformando-se e mudando seu território de acordo com as disputas de poder, os processos de urbanização e o controle do solo urbano, a expansão de redes técnicas e setores extrativos produtores e exportadores de *commodities* (GONÇALVES, 2016; CHAVEIRO, 2019).

O Bioma-Território Cerrado recebe influências sociais de diversas formas que alteram sua paisagem. As paisagens do Cerrado, em muitos casos, são trocadas sofrem interferências de distintos atores econômicos diretos ou indiretos, que impõem a produção de paisagens artificiais, alterando as suas diversidades fitofisionômicas. Santos (2018) destaca a influência das obras humanas sobre os territórios e seus componentes naturais, o que resultando no avanço de objetos técnicos. Partindo dessa linha de pensamento, observamos que o Cerrado não deixa de sofrer tais influências na medida em que se torna um território em disputa entre empresas do agronegócio, do turismo, do setor hidroenergético, da mineração e da construção civil.

Santos (2018), diz que o Cerrado é caracterizado como uma fonte inestimável de recursos, composto por paisagens variadas. Para o autor, essa diversidade está presente na mesa do brasileiro, em especial dos goianos, tais como frutos como o pequi; na medicina popular; nas opções de lazer em atrativos como cachoeiras, trilhas, mirantes; no artesanato; na água que abastece os lençóis subterrâneos.

Todavia, Bioma-Território Cerrado enfrenta avanços das apropriações e exposição do solo, sofrendo danos com extensas pastagens e criação de gado. As paisagens das monoculturas vêm substituindo as fitofisionomias do Cerrado, provocando o uso intensivo de atividades agrícolas e o desmatamento da cobertura vegetal do Cerrado. Conforme Chaveiro e Freitas (2011), a partir da década de 1970, a agricultura já era uma atividade central como o setor econômico do Estado de Goiás, contribuindo com a incorporação da tecnologia no campo.

De acordo com Almeida (2005), o Cerrado, além de ser vegetação e um ambiente natural, é também um produto histórico, ou seja, um território apropriado e disputado por distintos sujeitos que o fazem de acordo com suas escalas de poder e influência bem como suas dinâmicas sócio-espaciais que determinam processos de controle corporativo. Diante disso, emergem formas de lutas, conflitos e organização do trabalho no território Cerrado. A luta a favor do Cerrado existe. Almeida (2005), sinaliza ainda uma visão histórica e política, mencionando os conflitos de apropriação de terras no território Cerrado. Nesta perspectiva, pode-se analisar a necessidade de redimensionar os limites do Parque Estadual Serra Dourada,

aumentando ou diminuindo sua área de demarcação e abrangência, bem como, o impedimento de invasores e apropriações diversas e ilegais.

Ademais, Almeida (2005) afirma que

Camponeses, povos indígenas, quilombolas, empresários agrícolas, pecuaristas, trabalhadores informais de variadas estirpes, pesquisadores outra soma igualmente grande de identidades constroem a sua vida em ambientes de Cerrado, utilizam-no, geram pressões e estabelecem conflitos em sua apropriação. No entanto, há estudos e pesquisas que desconsideram esses conflitos, como há perspectivas que os enxergam apenas pela via economicista, embora, na amálgama do discurso contemporâneo, coloquem-se como defensores de causas de preservação ou defesa de sua diversidade genética (ALMEIDA, 2005, p.11).

A apropriação do Cerrado nas últimas décadas traz muita preocupação com o uso indevido do solo e da água e a mercantilização de bens comuns naturais. É um território disputado economicamente e atingido por ações e reações políticas, movimentos sociais e resistências. O interesse econômico sobre o Cerrado é amplo e ainda dispõe do uso de sua imagem como marca e logotipo de diferentes formas e em distintos lugares para o comércio em pequena e grande escala, inclusive para a exportação de produtos do Cerrado (CHAVEIRO, 2019).

Chaveiro e Barreira (2010) entendem que

Dessa maneira, os componentes como água, solo, relevo, geologia, vegetação participam diretamente dos usos e desdobram em conflitos que, por sua vez colocam em cena as representações e a ideologização do Cerrado. Ora, o que é o Cerrado para povos que vivem da caça, da coleta e da pesca em relação aos atores que o utilizam para gerar a renda territorial por meio de produtos de exportação em conformidade com os ditames da economia internacional? (CHAVEIRO e BARREIRA, 2010, p.20).

Os autores expõem a questão dos conflitos pela exploração do Cerrado, que se tornou objeto de investigação para diferentes grupos de pesquisadores, em diversos campos dos saberes. Ocorre também o fato de Cerrado ocupar importante lugar na economia do país, além de continuar sendo uma promessa de riqueza, especialmente com os ímpetus de novos vetores econômicos da farmacoquímica (CHAVEIRO, 2019). Essa disputa, parte dos diferentes modos de vê-lo e de como usá-lo, destacando a riqueza de suas águas e diversidade genética, bem como o rico acervo da cultura de povos indígenas, camponesa e quilombolas. Sublinha-se ainda que, pela sua posição estratégica que ocupa no país e na região Centro-Oeste e por ser apropriado

por sujeitos sociais, o Cerrado é um território com várias territorialidades (MARTINS *et.al.*, 2016; CHAVEIRO, 2019).

As transformações no Cerrado se intensificaram nos últimos anos, juntamente com o processo de modernização do território e da agricultura. Moore (2015) evidencia em um contexto amplo o desenvolvimento através do capitalismo, a acumulação do capital se tornou um processo social atuante sobre os homens e a natureza, carecendo de um replanejamento para a ecologia política. Há uma série de relações que fogem do controle de atores políticos e econômicos. O autor destaca ainda o velho truque capitalista, que transfere os problemas criados pelo capital para a responsabilidade de todos, fundada no argumento de que a degradação ambiental resulta de fatores antropocêntricos. Contrapondo a política antropocêntrica, o autor destaca-se a necessidade de um projeto político emancipador e sustentável para o século XXI, com concepções éticas e ecológicas.

Martins *et al.* (2016), afirma que os Cerrados foram transformados pelos crescentes investimentos em setores extrativos, perdendo espaço para novas pastagens, áreas de Cerrado abertas para o plantio de soja, milho e cana-de-açúcar. O Cerrado tornou-se um território com potencial econômico proveniente da agroindústria e dos meios de produção na agricultura.

O potencial econômico derivado da agroindústria foi potencializado pelo processo de modernização dos meios de produção na agricultura, transformando o Cerrado de Bioma em Território. À vista disso, enquanto o território se abre os interesses econômicos por terra, água e minérios, urge, assim, a necessidade de proteger sua sociobiodiversidade (CHAVEIRO, 2019).

Pinto Filho (2014) ressalta que a paisagem formada pelos aspectos da biodiversidade e os aspectos da geodiversidade, pode ser fator crucial na delimitação de uma unidade de conservação. Neste contexto, podem-se notar as demandas de demarcação territorial, confrontando com invasões indevidas de atividades econômicas de agricultura, pecuária e lazer. A apropriação do Cerrado teve como princípio a extração de recursos minerais, em seguida a pecuária extensiva e por último, a agricultura intensiva. Por outro lado, discute-se a necessidade de conservação do patrimônio cultural, geológico e ecológico.

Ressalta-se também os aspectos físicos, incluindo os recursos minerais que compõem o solo e as paisagens rochosas do Cerrado, bem como os conflitos de exploração que giram em torno do Bioma-Território. Como exemplo disso pode-se mencionar a prática da mineração desde o período colonial até os dias atuais e posteriormente a expansão dos grandes empreendimentos de mineração nos territórios do Cerrado em Goiás (GONÇALVES, 2016).

Torna-se notório também os fenômenos e as mudanças sociais e econômicas atraídas pela mineração, característica essa que marcou Goiás no século XVIII. Na descoberta de jazidas auríferas surge um surto de expansão territorial acompanhada pela pecuária e agricultura nos séculos XIX e X. Neste período a expansão territorial estava ligada à mineração aurífera e foi o fator principal condicionante para a formação do Estado que temos atualmente.

Em um contexto abrangente, a mineração e o garimpo aceleram a apropriação do Cerrado, causando diferentes implicações ambientais, tais como as várias formas de poluição da água, do ar e sonora bem como a subsidência do terreno. O Cerrado goiano ocupa a terceira posição em produção mineral no país (GONÇALVES, 2019), com a exploração de minérios tais como o nióbio, ouro, cobre e níquel. Logo, nos territórios do Cerrado, áreas ocupadas por famílias camponesas, quilombolas, indígenas; áreas de reforma agrária, territórios indígenas ou quilombolas, assim como Unidades de Conservação, a exemplo do Parque Estadual Serra Dourada, estão ameaçadas pelos interesses da mineração.

Sendo assim, compreender o modo como o Parque Estadual Serra Dourada se configura como paisagem e território em disputa foi o escopo central do próximo capítulo.

3 PARQUE ESTADUAL SERRA DOURADA: paisagens e disputas territoriais

Como foi abordado anteriormente, o Parque Estadual Serra Dourada se estende na visão de quem chega ao município de Goiás. As suas paisagens expressas nas ondas volumosas da serra abarcam a visão de quem chega de Goiânia em direção a Itaberaí (GO); o mesmo ocorre com quem vem de Itapirapuã (GO), de Itapuranga (GO) e Faina (GO).

Exuberante e gigante, diante do Parque Estadual Serra Dourada parece que a cidade de Goiás, ao circundar o rio Vermelho, se mostra diminuta e acanhada. A riqueza cênica das paisagens, as ondulações do relevo, as fitofisionomias do Cerrado, o efeito de perspectiva causada pela altitude, inclusive as múltiplas espécies de flores, de pássaros, de cobras, podem, num primeiro olhar, inclusive num olhar de admiração, esconder as disputas territoriais que o coloca no centro de forças diferenciadas.

Neste capítulo, com o objetivo de apresentar essas disputas, cuidaremos de fazer uma ligação entre paisagem e território. Enquanto a paisagem, ou as paisagens do Parque Serra Dourada se apresentam como instâncias da percepção dessa reserva, a interpretação territorial evidenciará os atores, suas intencionalidades, suas estratégias e a sua concepção ambiental.

3.1 A abordagem territorial do Cerrado e o Parque Estadual Serra Dourada

Para motivar as reflexões, duas perguntas são importantes: que níveis de disputas territoriais existem em torno do Parque Serra Dourada? Essa pergunta nos leva a colocar outra: qual é a importância socioambiental do Parque Serra Dourada?

Para encaminhar as reflexões partiremos da consideração de que o Parque Serra Dourada se coloca diante de uma contradição estrutural: ao mesmo tempo que os atores hegemônicos locais o agrega na identidade de Goiás, usando-o para positivar a imagem da cidade e de seus sujeitos, querem usá-lo para fins econômicos. Por isso, desenvolvem dois tipos de estratégias: a formação de um grupo de pressão ao Estado e às autoridades de gestão; e o uso ilegal de seu território.

Entretanto, essas pressões não existem sem resistências. Membros de grupos de pesquisas da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como o Gwatá – Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo; da Universidade Federal de Goiás (UFG); da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - sessão Cidade de Goiás; do Instituto Federal de Goiás (IFG), ativistas ambientais; movimentos estudantis; parte de grupos religiosos; integrantes da cultura popular; lideranças e agentes dos movimentos sociais, estudam as diversas potencialidades do

Parque, fazem defesa de seus ambientes; demonstram a sua importância ecológica e cênica e enfrentam os que querem reduzi-lo.

Muitos, ou quase todos que pertencem ao setor de resistência socioambiental, ou os que defendem a sanidade do Parque Serra Dourada, desenvolvem a sua ação tomando-o como reserva ambiental do Cerrado. Essa condição indica que a preservação do Parque significa preservar o Cerrado. Mais que preservar, significa ter um laboratório vivo e dinâmico para se entender esse importante Bioma-Território genuinamente brasileiro.



De maneira esquemática, a reflexão será organizada da seguinte forma:

Elaboração. Aline Marques, 2021.

A forma esquemática descrita indica, inicialmente, três aspectos centrais que constroem os conflitos territoriais do Parque Estadual Serra Dourada: primeiramente, o nível dos atores territoriais; em segundo lugar, as funções que cada grupo de atores dão ao Parque e, por fim, o combate de intencionalidades e estratégias a partir dos usos e da significação.

Esses aspectos respondem pelo que Almeida (2003) faz referência quando trabalha o conceito “cultura ecológica”. Em termos sintéticos, a pesquisadora da Universidade Federal de Goiás estabelece que cada ator, mediante a sua identidade, defende e cria um modo de relacionar com a natureza. A sua explicação geral é:

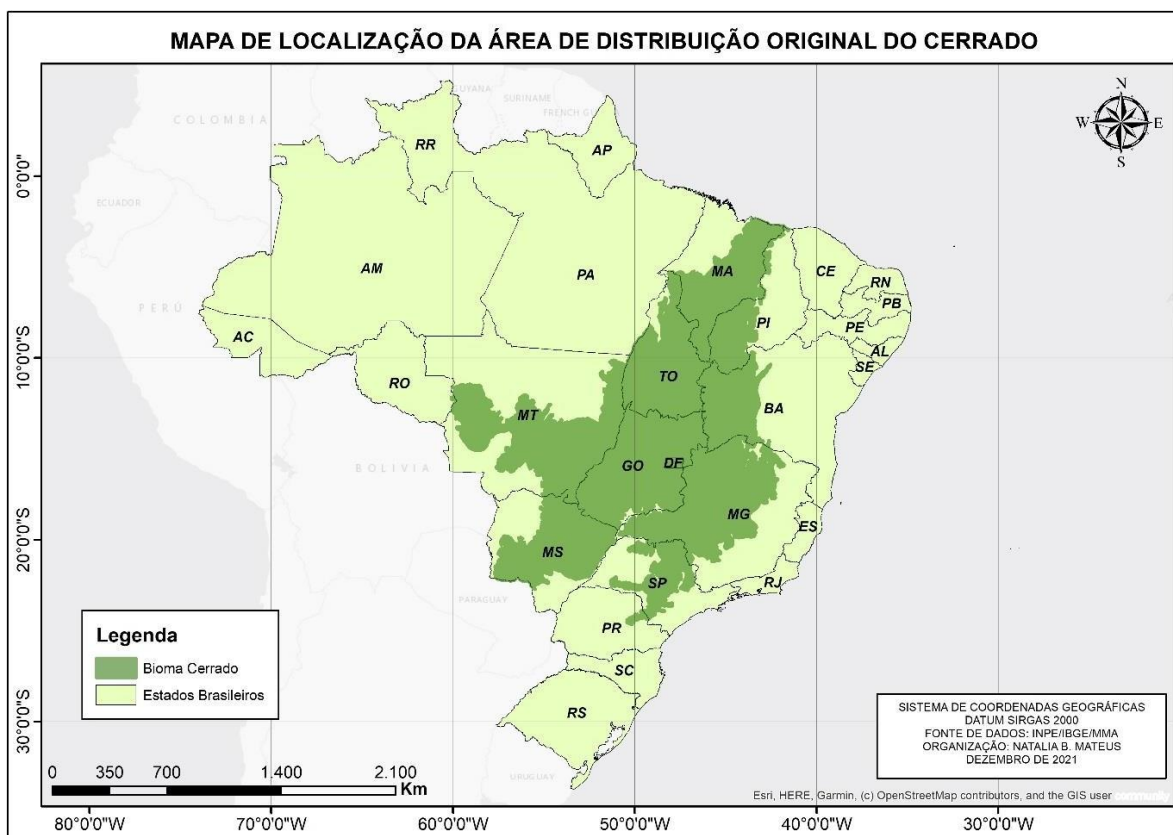
Quando presentemente a sociedade se interroga sobre suas relações com o meio natural, está também estimulando um debate sobre a instrumentalização

da natureza e uma reconsideração da sua construção simbólica. Nesta perspectiva, a crise ambiental teria este sentido da “violência”, e aparece como um momento importante da nossa história, uma vez que ela cria uma ocasião ímpar de efetuar um retorno à socialização da natureza e apreender as dissonâncias entre a legitimação e a produção de ordem social existentes na contemporaneidade. Isto estimula a vertente comunicacional da modernidade e age indiretamente sobre a práxis social (ALMEIDA, 2003, p.72).

Conforme está colocado pela professora e pesquisadora, mesmo que se observa, no caso da pesquisa que se realiza, a dimensão de um objeto natural: o Parque Serra Dourada, ele tem vínculo maior com o modo com que a natureza é dimensionada na modernidade. Podemos falar a partir do ensinamento da referida professora, que os conflitos de usos e de significações simbólicas do referido Parque, estão vinculados aos conflitos da sociedade capitalista na sua relação com a natureza.

Esse raciocínio presente em vários autores, como Porto-Gonçalves (2006), Moreira (2011), Souza (2019) e outros, quando implantado a partir do Cerrado, ganha um destaque próprio. Os critérios de posição e localização do Cerrado no centro e no interior do país, a relação com outros biomas, como a Floresta Amazônica, a Caatinga, a Mata Atlântica, o Pantanal; o seu imenso domínio territorial; a sua diversidade e o modo como o Estado brasileiro, desde a década de 1930, definiu políticas de integração nacional e de desenvolvimento, iriam transformá-lo, mudando o seu significado.

Pode-se observar no mapa a importância da posição e da localização do Cerrado no mapa 6.

Mapa 6. Localização do Cerrado brasileiro

Elaboração: Natália Mateus.

Organização: Aline Marques, 2021.

Por se localizar no centro do país e estar no limite da região norte e sudeste, o Cerrado brasileiro, como foi falado anteriormente, se tornou importante para implementar os projetos de integração desenvolvimentista. Almeida (2002, p.74), ajuda a entender isso dizendo que,

Para o ideário desenvolvimentista que caracterizou as principais políticas governamentais desde a década de cinquenta do século XX, as vastas terras do Cerrado significavam, e ainda significam, um espaço com viabilidade econômica, obscurecendo desta forma seu potencial como biodiversidade. A expansão da monocultura da soja, embora venha favorecendo a balança comercial brasileira, também está afetando sensivelmente o ecossistema e as populações locais. No caso da biodiversidade, há a perda de habitat de inúmeras espécies animais e vegetais, o que reflete sobre aquelas populações gradualmente privadas de sua base de recursos, comprometendo, assim, sua identidade cultural como homem do Cerrado. Também deve considerar-se que a devastação da vegetação natural significa a perda do conhecimento acumulado ao longo dos tempos, sobre o uso medicinal tradicional das plantas pelas populações a elas associadas. Estas, muitas vezes, migram para centros urbanos, provocando a ruptura do saber e conhecimento acumulado em sua vivência com a natureza. Schultes (1994) chega mesmo a denominar este processo de “queima de biblioteca”.

O pano de fundo que estimula a forma economicista de ver o Cerrado, conforme explica a professora, baseia-se nas políticas desenvolvimentistas. Ao mudar a posição, ou seja, ao ver o Cerrado mediante a potencialidade econômica até o plantio das monoculturas de soja, o que se tem é a perda da biodiversidade. Os parques e todos os tipos de reservas passam a ser as “bibliotecas naturais” protegidas da fome economicista do agronegócio. Mas mesmos eles são tentados pelos atores hegemônicos.

Ainda é possível perceber que o desenvolvimentismo se desembocou na urbanização mediante o processo migratório. Com isso houve a desorganização das populações locais e a ruptura de seus saberes, bem como de suas identidades. A dimensão simbólica e identitária passaram a ter importância na análise do Cerrado, pois alterou-se a forma de pertencimento. Povos indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores tradicionais, e outras identidades, tinham relações de vida diretas com o Cerrado, enquanto que o investidor capitalista olha-o e significa-o através somente do critério economicista.

Por isso, que o Cerrado precisou ser ideologizado (BORGES, 2013; CHAVEIRO, 2019). A tese de doutoramento de Rosana Maria Ribeiro Borges, intitulada *Pensamentos dispersos, hegemônias concentradoras: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no Cerrado*, defendida em 2013, demonstra, com uma pesquisa criteriosa, o processo de ideologização do Cerrado. A pesquisadora explica que,

Tal como o Jornal O Popular, diversos periódicos regionais e nacionais possuem um leque enorme de matérias que denunciam, até mesmo em tom apocalíptico, o modo como o Cerrado vem sendo capturado, o que contribui para a ampliação dos conhecimentos sobre este Domínio, para o fortalecimento da opinião pública em sua defesa e para alertar as autoridades responsáveis. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a maioria dos veículos jornalísticos denunciam a degradação do Cerrado, também tecem louros às cifras da agroindústria e exaltam práticas desenvolvimentistas e economicistas necessárias ao avanço do capital e principais responsáveis pela complexa trama que o degenera. Por conseguinte, raramente um movimento de síntese que possibilite a compreensão do Cerrado em sua totalidade é promovido, e a responsabilidade por fazê-lo é repassada ao leitor (BORGES, 2013, p.36).

A ideologização do Cerrado, ou conforme a professora explicou, a dispersão de pensamento em torno de sua representação, começa por não juntar as partes. Começa por fragmentar as notícias, ou o seu conhecimento. Para poder explicá-lo sem cair nas armadilhas ideológicas, a professora e pesquisadora recomenda ver o Cerrado a partir da totalidade.

Nesse ponto, poderia perguntar: como ver o Parque Serra Dourada mediante a totalidade? Conforme tem explicado o professor Eguimar Felício Chaveiro, especialmente em sua tese para acesso de cargo de professor titular da Universidade Federal de Goiás (UFG), denominada *POR UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO: a negação de um bioma diverso, a afirmação de um território desigual – Cartas de luta*, defendida em 2019, uma leitura de totalidade do Cerrado significa pensá-lo a partir da formação socioespacial brasileira e pensar o Brasil incluindo o Cerrado.

A leitura territorial do Cerrado, proposta pelo professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da UFG, e por outros membros de vários lugares do Brasil, faz uso da noção de escala. Por essa noção, é possível pensar o Cerrado goiano na relação com a dinâmica da economia da região Centro-Oeste, do Brasil e também internacional.

Realidades territoriais como parques e assentamentos, por exemplo, apesar de serem importantes locais de enfrentamento da hegemônica economicista do Cerrado, muitas vezes são cercadas por lavouras de soja, ou por atividades de cunho economicista, como, por exemplo, o turismo ligado ao mercolazer.

O fato é que quanto mais o Cerrado se transforma em um território de economia dinâmica a partir do modelo agroexportador, mais cresce a importância dos parques. E quanto mais o Cerrado é transformado num território de rentabilidade econômica, mais os parques sofrem pressões. As pressões geram tensões políticas, estratégias ideológicas de cooptação do sentimento de trabalhadores para apoiarem as ideias que desenvolvendo todos vão se lucrar.

As legendas de apropriação dos territórios do Cerrado apresentam a força de um ator: o Estado brasileiro. Conforme se vê, o uso do Cerrado, motivado pelas políticas territoriais do Cerrado, ocorreu com a ação direta do Estado em ligação com organismos internacionais.

O Estado é, portanto, um ator hegemônico que, além da legitimidade jurídica dada ao Parque Estadual Serra Dourada, incentivou o uso hegemônico do Cerrado. Por isso, é um agente que tem pressionado a redução da área do Parque, ao mesmo tempo que tem desenvolvido discursos ideológicos favoráveis à preservação.

Em muitos casos, o Estado mediante o governo estadual se junta a outros atores hegemônicos, como os fazendeiros para, assim, aumentar a pressão de uso dos parques. Em conversa informal com membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), sessão Cidade de Goiás, foi possível ouvir que,

“Há sempre tentativas de reduzir a área de Parque Estadual Serra Dourada, dizer que se reduzir vai incrementar a economia, gerar emprego, é o mesmo

discurso de sempre. O próprio governo estadual deu uma investida nesse sentido. Mas o Estado não age apenas assim, age fechando os olhos para as ocupações irregulares de comerciantes e de fazendeiros. Age também não dando importância, por exemplo, não colocando fiscalização e vigilância suficiente. O governo acho que isso aqui atrapalha o município, mas vem propor o FICA – Festival Internacional de Cinema Ambiental – aqui. E aí, faz o discurso ambiental, tira fotografia, elogia a beleza”.

As observações apresentadas demonstram o grau de tensão permanente das reservas ambientais no Brasil e no caso específico, o Parque Estadual Serra Dourada. O mesmo estado que legitima a criação dos parques, depois trabalha para diminuir área, para propor formas dissimuladas de uso, usando estratégias ideológicas e também fazendo o discurso do desenvolvimento econômico.

A fala do membro da AGB - sessão Cidade de Goiás, destaca outro ator que é complexo: são, às vezes, negociantes, donos de parques, boates e bares que solapam, entram e apossam de parte dos parques, muitos pressionam para lotear partes. Há também trabalhadores empobrecidos, pequenos comerciantes que o usam para a sobrevivência.

É fácil que esses atores aprovelem as propostas de redução e de intensificação de uso das áreas do parque. Também é fácil se tornarem agentes ideológicos estratégicos para convencer vizinhos e moradores dessas propostas. O trabalho de corpo a corpo e a conversa no sentido de convencer os moradores são feitas por essas pessoas em bares, nas praças, ou mesmo em festas caseiras, de maneira distraída, mas que opera a intencionalidade economicista.

Os turistas, embora diferenciados, tendem a defender a preservação, são comovidos pelo efeito cênico. Praticamente todos se entusiasmam com o ambiente, com as imagens, com o tamanho e com a riqueza da biodiversidade. Contudo, por não terem residência e permanência no município e na cidade, não constroem forças de enfrentamento às propostas de uso economicista.

As universidades e o setor educativo em geral se movimentam. Além das pesquisas, estendem-se da biodiversidade para a sociobiodiversidade, pois se aproximam de camponeses assentados, dos coletivos de mulheres, como as *mulheres coralinhas*², as *mulheres aroeiras*; tentam descobrir as potencialidades culturais das pessoas do lugar, valorizam os licores, os frutos, os doces, as artes, os museus.

Em muitos casos fazem levantamento topográficos, análises hidrológicas e hidrográficas, denunciam o desmatamento, o uso ilegal das águas, criam, inclusive, conceitos

² Ver o livro RIBEIRO, Maria Helena. *Mulheres Coralinhas*. Canone Editorial: Goiás, 2016.

que possuem poder de crítica. Em conversa informal com um professor que é militante da causa social e ambiental, depois de demonstrar que, em grupo, acompanha o desenrolar ambiental do município, incluindo o Parque Estadual Serra Dourada, disse que,

“Veja o rio Vermelho, esse rio importante aqui para a região, para os camponeses, esse rio está maluco: ora, perde a vazão de água, ora possui enchentes. O desequilíbrio desse rio é apenas um exemplo do desordenamento criminoso da terra de suas adjacências. Mas usa-o também para retirada de areia, isso tudo na cara limpa, não há fiscal. Os outros córregos do município também são dilapidados. Agora precisamos mudar o conceito: temos que falar em “sequestro das águas”. As águas do Cerrado estão sendo sequestradas, em muitos casos para serem exportadas virtualmente em lavouras. É preciso mudar o conceito: ao falarmos em sequestro das águas estamos definindo melhor o que acontece”.

As palavras do professor-militante demonstram a sua atenção ao entre ambiente e território. Demonstram que a hegemonia do território, o uso da terra apenas para fins econômicos, gera problemas ambientais. Muitos desses problemas são, a curto prazo, irremediáveis.

O mesmo professor ciente da importância de analisar a totalidade do Cerrado brasileiro, mas vinculado ao local, apresenta a sua visão das tensões e dos conflitos envolvendo o Parque, a partir de uma análise de conjuntura das forças – e dos atores – que estão vinculados à cidade de Goiás. Observa que em Goiás há uma disputa pela memória e há uma espécie de rastros de estigmas antigos.

Com desenvoltura e sustentado em pesquisas, de maneira descontraída observa que a cidade e o município de Goiás são compreendidos atualmente por diferentes grupos sociais: assentados de reforma agrária; camponeses tradicionais do local; antigas pessoas ligadas às familiocracias dominantes desde o começo do século XX; pequenos chacareiros urbanos; turistas; estudantes; professores universitários de fora; moradores tradicionais que lutam pelo controle das instituições locais; ativistas culturais; artistas; gente da igreja tradicional e gente da igreja progressista.

A todos esses grupos se somam agentes de religiões afrodescendentes, grupos ligados à escola de família agrícola; grupos de teatros e musicais; raizeiras; benzedeadas e vários tipos de grupos juvenis. Diante dessa quantidade de grupos, modos de vida e de visão se conflitam. Há vertentes progressistas, atualizadas com, por exemplo, as mudanças científicas, as lutas mundiais de trabalhadores e há gente conservadora, tradicional, de pés presos no século XIX.

Em situações rotineiras os conflitos são aparentemente apaziguados. Mas em eventos determinados, como, por exemplo, a luta pelo fechamento das escolas, os conflitos aparecem.

O aspecto cultural e histórico da cidade, os vários eventos que promovem, a chegada e a saída de pessoas variadas, criam situações antagônicas: ora, a cidade tem uma pinta universal, ora é uma cidade tradicional.

Nessa ordem, surge a disputa pela memória. Dois professores universitários interessados nesse assunto, em sequência e em conversa amigável conosco, declararam:

“- é muito interessante a disputa da memória: o grupo conservador quer demonstrar que é dono da cidade; que tem posse simbólica da beleza das casas coloniais, das formas urbanas, do Parque Serra Dourada, dos literatos famosos e dos artistas plásticos, inclusive dos casos de heroísmo. Outro grupo quer falar que aqui dizimaram os povos Goiás, que aqui os bandeirantes roubaram o ouro enviaram para Portugal; que aqui houve jagunços, coronéis e tanta maldade contra escravos, basta andar na cidade para ver o sofrimento vivo dos escravos...”

O outro interlocutor emendou:

“- é tão engraçado que tem gente até hoje que não gosta de ouvir falar a palavra “Goiás Velho”; tem gente que não se conforma com a mudança da capital e sente que é dona da memória, vive então ressaltando que é a capital do Estado, que o Estado de Goiás nasceu aqui. A disputa de memória é muito importante porque de alguma forma guia a posição política das pessoas, o modo como elas reagem. Mas a estudantada chegou aqui para azar, não dá para segurar, eles impõem outro ritmo...”

Considerar que as tensões e os conflitos territoriais são mediados por escalas e também pela operação simbólica, demonstram que os atores hegemônicos e os explorados, agem também mediante representações, discursos, intencionalidades. No caso da disputa da memória há uma implicação no modo de ver o território. Quem quer ser dono da memória quer ser dono do território.

No caso dos discursos sobre o Parque Estadual Serra Dourada podemos esquematizar assim, conforme organizado no quadro 2.

Quadro 2. Discursos sobre o Parque Estadual Serra Dourada

ESTADO	Visão ambígua – preservacionista no discurso – redução e uso
Fazendeiros/pecuaristas	Uso – discurso de desenvolvimento
Chacareiros	Ambíguo – uso apenas nas adjacências
Donos de clubes	Uso para comércio nas adjacências
Atores políticos	Ambíguo – discurso de preservação – ação diferenciada das forças
Incorporadores imobiliários	Uso – implementação urbana
Ativistas ambientais	Preservacionista; discurso ambiental
Turistas	Preservacionista
Igreja progressista – pastorais da saúde e da terra	Preservacionista – discurso de distribuição de terras – criação de Deus
Professores universitários	Preservacionista – discurso de Cerrado
Ativistas culturais	Preservacionista – beleza cênica
Raizeiras e benzedores	Preservacionista – saúde
Coletivos de mulheres	Preservacionista/luta política
Religiões afrodescendentes	Preservacionista – discurso de respeito

Elaboração: Aline Marques, 2021.

Todos esses grupos e identidades, como é coerente neste período, estabelecem diálogos, conflitos, negociações e assimilações. Mas a importância do Parque, a sua dimensão e o seu sentido de “biblioteca”, atraem também atores de fora do município e da cidade. A AGB – Sessão Goiânia, teve importância fundamental em lutar contra o governo para não deixar reduzir a área.

Os trabalhos de campo, a defesa do Cerrado vivo e em pé; o trabalho de pesquisa, a produção acadêmica focando o Cerrado no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), da Cidade de Goiás, bem como outros programas em vários lugares do Estado de Goiás, ajudam a incrementar as lutas, a dimensionar o papel do Parque.

O Parque Estadual Serra Dourada passa a ser olhado como uma riqueza constituída da memória da longa história do Cerrado. Passa também a se configurar como um cartão de visita

ecológico, cênico, ambiental e espacial de Goiás. Não são poucos os literatos, poetas, contadores de causos que enfocam o Parque mostrando a sua beleza.

Ocorre emoções de grupos envolvidos com a arte no momento que chegam a cidade de Goiás e são recebidos primeiramente pelo parque. Ocorre também de visitantes, intelectuais e professores de unidades federativas, como São Paulo, Rio de Janeiro e mesmo de fora do país, se maravilham com o desenho da luz na crista alongada da serra.

Em muitos casos as notas poéticas ajudam a compreender o olhar de quem veio de fora. Um membro da Academia de Letras narrou:

“Peguei o meu carango velho, fui vagar, queria curtir a estrada e também observar as mudanças de Goiás. As paisagens não mentem. Quando saí de Itaberaí-Go, nada de frio na barriga, mas quentura na cabeça, de repente a Serra Dourada, meio arredondada, sob o véu da luz solapante, deu as caras. Seus ângulos curvos, o seu tamanho, algo misterioso e mágico, aquela vegetação tortuosa, os rochedos expostos, e a brincadeira da luz formando um arco de desenhos indescritível...Pensei que ali o Cerrado dava o seu testemunho, mostrava a sua beleza, me convidava para outra forma de consciência. Era um quadro, aliás, vários quadros, de muitas cores. Eu nem quis fotografar. Não precisava...”

Como foi falado anteriormente, o Parque Estadual Serra Dourada se agrega, de muitas maneiras à cidade de Goiás. O critério cênico ajuda no turismo, esse, por sua vez, se revela na memória histórica, no espaço colonial e na cultura. O discurso justificador do interventor Pedro Ludovico na década de 1930, de que a cidade de Goiás, ladeada pela Serra, se transformaria numa necrópole, isto é, num espaço de disseminação de bactérias, hoje não é escutado. Significa proteção ambiental, riqueza genética; formadora de canais e rios e possibilidade de conhecer mais um pouco o Cerrado.

Entretanto, são diversos autores que, a partir da abordagem territorial do Cerrado, demonstram que o Cerrado brasileiro está em disputa. Chaveiro (2019), a partir de um diálogo com o antropólogo carioca, Carlos Rodrigues Brandão, afirma que o Cerrado é um mundo. Depois da afirmação, pergunta: que mundo é este?

O autor narra:

De sobrevoio parece um mundo monótono feito e desenhado de paisagens acinzentadas, uníssonas. Mundo das vastidões interiores que abrange uma enorme porção do território brasileiro; das florestas anãs, de matos carrasquinhos, de árvores pequenas e tortas; território esquartejado de córregos e rios – e de imensas lavouras e pastagens. Contudo, ao aproximar da superfície o que se vê é um profundo dinamismo energizado por conflitos de forças e por disputas objetivas e de sentidos;

de variadas formas com diferenciação regional, e de lugares; com contrastes na distribuição da população entre as regiões e entre as cidades e o campo (CHAVEIRO, 2019, p.65).

Chamar o Cerrado de mundo, ou o mundo do Cerrado, conforme está dito nas palavras do professor e pesquisador, há a ligação de três componentes: a natureza; os aspectos sociais-políticos e o territorial. O primeiro aspecto a ser relevado pelo autor é a vastidão do domínio do Cerrado ocupando uma grande parte do território brasileiro. Pode-se dizer que o Brasil é muito o Cerrado. Depois, enxerga-se a descrição das florestas anãs, dos matos carrasquinhos, das árvores tortas. E, finalmente, controlando essas características, narra o “território esartejado”. É narrado também o dinamismo ligado ao conflito das forças e das disputas.

Convém enxergar ainda a diferenciação regional, a urbanização acelerada, a desigualdade social e, inclusive, outros aspectos importantes, como a redução das terras indígenas, a ação das empresas mineradoras, os efeitos ambientais causados pelo modelo do agronegócio, a desarticulação da cultura popular de mulheres, indígenas, quilombolas, camponeses.

Como se viu, a transformação do bioma Cerrado num território dinâmico, desigual e disputado, gerou efeitos na cultura, nos saberes e no ambiente (CHAVEIRO, 2019). O geógrafo britânico, David Harvey (2010), ao analisar esse sentido a partir da interpretação crítica do capitalismo, demonstra que o triunfalismo econômico geralmente recai no empobrecido e no esmagamento da vida. A explicação vai no sentido de esclarecer que,

A longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de “segunda natureza” – a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou nada, da “primeira natureza”, que existia antes de os seres humanos povoarem a terra. Mesmo nas regiões mais remotas da terra e nos ambientes mais inóspitos, os traços da influência humana (a partir de mudanças nos regimes climáticos, vestígios de pesticidas e transformações nas qualidades da atmosfera e da água) estão presentes. Nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a terra tem aumentado enormemente. No início, essa atividade era em geral conceitualizada em termos de uma dominação humanatriunfalista sobre a natureza (parcialmente compensada por sentimentos estéticos que romantizavam a relação com a natureza). Somos mais cautelosos agora em nossa retórica, embora não necessariamente em nossas práticas. A história do capitalismo está repleta de consequências ambientais não intencionais (às vezes de longa duração) e algumas delas (como a extinção de espécies e habitats) são irreversíveis. É melhor pensar não em dominação, portanto, mas no desenvolvimento de práticas humanas em relação ao mundo

físico e à teia da vida ecológica, que mudam a face da terra de maneira muitas vezes dramática e irreversível (HARVEY, 2010, p.151-152).

Conforme o geógrafo explica, muitas vezes, como ocorreu no Cerrado brasileiro, desde a década de 1970, o dinamismo econômico é concentrador, subsidiado pelo Estado, gerador de desigualdade social e também de efeitos ambientais que “mudam a face da terra”. Portanto, analisar as disputas territoriais do Parque Estadual Serra Dourada supõe ler essa totalidade em dois sentidos: a inserção do Cerrado na acumulação capitalista, ou o modo como o capitalismo atual intercede na natureza; e o papel do Cerrado nesse mecanismo. Mas como foi demonstrando anteriormente, significa ver também os atores e agentes que disputam o parque. As disputas estimulam formas diferenciadas de usos.

Nas disputas, os atores ou agentes não têm peso iguais. O Estado, por exemplo, tem mais força porque conta com o poder político, jurídico, atrela-se ao poder econômico; tem a capacidade de fiscalizar, punir, prender. Ou de facilitar, como geralmente ocorre, de haver atitudes ilegais no uso do Cerrado, como na apropriação, controle e usos das águas. Manoel Calaça, geógrafo e professor da UFG, um dos criadores da abordagem territorial do Cerrado, juntamente com a professora da UEG, Maria Erlam Inocência, ao analisarem a leitura geopolítica do Cerrado, apontam que,

É possível dizer que todos os momentos da história da sociedade brasileira foram construídos pelo predomínio do poder do Estado sobre os territórios. O avanço do processo capitalista de produção no campo sempre atrelou-se a ação do Estado, que compôs as diretrizes do avanço das fronteiras agrícolas no país (CALAÇA; INOCÊNCIA, 2011, p.81).

Os referidos autores, como se viu na citação, demonstram a força do Estado na organização do Território e no seu comando. Enxergam que o Estado brasileiro foi estratégico pactuando com países ricos, como Estados Unidos da América e Japão, projetos para uso do Cerrado brasileiro. Desde a criação do Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) nos anos de 1970; passando pela constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); a constituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a criação do Programa de Seguro Rural (PROAGRO); a implementação da Política de Garantia para os Preços Mínimos (PGPM), dos 1970 para os 1980 e toda a política neoliberal nos 1990, com o Programa Nacional de Desestatização (PND), constatamos a ação do Estado em oferecer condições para transformar o Cerrado brasileiro numa fronteira agrícola de interesse da economia internacional.

Essa leitura acolhida e defendida pelo grupo de professores e pesquisadores do Cerrado, como Celene Cunha Monteiro Antunes Barreiro (UFG), Marcelo Rodrigues Mendonça (UFG), Denis Castilho (UFG), Ricardo Assis Gonçalves (UEG), Elizeu Lira (UFT – Universidade Federal do Tocantins), Adão Francisco de Oliveira (UFT), Ana Carolina de Oliveira Marques (UEG), além de Manoel Calaça (UFG) e Eguimar Felício Chaveiro (UFG), somando-se ainda Murilo Mendonça (UEG), Edson Batista da Silva (UEG), e tantos outros, marcam que é necessário compreender o Cerrado dentro das disputas geopolíticas.

Contudo, outras abordagens são aceitas e desenvolvidas de diferentes maneiras. O geógrafo gaúcho radicado em Uberlândia, um dos coordenadores do projeto “Sociobiodiversidade do Cerrado”, o professor e pesquisador Rosselvelt José Santos, da Universidade Federal de Uberlândia (UFG) tem insistido para não separar a interpretação territorial do modo de vida, das práticas espaciais, os usos locais, das tensões. Portanto, não se pode separar da vida no lugar.

A seu modo, poderemos dizer que as disputas territoriais não acontecem apenas na escala geopolítica, geoeconômica ou dos atores dominantes, como o Estado, os bancos, os latifundiários, mas também de atores locais. É isso que veremos no caso do Parque Estadual Serra Dourada. Rossevelt explica a sua abordagem dizendo que,

Analisando o Cerrado, a partir das relações sócio-culturais, observa-se que o modo de vida tinha suas manifestações na paisagem, ou seja, a produção podia ser realizada em pequena escala, e o modo de vida impresso nesta paisagem estava relacionado ao modo de ver, morar, pensar e conceber o Cerrado. Ao analisar, atualmente, as alterações da produção dos meios de vida da população tradicional do Cerrado, bem como das suas identidades e valores culturais, poderá ser possível entender o processo que está posto, no tocante a coexistência metamorfoseada de modos de vida e relações de trabalho, sob a nova forma de vida que estas estão desenvolvendo a partir desta nova realidade, que altera a paisagem em sua forma física e cultural (SOUZA & SANTOS, 2014, p.82).

Os vários trabalhos de campos desenvolvidos pelo professor Rosselvelt José Santos, a produção audiovisual, a sua orientação e o seu trabalho em Teoria e Método, fez o referido professor organizar a sua leitura. No evento CUBRA – Congresso Internacional Brasil-Cuba, realizado em maio de 2021, o professor pontuou em detalhes a sua proposta analítica. A partir da observação participante, e na forma de relatora do evento, juntamente com os coordenadores do evento, apreendemos da palavra do professor, o seguinte:

a)

- 1) – a análise do território feita no Brasil muitas vezes não observa o que ocorre nos lugares;
 - 2) – os lugares são cheio de tensões, vitalidades, criatividades, adaptações, negociações, resistências;
 - 3) – nos lugares as comunidades, os sujeitos do campo, as mulheres, as crianças efetivam as suas experiências sociais e culturais no trabalho, no afeto, na criação de soluções para o seus problemas; criam resiliências;
 - 4) – os lugares são pulsões; é ali que se produzem os projetos de vida;
 - 5) – a lógica capitalista é dominante, mas não é a única lógica. Não se pode pensar a dominação como se não houvesse outras formas de trabalho, de cultura, de habitação;
 - 6) – os modos de fazer das gentes simples, das pessoas em suas comunidades, por meio da solidariedade, juntam o sistema social ao sistema ecológico.
- b)
- 1) – a pesquisa exige a extensão;
 - 2) – às vezes há correntes da geografia que possuem certezas demais;
 - 3) – os trabalhos de campo, a convivência com as comunidades, com os seus modos de vida, demonstram haver surpresas. De repente, não se conhece tanto o Brasil como se imaginava.
- c)
- 1) - o método não pode ficar fora das práticas;
 - 2) - teoria não tem um valor em si; só tem valor quando está ligada às práticas.

As contribuições teóricas do professor Rossevelt José dos Santos vêm acompanhada do seu trabalho teórico; e a sua teoria vem subsidiada pelos trabalhos de campo. A sua crítica ao modo que o território é analisado, muitas vezes, sem pensar o lugar, às práticas e às tensões, se junta a sua visão de geógrafo. Ou seja, se junta, que entende ser o trabalho do geógrafo. Interessado nas “surpresas” dos campos e na interrogação, mais que nas certezas, a sua abordagem visa juntar análise do território com lugar ou com as paisagens.

A professora do IESA/UFG, Ana Cristina da Silva, fez uma pesquisa profunda no seu doutoramento enfocando as abordagens do território. No texto – Território, Classe social e sujeitos – desafios teóricos contemporâneos (Silva, 2019, p.16), há uma síntese:

Em meio às “vozes” dissonantes sobre o território e o espaço, a questão do sujeito foi paulatinamente se interpondo na reflexão geográfica, desde o Movimento de Renovação, nas décadas finais do século XX, até os dias atuais. A transformação social e a justiça social deram a tônica do discurso da renovação e passavam, necessariamente, pelo espaço e o território como também pela elucidação dos sujeitos. Quais as formas discursivas de que se reveste o sujeito ou os sujeitos? As referências à sociedade, à população, ao cidadão, às classes sociais, ao proletariado, ao camponês, aos movimentos sociais, aos povos (ribeirinhos, da floresta, cerradeiros, etc.), ora de forma genérica, ora de forma específica foram se plasmando aos conceitos de espaço e território. Os desafios em precisar e nomear “os sujeitos” não encontrou, até o momento, soluções consensuais. Os esforços no sentido de precisar a dimensão espacial e territorial dos sujeitos também se impuseram na ordem das reflexões, sob a forma de desafios teóricos práticos”.

Mais que destacar os atores e agentes genéricos, como Estado, latifúndio, banqueiros, setor do agronegócio, como foi explicado pela professora, muito próximo do que apresentou o professor Rossevelt José dos Santos, não se pode ficar no plano genérico. Como não se pode separar o trabalho do pensamento da luta pela justiça social. A luta contra as generalizações exige atenção aos usos, às práticas, às tensões, aos discursos, ao modo de vida. Em outras palavras, é necessário juntar território e lugar, ou então ver as diferentes escalas do território.

Para averiguar os usos e as ações dos atores locais fizemos vários trabalhos de campo, conversas informais com diferentes sujeitos que se apresentavam na cidade de Goiás; conversamos livremente com professores, educadores, estudantes, militantes. Andamos também pelo Parque Estadual Serra Dourada em diferentes momentos, fotografamos.

Diante disso, e do que ensina a abordagem territorial do Cerrado com a contribuição das formulações do professor Rossevelt José dos Santos (UFU), e Ana Cristina da Silva (UFG), vamos analisar nas disputas territoriais do Parque Estadual Serra Dourada, o mapa do uso a partir do produto cartográfico e ação de diferentes usuários do Parque. Também usaremos um mosaico de fotografias que demonstram a ação dos usuários.

3.2 Usos do Parque Estadual Serra Dourada: encontro com as identidades e os sujeitos

Temos insistido em demarcar uma posição: a Cidade de Goiás, em tudo que diz respeito à sua realidade está ligada ao PESD, assim como o este se liga a Cidade de Goiás. Temos

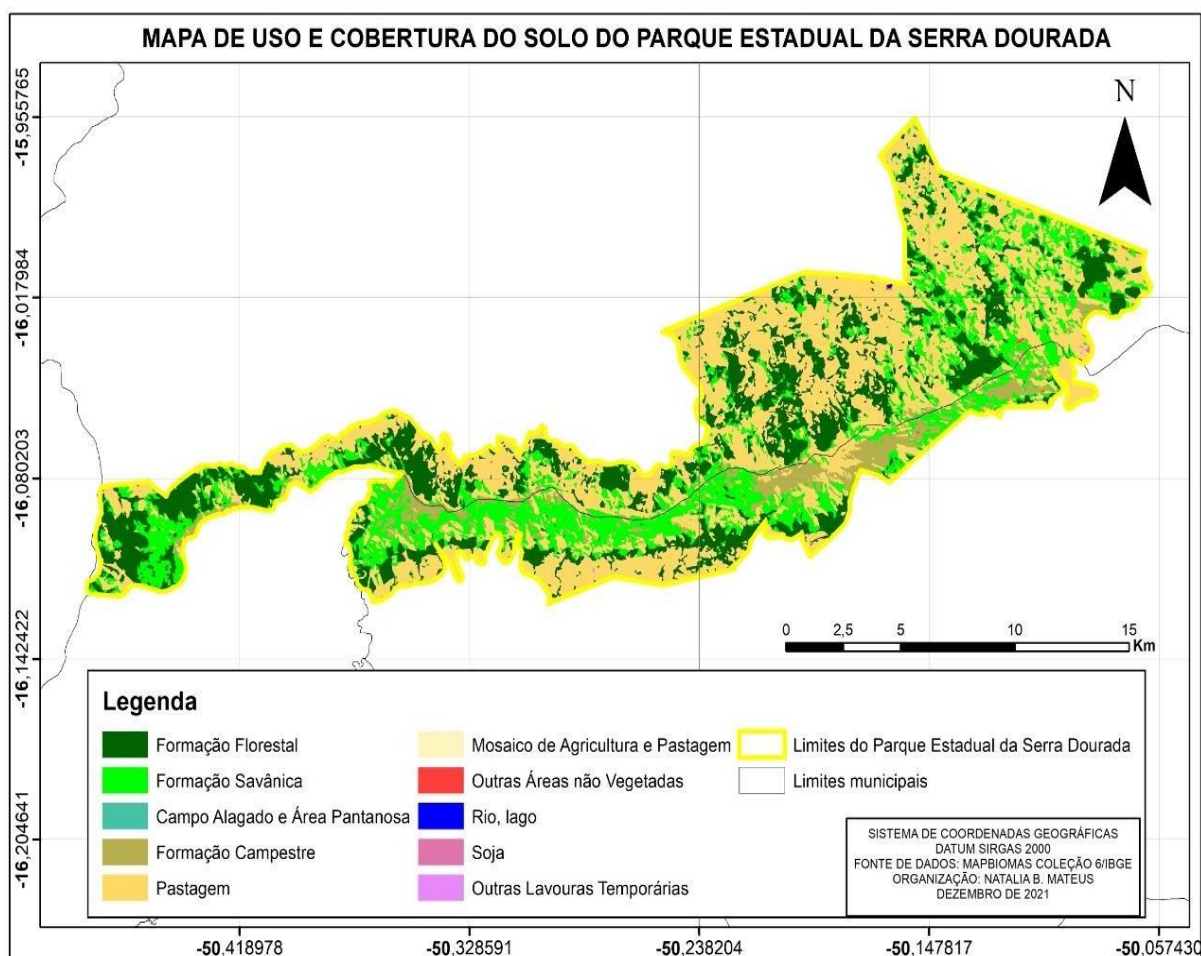
insistido também em pontuar que há outros significados de ambos, envolvendo o turismo, a economia predominante do Cerrado, a realidade urbana de Goiás.

Por isso, tratamos de enxergar o contexto espacial e a conjuntura de sujeitos e identidades que formam o território do município e da cidade de Goiás. Queremos dizer que a leitura das disputas territoriais através do seu uso feitos por atores, agente e sujeitos, possuem uma dimensão histórica. Ou seja, o município e a Cidade de Goiás não possuem o significado territorial, por exemplo, quando era a capital do estado de Goiás.

Um ponto que julgamos ser necessário analisar consiste na infraestrutura rodoviária. A duplicação da GO-070 significou maiores possibilidades de acesso, com mais rapidez e, portanto, mais atrativo à turistas, pesquisadores, visitantes, professores e estudantes que possuem interesse em trabalhar, conhecer ou apenas fazer pequenas visitas a Cidade de Goiás.

Com base nisso, vamos analisar o mapa de uso e cobertura do Parque Estadual Serra Dourada.

Mapa 7. Uso e cobertura do solo no Parque Estadual Serra Dourada



Elaboração: Natália Mateus.

Organização: Aline Marques, 2021.

Uma leitura territorial do PESD a partir das legendas do mapa em questão, pode nos revelar alguns pontos. O ponto mais evidente são as pastagens. Verifica-se que a área de pastagem é muito grande atingindo todos os quadrantes do Parque, seja norte, sul, leste e oeste. Essa atividade se torna uma pressão à preservação. Como se constatou nos trabalhos de campo, ainda que os pastos são em formas de capoeiras típicas da pecuária em extensão, a sua abrangência é um ponto importante para ser analisado.

Geralmente, no território do Cerrado após 1970, a pecuária tradicional em forma de pasto encapoeirado ocorre nos relevos de maior movimentação, pois os relevos tabulares são usados para a monocultura da soja. Neste trabalho não foi possível, mesmo porque não era objetivo, de analisar em detalhes o nível de pressão da pecuária, ver suas diferenciações; seus tipos; a origem dos usuários; os tipos de gado; os efeitos ambientais. Contudo, verifica-se a sua força no PESD.

Observa-se que a legenda “formação savânica”, ou seja, aquela que refere-se às fitofisionomias do Cerrado, está alinhavada no espigão da Serra Dourada, por isso é mais preservada. Vemos que novamente o critério da altitude e do relevo são importantes na preservação, como são também para outras formas de usos que, na frente, serão analisadas.

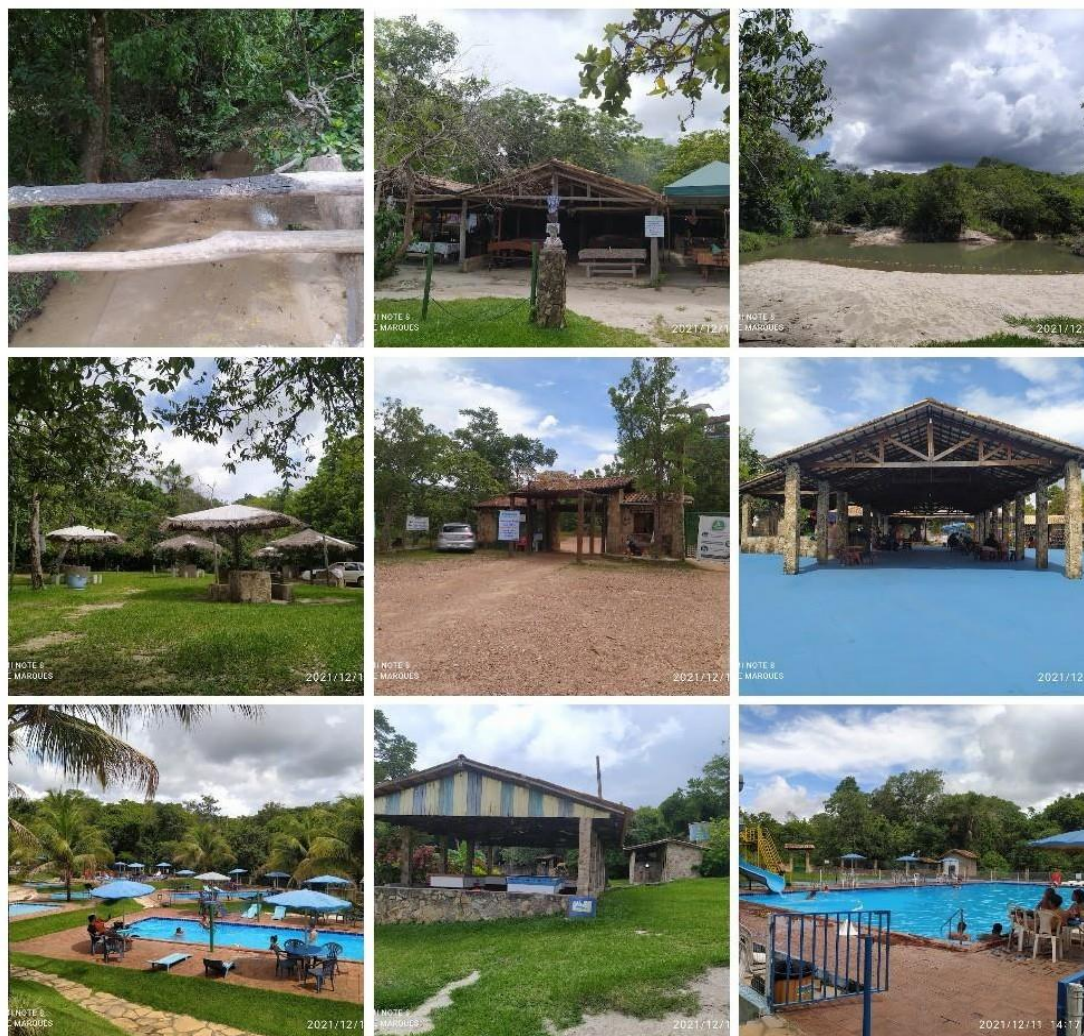
Constata-se também que a formação floresta respinga em linha relativamente corrente o sopé da Serra Dourada, onde situam-se os canais. Com o solo com maior teor de umidade, esse tipo de formação se torna evidente no mapa. Enquanto que a formação campestre tem proximidade dos paredões de rochas expostas, fazendo uma relação entre vegetação e geologia.

A soja e outras culturas temporárias estão pontuadas em pequenas parcelas, o que demonstra a importância do relevo e da geologia para afastarem a pressão da monocultura, que seria mais devastadora, como indica vários trabalhos de geógrafos que estudam o Cerrado. As nascentes que surgem do PESD, os pequenos canais, e, inclusive, cachoeiras, estabelecem uma riqueza do território. A importância econômica e social da água para vários sentidos se torna um elemento de cobiça de investidores imobiliários.

O mapa de uso e de cobertura de vegetação do PESD nos faz ver que há um dinamismo territorial; nos faz ver também que há vários tipos de pressões e de disputas. Vamos, agora, ver outras formas de uso.

Primeiramente, podemos ver a partir de um mosaico de fotografias.

Figura 19. Mosaico de imagens de usos da área do PESD



Fonte: Aline Marques, 2021.

O mosaico de imagens revela o que foi anteriormente pontuado pelo professor Robson Moraes, da UEG, referenciado anteriormente. Três significações aparecem no mosaico. O “sequestro das águas” para os clubes e para outros fins; a atividade do turismo através dos clubes que se instalam na área do PESD; e as pousadas.

Tudo isso demonstra a relação contraditória causada pelo turismo que valoriza a cidade e as adjacências, como é o caso do PESD e o vetor de pressão. Por mais que a atividade turística seja necessária para a economia local, há sempre o risco de, através dela, haver justificativas para outras formas de uso. Essa tensão gera uma vigilância contínua de setores da pesquisa, ativistas culturais e ambientais. Gera também um debate político em torno dessa questão: como usar o PESD mantendo a preservação?

No que diz respeito às águas há também uma pressão. As pesquisas de geógrafos em Goiás, principalmente as críticas, demonstram que o Cerrado é um grande exportador de água

de forma virtual. Altair Sales Barbosa, um dos mais importantes pesquisadores do Cerrado, tem feito referência à complexa teia hídrica do Cerrado. Em entrevista ao *site* ECODEBATE, o pesquisador demonstra a importância dessa teia:

Somente na abrangência do **Cerrado**, destaca, “encontram-se três grandes aquíferos responsáveis pela formação e alimentação dos grandes rios continentais. Um deles e o mais conhecido é o **aquífero Guarani**, associado ao arenito **Botucatu** e a outras formações areníticas mais antigas. Esse aquífero é responsável pelas águas que alimentam a bacia hidrográfica do **Paraná**, além de alguns formadores que vertem para a bacia **Amazônica**. Os outros dois são os aquíferos **Bambuí** e **Urucuia**(...) Os **aquíferos bambuí** e **Urucuia** são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram a **bacia do São Francisco** e as sub-bacias hidrográficas do **Tocantins, Araguaia**, além de outras situadas na abrangência do **Cerrado**”. Isso significa que, “representada por uma complexa teia, as águas que brotam do **Cerrado** são as responsáveis pela alimentação e configuração das grandes bacias hidrográficas da **América do Sul**” (BARBOSA, 2021, p.1).

A importância hídrica do Cerrado é sempre falada. Mas como insiste o professor Altair Sales Barbosa, assim como o professor Romualdo Pessoa Filho, IESA-UFG, isso é pouco escutado. No caso específico do PESD, uma de suas riquezas é a água. Além do uso de aguadas para o gado; das cachoeiras para banhistas; do sequestro feito por clubes, há a contribuição para abastecer canais, cidades e também por ser uma riqueza cênica.

Visto isso, foram analisadas outras escalas de uso do PESD.

Quadro 3. Escala de uso do PESD.

Adolescente em atividades sexuais	Iniciação sexual
Grupos de adolescentes para banhos em córregos e aprender a nadar	Lazer
Crianças que caçam com estilingue	Lazer
Grupos jovens que vão dar um tapa	Exercícios de drogadição
Caçadores clandestinos	Cultura tradicional
Pescadores de lambari e <i>lobós</i>	Lazer
Grupos de oração	Religião
Bucólicos	Amor à natureza
Excursionistas de escolas	Pedagógico
Montanhistas	Esporte radical
Voadores de asa delta	Esporte radical

Trilheiros	Turismo ecológico/lazer
Ciclistas	Lazer/ <i>ethos</i> urbano
Coletores de frutas para vender	Comércio
Coletores de frutas para uso – cajuzinho/murici	Ligação cultural
Motocross	Esporte radical
<i>Faisqueiros</i> de ouro	Atividade de garimpagem ilegal
Coletores de areia	Arte
Isolamento do coletivo	Adoecimento

Fonte: Aline Marques, 2021.

Todas essas classes de usuários do PESD demonstram a sua importância. Demonstram também que não há ação desprovida dos sujeitos concretos de um determinado tempo e espaço que, por sua vez, possuem ligação direta com os objetos, com os espaços e com as reservas. Podemos visualizar com maior detalhamento.

Quadro 4. Tipos de usos do PESD.



Organização: Aline Marques, 2021.

As apropriações observadas dão o retrato dos diferentes usos; retratam também as intensidades, as intencionalidades e as estratégias. Possivelmente, existem outros usos que são imperceptíveis, clandestinos e escondidos. Esses usos demonstram as diferenças simbólicas e as

diferenças de sujeitos que usam o PESD. Demonstram que nos usos há conflitos e escalas de intensidade e de tempo.

As 9 (nove) identidades de uso espelham os imaginários e as ideologias contemporâneas. É importante ver também o cruzamento de tempos, por exemplo, entre caçadores tradicionais, vida sexual de adolescentes e esporte radical. Vemos o conflito entre gostos e valores, por exemplo, entre drogadição e vida religiosa, e entre comércio e educação e arte.

Em conversa com moradores, estudantes e professores, foi capaz de captar outros usos, alguns sutis. Ouvimos de estudantes que gostam de andar no PESD para fotografarem; outros que filmam as paisagens cênicas. Ouvimos também moradores das adjacências que elogiam a beleza da Serra Dourada ou das paisagens do Cerrado, inclusive os que gostam de ouvir passarinhos pela manhã ou no poente.

Figura 20. Mosaico com imagens do Parque Estadual Serra Dourada.



Fonte: Aline Marques, 2021.

Vastidão, exuberância natural, efeito de perspectiva, cenografia, “biblioteca viva do Cerrado”, e outras denominações são expressões das paisagens do PESD. Como foi falado

anteriormente, a isso se soma águas, frutas, espécies da farmacopeia popular; animais e também experiências culturais de diferentes tipos e significados.

A relação do PESD com o município e com a cidade de Goiás; o debate atual sobre o Cerrado; a importância histórica da Cidade de Goiás, bem como de seus artistas e literatos, e todas as apropriações e usos que foram analisados demonstram o seu valor. Demonstram também que correntemente há projetos de usos. Machado, Souza e Borges (2018, p.3), argumentam que, “a pluralidade existente na Serra Dourada é notável. Todavia, a exploração do Parque Serra Dourada pode ser ampliada e contar com a manutenção e a preservação como meios de realizar a atividade turística, de forma participativa, envolvendo a comunidade local”.

Os autores justificam a sua defesa, assinalando que,

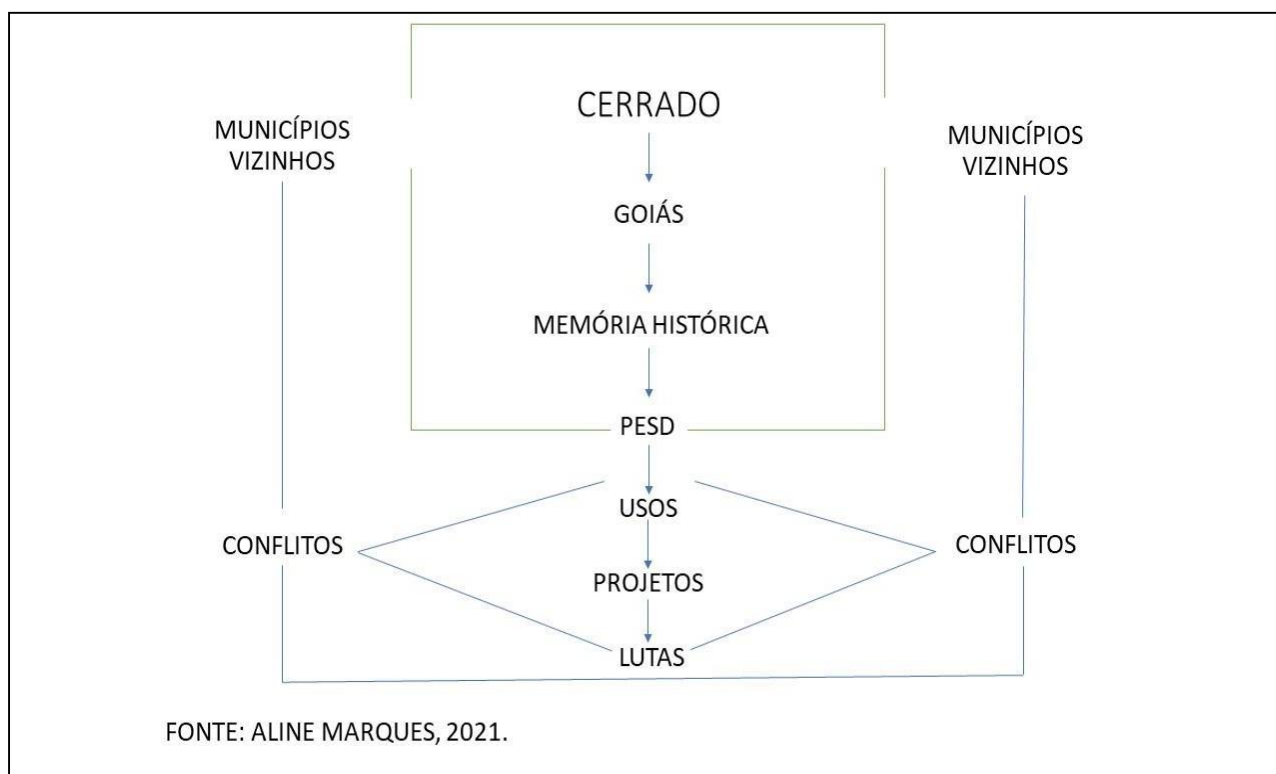
Portanto, investir na prática do ecoturismo no Parque Serra Dourada auxiliaria a Cidade de Goiás e as demais regiões que ele abrange a protegê-lo de degradações ambientais ainda piores e também na conscientização tanto da população quanto dos visitantes sobre um turismo sustentável, como ressalta a afirmação do Ministério do Turismo (MACHADO; SOUZA; BORGES, 2018, p.3).

Visual, político ou culturalmente o PESD não passa despercebido do morador do município e da cidade de Goiás e também dos municípios e das cidades da vizinhança. Por isso, são vários os projetos que, formal ou informalmente, são constituídos. Muitos defendem, como foi descrito anteriormente, o ecoturismo como tática de produção de renda e de preservação; há defesas de hotéis-fazenda e também de haras.

Há projetos de implantação de estações climáticas, de implementação de esportes radicais. E, inclusive, de criação de animais silvestres. Muitos projetos são olvidados em função do pragmatismo das administrações. Outros parecem ser mirabolantes e com pouca eficiência prática considerando a realidade cultural e econômica do município.

Mas não existem apenas projetos; existem ativismos ambientais, culturais, coletivos de mulheres, como o coletivo “as mulheres coralinas”, e o coletivo “as mulheres aroeiras”. Existem também os movimentos sociais, as organizações estudantis, sindicais e religiosas, como os partidos políticos, os grupos de pesquisas. Os diferentes grupos produzem leituras, interpretações, projetam ações de resistências, de enfrentamento e de usos.

O esquema a seguir demonstra o percurso da pesquisa realizada. Certamente, nos escapa outros elementos. Mas, esquematicamente, o que visualizamos pode ser representado da seguinte forma:



Elaboração: Aline Marques, 2021.

Contudo, estamos cientes que não se pode analisar o PESD, na perspectiva da abordagem territorial do Cerrado, sem considerar as disputas, os conflitos e as significações mediante os usos que, como vimos, são diferenciados. Embora sejam diferenciados, o PESD é uma unidade tensionada, não apenas pelo uso, mas também pela gestão do Estado. Isso aciona os setores de resistências, assim como os de pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, na pesquisa apresentada, evidenciar as diferentes significações e valores do Parque Estadual Serra Dourada. Para atender os objetivos propostos e a problemática construída, resolveu-se trabalhar com a abordagem territorial do Cerrado, abordagem essa desenvolvida por geógrafos de várias instituições de geografia de Goiás, Tocantins, Brasília, Minas Gerais e de outras unidades federativas.

Essa abordagem, ao trabalhar a categoria território, supõe refletir os conflitos territoriais. No caso específico do PESD, isso foi visto a partir da sua demarcação; dos seus usos e de suas disputas. Isso exigiu também a observação dos agentes, sujeitos e atores que diretamente e indiretamente estão envolvidos com a questão.

Foi importante também observar as estratégias de cada ator, bem como as suas intencionalidades. Ao proceder a investigação nessa ótica, o método geográfico baseado nas escalas se tornou necessário. Observou-se que o debate ambiental, que se iniciou desde a década de 1960 e se prolongou até o presente momento (2021), em termos gerais, é defendido por meio do ativismo ambiental local. E é também causa da política regional, como é o caso do governo estadual de Goiás.

Muitas lutas ambientalistas que envolvem a defesa de água, do Cerrado, de animais, contra agrotóxico, se juntam às lutas culturais e políticas. Estudantes, professores, lideranças religiosas e agentes dos Movimentos Sociais, defendem a terra, os camponeses, o direito à saúde e o PESD. Ou seja, observam as disputas territoriais, os interesses de fazendeiros, agentes do turismo, pecuaristas, mineradoras, donos de clubes que, de uma maneira ou de outra, defendem o uso do Parque.

Além dos atores que possuem interesses economicistas do Parque, como se viu no trabalho, o Parque se dá à diversos usos. Foi possível detectar outros agentes e sujeitos que fazem usos efêmeros ou de ordens incluindo o lazer, a sexualidade, o afeto, hábitos culturais envolvendo, inclusive, a arte, a alimentação, o lazer.

De tudo isso enxergou-se que as disputas territoriais do PESD continuam. Isso nos levou a considerar alguns pontos relevantes. O primeiro desses pontos é a relação de proximidade, inclusive, de inseparabilidade entre o PESD e a Cidade de Goiás. De fato, não se pode pensar o PESD sem a Cidade de Goiás, nem essa sem aquele.

Como foi exposto, quem chega à cidade de Goiás é recebido pelo PESD. É um recebimento estético. A beleza e a grandeza do Parque se impõem aos olhos do chegante e

enunciam. Mas a importância do Parque à cidade ocorre também com a memória. Muros e igrejas feitos por escravos permeiam os limítrofes do Parque.

O sentido documental do Parque Estadual Serra Dourada, como vimos no primeiro e no segundo capítulo, diz respeito às fitofisionomias do Cerrado; ao relevo; à hidrografia, às árvores frutíferas e também às espécies da farmacopeia popular. Nesse ponto, a importância ultrapassa o município de Goiás abrangendo outros municípios no entorno.

No campo da sua institucionalização, vimos que o Parque Estadual Serra Dourada, que até então era apenas Serra Dourada. Ele foi elevado a parque em 2003, apenas delimitado, não existindo nenhuma ação de desapropriação neste momento. Somente em 2019 foi criado um grupo de trabalho destinado a trabalhar em prol da nova delimitação do Parque.

Nesta fase houve abundantes conflitos de desapropriações, todavia, o Parque não teve seus limites ampliados, pelo contrário, diminuiu sua área devido aos aquecidos conflitos. O Governo Estadual de Goiás se viu obrigado, então, a ceder essas áreas ocupadas, não precisando, assim, aumentar suas despesas com a desapropriação de fazendeiros, chacareiros e pecuaristas, bem como a indenização dos mesmos.

Outro fator convincente aos interessados diz respeito a essas áreas ocupadas, por não possuírem mais serventia à proteção do parque, devido aos usos da terra já estabelecidos ali. Nessa perspectiva ainda se torna necessário a constante fiscalização no Parque Serra Dourada, mais do que já se tem feito e evitar novas grilagens, bem como, os maus usos de seu território.

Vale dizer que o PESD possui um valor que vai além do local. É, de fato, um patrimônio ecológico ligado ao Patrimônio da humanidade. Mais que títulos, suas funções ecológicas, culturais e estéticas, como foi demonstrado, aquece a luta de vários coletivos e também da pesquisa geográfica e de outros campos.

Devemos também considerar que a relação entre abordagem territorial e leitura ambiental, procedimento desenvolvido por Souza (2018) – e por geógrafos de Goiás, se apresenta como uma fonte rica de pesquisa e de ações metodológicas.

Os vários trabalhos de campos feitos no Parque Estadual Serra Dourada; a observação participante; a conversa informal com professores, turistas, gente do movimento social, a leitura bibliográfica, a elaboração de mapas, os novos fatos que, durante a pesquisa, foram surgindo, como a restauração simbólica da Pedra Goiana, se traduziram no enriquecimento do Parque.

Devemos também apontar que os limites impostos pela Pandemia da Covid-19 nos obrigaram a refazer as condutas da pesquisa. Embora, obrigando a mudar propostas metodológicas, não foi menos rico. Os grupos de estudo, a organização de eventos virtuais, o diálogo com geógrafos de outras regiões do país, aconteceram sem parar.

Isso nos motivou a empenhar a atenção aos estudos, ao desejo de continuidade das pesquisas, a de se aprender e de conviver com a comunidade geográfica.

Por tudo isso, saímos satisfeitos e animados.

REFERÊNCIAS

AB ‘SÁBER; Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003

ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.) **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Vieira, 2005.

Àrea de Proteção Ambiental Dr. Sullivan Silvestre (APA Dr. Sullivan Silvestre). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -SEMAD. Governo do Estado de Goiás. 2017. Disponível em: <
<https://www.meioambiente.go.gov.br/transpar%C3%Aancia/dados-abertos.html> > Acesso em: 03 jan. 2022.

Associação Nacional para Defesa da Cidadania, Meio Ambiente e Democracia - AMARBRASIL; **Redução do Parque Serra Dourada**. 06/06/2014. Disponível em: <amarbrasil.org.br>. Acesso em: 30, jul, 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS CRIADORES DO FECHO DE PASTO DE CLEMENTE (ACCFC). **Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos e seu modo próprio de convivência e manejo da socio biodiversidade do cerrado: história, direitos e desafios- Correntina-Bahia. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)**. 1ªedição, 2017. Prefixo Editorial: 63288.

ATLAS Rural e Agropecuário 2017: Regional do Rio Vermelho. Governo de Goiás: EMATER, 2017. 70 páginas. BINDER, Water. **A Renaturalização de Rios Possibilidades e Limites da Engenharia Ambiental**. Rio de Janeiro: SEMADS, 1998 41p.: il.

BARBOSA, Altair Sales. A complexa teia hídrica do Cerrado. In: <https://www.ecodebate.com.br/2014/10/27/a-complexa-teia-hidrica-que-brota-do-cerrado-esta-ameacada-entrevista-com-altair-sales-barbosa/>, acessado em 10/12/2021

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. PENSAMENTOS DISPERSOS, HEGEMONIAS CONCENTRADORAS: DISCURSOS JORNALÍSTICOS E MOVIMENTOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO CERRADO”, in: tese de doutoramento defendida no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia-Go:2013.

BOO, E. **Ecoturismo, potenciales y escollos**. Washington D. C.: WWF- World Wildlife Found e The Conservations Foundation, 1990.

BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador** – introdução à pesquisa qualitativa, São Paulo: Parábola, 2011.

BRASIL, **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 04 jan.2021.

BRITO, M. C. W. de- 2000b- **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo. Annablume: FAPESP.

CARNEIRO, Vandervilson Alves. **A SOMBRA DOS PEQUIZEIROS E DOS EDIFÍCIOS: As propostas de parques lineares urbanos nas cidades das pranchetas (Goiânia/GO e Palmas/ TO)**. 2017.320f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.

CARNEIRO, Vandervilson Alves; ARAÚJO, Gleidiane Rodrigues; SANTOS, Jean Carlos Vieira. **PARQUE ESTADUAL DA SERRA DOURADA (ESTADO DE GOIÁS): um laboratório a céu aberto para estudos de geodiversidade**. Revista Terceiro Incluído-v.1/2021.

CAVALCANTI, Marcelo Antunes; LOPES, Luciana Maria; PONTES, Marlon Nemayer Celestino de. **Contribuição ao entendimento do fenômeno das enchentes do Rio Vermelho na cidade de Goiás**. Artigo, 28, n. 1: 167-186, 2008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; CASTILHO, Dênis Castilho. **CERRADO: patrimônio genético, cultural e simbólico**. Goiânia: UFG/IESA, 2007.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **“POR UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO CERRADO: a negação de um bioma diverso, a afirmação de um território desigual – Cartas de luta**, In: Instituto de Estudos Socioambientais – Universidade Federal de Goiás, Goiânia-Go: 2019

D’AGOSTIN, Andressa; GLUSCZAK, Andressa; LAVNITCKI, Laís; BECEGATO, Valter Antônio; **Caracterização por Área Degradada por Atividade Antrópica**; Geoambiente online, Revista Eletrônica do Curso de Geografia, UFG/REJ, JATAÍ-GO, p. 80 a 92, n. 28, jan-jun 2017.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo: A História da Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, 484p.

Estado de GOIÁS, Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos Superintendência Recursos Hídricos. **PROPOSTA DE INSTITUIÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERMELHO, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 003, DE 10 DE ABRIL DE 2001, DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**. Março de 2013, 18 p.

FREITAS, M. M. **Funcionalidade hidrológica dos cultivos de banana e territorialidade na paisagem do Parque Municipal de Grumari, Maciço da Pedra Branca, RJ**. 2003. 150

f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. **Mineração em Grande Escala, Disputas pelo Subsolo e o E Agrário Fraturado em Goiás, Brasil**. Revista de Geografia (Recife) V.36, No.2,2019.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás**. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

Governo de Goiás **Acordo define novo limite do Parque Estadual Serra Dourada**. 30 mai 2018. Disponível em:< www.goias.gov.br > Acesso em: 10 de maio de 2021.

IBAMA. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 2003. Disponível em:< <https://ibama.gov.br/index.htm>> Acesso em:05 de maio 2021.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2020. Portal do Monitoramento de Queimadas e Incêndios Florestais. Disponível em <http://www.inpe.br/queimadas>. Acesso em: 16 out 2021.

MACHADO, Flávia de Figueiredo. “**Universidades de Proteção Integral**”, Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/biologia/unidadesdeconservacao-integral.htm>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

MACHADO, Mônica Sampaio. **Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade**. In: GEO UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia. N.1, jan.1997.

MACHADO C. Helena & SOUZA, Vicente A. & BORGES Amanda Alves. **A Serra Dourada no Município de Goiás e suas potencialidades para o ecoturismo**, in: Revista Territorial, Cidade de Goiás, v. 7, n. 2, p. 01-18, 2018.

MALHEIROS, Roberto. **A Rodovia e os Corredores da Fauna do Cerrado**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

MAPA DE BIOMAS E DE VEGETAÇÃO. Rio de Janeiro: IBGE, c, 2004b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>.

MARTINS, A. P.; SCOPEL, I.; SOUSA, M. S.; PEIXINHO, D. M. **Reconfiguração do Cerrado: uso, conflitos e impactos ambientais**. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

MARQUES, S. L. **Um gesto que gesta na pesquisa poética de Auriovane D’Ávila**. 2018. 77 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Artes Visuais) - Curso de Licenciatura em Artes Visuais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Cidade de Goiás, 2018.

MATEUS, R. A. **Gramíneas no Cerrado brasileiro: uma história ambiental das transformações das paisagens em Goiás a partir do século XIX.** 2016. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) –Campus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2016.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 5, no. 9, p. 83-93, 2004.

MILLER, K. R. **Evolução do Conceito de Áreas de Proteção- Oportunidades para o Século XXI.** In: anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação: Curitiba: IAP:UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, vol. 1:3-21, 1997.

MUNIZ, T. **Governo de Goiás e UFG vão recolocar a Pedra Goiana em seu local de origem.** Disponível em: < <https://www.curtamais.com.br/goiania/governo-de-goias-e-ufg-vaocolocar-pedra-goiana-em-seu-local-de-origem>>. Acesso em: 08/12/2021

MONTEIRO, F. A. D. **A espeleologia e as cavernas no Ceará: conhecimentos, proteção ambiental e panorama atual.** 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2014.

MOORE, J. W. **Entrevista a Jason Moore: Del capitaloceno a uma nueva política ontológica.** Ecologia política. Junho de 2015.

MOURA, F. B.; CARNEIRO, V. A. Trabalho de campo no Parque Estadual da Serra Dourada: um olhar da disciplina de Tópicos de Geodiversidade. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 8, n. 2, p. 56-66, 2019.

ODUM, E. P. 1977- **Ecologia.** São Paulo. Ed. Pioneira.

OLIVEIRA, L. C. A. — 1999 **The interaction between Park management and the activities of local people around National Parks in Minas Gerais, Brazil.** Ph.D. in Geography. University of Edinburg.

PÁDUA, M. T. J.-2002 **Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo.** In: Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências, Miguel Seredwik Milano (org)- Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. P. 7-13.

PADILHA, Peterson Teodoro. **Técnicas de Restauração de áreas degradadas em Unidades de Conservação.** Universidade do Extremo Sul Catarinense, SC, Brasil, 2004.

PADILHA, Teodoro Peterson et. all. **Técnicas de Restauração de Áreas Degradadas em Unidades de Conservação.** Universidade do Extremo Sul Catarinense, SC, Brasil, 4, 5 e 6 de novembro de 2013.

PINTO FILHO, Ricardo de Faria. **Inventário e Avaliação da Geodiversidade no Município de Goiás e Parque Estadual da Serra Dourada.** Goiânia, 2014.

PRIMACK, R. B. e Rodrigues, E. 2001, **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 328 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. RAFFESTIN, Claude.

QUINTÃO, A. Evolução do Conceito de Parques Nacionais e sua Relação com o Processo de Desenvolvimento. In: **Brasil Florestal**. Brasília, 1983. 54p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIZZO, J. A. 1970. **Contribuição ao conhecimento da flora de Goiás, área na Serra Dourada**. 1970. 91 f. Tese (Livre-Docencia em Botânica) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1970.

ROSA, M. D. **A relevância ambiental das áreas de preservação permanente e sua fundamentação jurídica**. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, Macapá, n. 3, p. 83-95, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos Teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, MILTON. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. 3º Edição. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, S. A. dos. **As unidades de conservação no Cerrado frente ao processo de conversão**. 105 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SCHOBENHAUS, C. Prefacio. In: NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinómio importante para a protecção do património geológico**. Natal: EdUFRN, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **AMBIENTES E TERRITÓRIOS: Uma introdução à ecologia política**. 1º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

STRAUCH, Manuel; BERWING, Juliane Altmann. Organizadores. **Gestão de bacias hidrográficas: bases legais**. 1º ed. São Paulo: Perse, 2017.

TEODORO, V. L. L., TEIXEIRA, D., COSTA, D. J. L., FULLER, B.B. **O Conceito de bacia hidrográfica e a importância da caracterização morfométrica para o entendimento da dinâmica ambiental local**. Revista UniAra, 20, 2007.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Governo do Estado de Goiás. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SEMAD, 2019. Disponível em: <https://www.meioambiente.go.gov.br/a-secretaria.html> . Acesso em: 30, set. 2021.

VALLEJO, Luiz. Renato. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:** uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. Universidade Federal Fluminense. 2009. V.4 n. 8 (2002): geographia Revista do Programa de Pós- graduação em geografia- UFF.

VIEIRA, Catarina Pacheco; GIL, Artur. **ESTRUTURA ECOLÓGICA DE ILHAS- O CASO DE SÃO MIGUEL.** 2007. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Planejamento Ambiental) - Departamento de Biologia, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2007.

VIEIRA, Pedro Alves. **Dinâmica de Ocupação, Vulnerabilidades e Cenários para a Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho, Goiás.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia, 2013.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, Bruno; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes, et.al. **Política mineral brasileira e neoextrativismo ultraneoliberal.** São Paulo: Editora Max Limonad, 2021, p.256.

WEARING, S. e NEIL, J. **Ecoturismo, impactos e possibilidades.** Barueri-SP: Manole, 2001